

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

BÁRBARA DE FARIA AFONSO

**ADOLESCENTES NO TRÁFICO: O DESEJO DA MÃE E A
INGERÊNCIA SUPEREGÓICA**

**BELO HORIZONTE
2019**

Bárbara de Faria Afonso

**ADOLESCENTES NO TRÁFICO: O DESEJO DA MÃE E A
INGERÊNCIA SUPEREGÓICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Estudos Psicanalíticos. Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Máris Campos Guerra

Belo Horizonte
2019

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

150	Afonso, Bárbara de Faria.
A257a	Adolescentes no tráfico [manuscrito]: o desejo da mãe e a ingerência superegóica / Bárbara de Faria Afonso. - 2019.
2019	156 f. Orientadora: Andréa Maris Campos Guerra.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Mães – Teses.. 3. Adolescência - Teses. I. Guerra, Andréa Maris Campos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

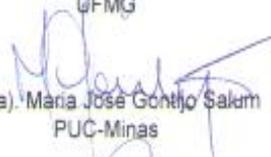
Adolescentes no tráfico: o desejo da mãe e a ingerência superegóica

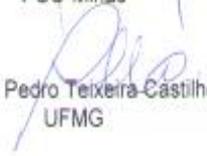
BÁRBARA DE FARIA AFONSO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração ESTUDOS PSICANALÍTICOS, linha de pesquisa Conceitos Fund. Psicanálise Invest. Campo Clínico e Cultural.

Aprovada em 11 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador
UFMG


Prof(a). Maria José Gontijo Sakum
PUC-Minas


Prof(a). Pedro Teixeira-Castilho
UFMG

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe pela sede de viver, pela eterna admiração que tenho por ela, pelas conversas e contribuições constates.

Ao meu pai pela presença, transmissão dos livros, das artes e do desejo de questionar o mundo e buscar conhecimentos.

Ao meu irmão, amigo de todas as horas e companheiro das trocas de ideias e força.

À orientadora Andréa, pelas colocações certeiras que me fizeram seguir, pelos aprendizados e por quem tenho eterna admiração.

À Silvane pelas trocas, aprendizados, transmissão do desejo de querer saber e descobertas sobre o tema do supereu.

Ao tio Hélder pela presença, bom humor constante e auxílio na articulação dos meus pensamentos para o papel.

À tia Mélia pela disponibilidade e força.

À tia Penha pelas energias positivas e presença.

Ao tio Toninho por me ensinar a grandiosidade da vida e do mundo.

Ao tio Bruno pelas conversas filosóficas.

Aos meus avós pela presença e admiração.

Ao David, companheiro de mestrado, amigo de vivências, escritas e saídas.

À diretoria do Fica Vivo: Michelle pela sua sensibilidade, compreensão, trocas de idéias e ensinamentos diários, à Carol pela energia, trocas e disponibilidade, à Marcelina pela presença, conversas e energia positiva. Companheiras diárias de trabalho, reflexões, trocas...obrigada a cada uma pela escuta, sensibilidade, ajuda.

À Mariana supervisora do Fica Vivo por ter acolhido minhas conversas sobre a escrita e a construção da ponte aos jovens e equipes. Ao Hermes e Marcinha, também supervisores do Fica Vivo, com os quais o trabalho diário se torna mais que possível, prazeroso, e pelas trocas de ideias em todos os momentos.

À equipe da prevenção à criminalidade do Ressaca, gestor Antônio pela articulação, Débora e Leonardo do Fica Vivo e Adriano e Luximar do Mediação de Conflitos pela disponibilidade e trocas de ideias.

À equipe da Pedreira, Mariana Aranha e Thiago, vocês me possibilitaram seguir em frente no meu desejo de escrita da teoria com a prática. Obrigada pelas conversas, articulação e sensibilidade.

À Suzana Barroso, orientadora da minha monografia e início do meus questionamentos sobre os adolescentes no tráfico e suas relações familiares.

À Lilany, analista que tanto admiro e me permite seguir orientada pelo meu desejo no desenrolar da cadeia de significantes.

À todos os meus amigos que compreenderam minhas ausências nos encontros e saídas e me deram forças para seguir percorrendo meu sonho nesta investigação.

Ao amigo Hugo pela troca de ideias e livros.

Aos adolescentes e jovens que me ensinam a cada dia de escuta e trabalho.

RESUMO

Afonso, B.F. Adolescentes no tráfico: o desejo da mãe e a ingerência superegóica. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Estudos Psicanalíticos. Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.2019.

Esta dissertação parte das experiências nos atendimentos aos adolescentes que cometeram atos infracionais e iriam iniciar o cumprimento de medidas em meio aberto e jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo. Em ambos os casos, na escuta dos adolescentes, foi possível identificar um vínculo muito forte com suas mães e a submissão à um ordenamento tirânico do tráfico de drogas. A partir dessas duas variáveis que se repetiam, extraímos a hipótese de que haveria um resto do desejo da mãe não simbolizável que retornaria enquanto uma imposição do supereu. Essa articulação entre adolescência, mãe e tráfico de drogas, configurou a estrutura tríplice que compõe as bases de nossa investigação. No primeiro capítulo, partimos da análise da constituição do sujeito e da função do Outro materno. Posteriormente, discutiu-se o supereu materno e paterno, sua transmissão da família e no campo social. Investigou-se como seria possível conceber o ordenamento do tráfico de drogas e como os sujeitos poderiam se organizar à partir de mudanças no campo social e familiar, em alguns casos, através do nomear-para. No terceiro capítulo foi possível elaborar, através da psicanálise, como podemos conceber o momento da adolescência e verificar a partir da singularidade de três casos, o modo como a função dos pais, do crime e do supereu se configuram para cada um.

PALAVRAS CHAVE: Desejo da mãe. Adolescência. Supereu materno. Psicanálise.

ABSTRACT

Afonso, B.F. Adolescents in trafficking: the mother's desire and super-ego interference. Masters dissertation, "Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Estudos Psicanalíticos. Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura", Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.2019.

This dissertation is part of the experiences in the care of adolescents who committed infractions and would begin to comply measures of socioeducation and teenagers by the Fica Vivo Program. In both cases, in listening to adolescents, it was possible to identify a very strong bond with their mothers and the submission to a tyrannical ordering of drug trafficking. From these two repeating variables, we hypothesized that there would be a remnant of the non-symbolizable mother's desire that would return as an imposition of the superego. This articulation between adolescence, mother and drug trafficking, configured the triple structure that forms the basis of our investigation. In the first chapter, we start with the analysis of the constitution of the subject and the function of the maternal Other. Subsequently, the maternal and paternal superego, its transmission of the family and in the social field were discussed. It was investigated how it would be possible to conceive drug trafficking ordering and how subjects could organize themselves from changes in the social and family field, in some cases, through naming-to. In the third chapter it was possible to elaborate, through psychoanalysis, how we can conceive the moment of adolescence and to verify from the singularity of three cases, the way in which the function of parents, of crime and of superego is configuration for each one.

KEYWORDS: Mother's desire. Adolescence. Mother's superego. Psychoanalysis

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A FUNÇÃO DA MÃE.....	16
2.1 A construção social do surgimento da maternidade e os complexos familiares sob a ótica psicanalítica	16
2.1.1 A construção social do surgimento da maternidade	16
2.1.2 Premissas para se pensar o sujeito e a família.....	17
2.1.3 Os complexos familiares: mãe, pulsão de morte e o objeto seio.....	18
2.2 O Complexo de Édipo.....	21
2.2.1 O período pré-edípico.....	21
2.2.2 O primeiro tempo do Édipo.....	23
2.2.3 Premissas da vinda do sujeito ao mundo e o Estádio do Espelho.....	27
2.2.4 O capricho materno.....	30
2.2.5 O falo para a mãe em diferentes vertentes.....	32
2.2.6 O segundo tempo do Édipo.....	34
2.2.7 A metáfora paterna.....	37
2.2.8 Terceiro tempo: final do complexo de Édipo e o supereu paterno.....	41
2.3 Mais ainda: o filho como sintoma da mãe.....	45
2.4 O Outro gozo e a maternidade: o gozo materno.....	46
3. SUPEREU: HERANÇA SIMBÓLICA E O AVESSE DA LEI.....	53
3.1 A gênese do supereu.....	53
3.1.1 <i>Das Ding</i> e a mãe.....	53
3.1.2 Uma leitura lacaniana de Freud e a descoberta do supereu.....	56
3.1.3 O caroço da palavra.....	58
3.2 O supereu materno.....	61

3.2.1 Lentes lacanianas sobre as ideias de Melaine Klein.....	61
3.2.2 Supereu laciano e objeto voz.....	64
3.2.3 O supereu materno, supereu laciano.....	66
3.3 Supereu e civilização.....	69
3.3.1 O mito fundador da civilização e do supereu.....	69
3.3.2 A transmissão do supereu.....	74
3.4 Lacan e o supereu: Kant com Sade.....	76
3.4.1 Lacan e a releitura do imperativo categórico.....	76
3.4.2 Lacan e a constatação de nunca ter dito nada sobre o supereu.....	82
4. CRIMINOLOGIA JUVENIL E PSICANÁLISE: A IMPORTÂNCIA DO SUPEREU E A NOMINAÇÃO.....	84
4.1 A psicanálise face à criminologia.....	84
4.2 Supereu como enigma e o desejo da mãe na adolescência envolvida com o tráfico.....	91
4.3 Nomear para: a ordem de Ferro Materna e Social.....	93
4.4 A violência das guerras e das “leis do tráfico”.....	96
5. O REDESPERTAR DO GOZO ADOLESCENTE E SUA RELAÇÃO COM O CRIME: TRÊS CASOS.....	107
5.1 A adolescência na perspectiva psicanalítica	108
5.1.1 O redespertar do gozo na adolescência.....	108
5.1.2 A adolescência e o Outro.....	110
5.1.3 Os adolescentes e o uso da língua.....	113
5.1.4 Adolescência na contemporaneidade: o imperativo do goza!.....	114
5.2 Metodologia.....	116
5.2.1 Aspectos epistemológicos	116
5.2.2 O método de pesquisa psicanalítica aplicado a fenômenos sociais.....	119
5.2.3 Procedimentos metodológicos.....	120

5.3 Casos Analisados.....	122
5.3.1 Caso M: matar e morrer?.....	122
5.3.1.2 História de vida.....	122
5.3.1.3 A função materna e paterna.....	123
5.3.1.4 Índices do supereu e criminalidade.....	125
5.3.2 Caso L: Serás um criminoso!.....	130
5.3.2.1 História de vida.....	130
5.3.2.2 A função materna e paterna.....	130
5.3.2.3 Índices do supereu e criminalidade.....	133
5.3.3 Caso <i>os crias</i> da favela: crias das mães.....	135
5.3.3.1 História de vida.....	135
5.3.3.2 A função materna e paterna.....	139
5.3.3.3 Índices do supereu e criminalidade.....	140
5.3.4 O que esses jovens nos ensinam.....	141
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca investigar se há alguma relação entre a dinâmica do tráfico de drogas e a ingerência do supereu materno em adolescentes do sexo masculino autores desse ato infracional. A questão advém de uma hipótese, na qual foi possível pensar que, alguns adolescentes, atualizam na ordem de ferro do tráfico de drogas uma experiência de submissão a um supereu materno feroz, obscuro e insensato.

A presente questão surgiu a partir do trabalho realizado no Setor de Acompanhamento de Adolescentes em Situação Especial (SAASE)¹ e no Programa Fica Vivo², nos quais foi possível perceber algumas semelhanças entre as relações familiares e os adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. No SAASE, havia a presença maciça das mães nos acompanhamentos, muitas vezes indo no lugar do filho para uma audiência com o juiz ou mesmo nas convocações do setor. No Programa Fica Vivo, às vezes, as mães dos adolescentes compareciam espontaneamente para atendimento e orientação sobre como lidar com o filho. Em algumas dessas situações, justificavam a ausência do filho relatando: “ele não quer comparecer”. Algumas mães choravam nos atendimentos por “não saberem o que fazer com seu filho”, outras demandavam que os adolescentes fossem “internados”, e havia algumas mães que afirmavam frases como: “desse filho eu já desisti, tenho outros para criar” ou “ele (o filho) não tem mais jeito” e ainda “esse aí vai seguir o mesmo destino do pai” (traficar e ser assassinado). Em diversos casos, essas mães possuem vários filhos, são mães *solo*³ e algumas residem com outro homem que não o pai biológico do adolescente.

Sabemos que entre a empiria dessas experiências e os efeitos inconscientes dessas relações não existe uma relação direta. Não podemos falar em equivalência, consequência direta ou mesmo em um destino comum pré-determinado ou esperado para todos os casos. Entretanto, a maneira como os adolescentes consentem com a imposição das ordens do crime sem dialetização e se submetem, como se fizessem uma escolha (forçada, podemos dizer), nos chamou atenção, trazendo para a pesquisa científica a singularidade dos casos escutados e atendidos naqueles serviços.

¹ O SAASE faz parte do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH) e é responsável pelos encaminhamentos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto.

² O Programa Controle de Homicídios Fica Vivo é uma política pública da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais que atende adolescentes e jovens de 12 a 24 anos em comunidades nas quais há um alto índice de criminalidade e homicídios.

³ Mães *solo* são aquelas mães que são a única ou a principal responsável pelo filho. São mulheres que, independentemente da razão, não podem contar com o pai do filho para sua criação.

Além da questão materna, nos atendimentos aos adolescentes, são frequentes os relatos de não terem conhecido seu pai, não terem nenhum contato com o mesmo ou ainda, de o pai ser percebido como “alguém que nunca deu nada”, em contraposição aos relatos sobre a importância das mães em suas vidas. Há casos onde os adolescentes afirmam: “tudo que eu tenho na minha vida é minha mãe”, “eu trafico mais pela minha mãe. Porque eu sei que a minha mãe não gosta, mas eu trafico para sustentar a minha mãe”; “minha mãe já fez muito né, agora eu que tenho que fortalecer”. Com muita frequência observa-se a palavra “mãe” tatuada em seus corpos ou mesmo a inscrição do nome materno. Por outro lado, a figura materna destaca-se no movimento de saída, e não apenas no de aderência ao crime. Há ainda alguns adolescentes que dizem: “não vô mais fazê nada disso (tráfico) né zé, porque não quero fazê minha mãe sofrê (sic)”, o que poderia apontar uma possível saída do tráfico, o desejo de não fazerem suas mães se preocuparem.

Ao longo do trabalho nas instituições referidas, duas questões se destacaram: a relação desses adolescentes com o tráfico de drogas, numa lógica tirânica na qual suas vidas frequentemente estavam em risco, e o forte laço de amor e idealização com suas mães. Assim, nos casos em que: “o amor é só de mãe”, em que ela é o “único amigo”, ou ainda “ela já fez tudo” e a entrada no tráfico é “mais por ela”; percebe-se que algo ficou comprometido, enlaçado ou ainda alienado nessa relação. A lógica na qual os adolescentes com envolvimento no tráfico estão inseridos parece funcionar como uma relação sem alternativas, sem saída, assujeitadas ao agente em questão ou à ordem de ferro na qual “não se pode vacilar” e “tem que estar sempre ligado”.

Os fragmentos acima apresentados, bem como os casos que irão compor o texto, permitem ao leitor se aproximar da questão da dissertação já que tanto a fala de alguns adolescentes evoca o supereu materno quanto a posição de algumas mães evidencia um resíduo indiscernível a partir de seus pontos de gozo. Parece haver, pois, um hiato, um vazio incomensurável, entre mãe e filho, no qual o crime parece se alojar justamente por impor uma lógica rígida de relação. Sabemos da possibilidade das frases estarem em uma vertente muito mais imaginária do que superegóica obscurecendo a posição pulsional dos sujeitos. Todavia, os fragmentos mostram o quanto é recorrente no campo de trabalho esse encontro entre mãe, adolescente e tráfico, merecendo estudo detalhado a partir da forma como se configura no caso a caso. Dessa forma, no estudo de cada caso será possível investigar se há um ponto onde essa relação entre o supereu materno e à adesão ao tráfico se articulam e se configuram para cada sujeito adolescente.

No campo teórico de estudo, a psicanálise discute como as mudanças do século XXI parecem ter implicado em transformações dos sintomas e em novos modos de organização dos laços sociais e da sociedade. Nesse contexto, discute-se nos meios psicanalíticos como a ordem simbólica, regente da lei, não é mais o que era e como são “sobre os adolescentes que se fazem sentir com maior intensidade os efeitos da ordem simbólica em mutação” (Miller, 2015, sp). Assim, a análise do que se passa com esses adolescentes nos auxilia a entender o que se altera na contemporaneidade.

Sob uma perspectiva da relevância social, essa pesquisa se faz necessária tendo em vista que o ato infracional cometido pelos adolescentes com maior frequência e reincidência é o tráfico de drogas, segundo os dados da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Relatório Estatístico 2015). O levantamento mostra ainda que os adolescentes do sexo masculino são a grande maioria do público infrator, respondendo por 88,07% das entradas no Centro de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH) por atos infracionais. Trata, então, de uma questão atual que envolve as políticas públicas, a violência em que partes da cidade, estigmatizadas são segregadas, e funcionam a partir de normas próprias, em convivência com a lei jurídica.

O Mapa da Violência de 2013⁴ apresenta no ano em questão, um índice de 51,2% de adolescentes, entre 16 e 17 anos, mortos por homicídio em cada 100 mil habitantes em Minas Gerais (p.26) e com a maior ocorrência pelo instrumento de armas de fogo (p.36). Esses dados retratam o mesmo público atendido pelo Programa Fica Vivo: adolescentes em áreas com alto índice de homicídio e criminalidade nos quais os homicídios podem ocorrer, dentre outras razões, pelo envolvimento com o tráfico de drogas através das ‘guerras’ com outros grupos de tráfico. Esse será o público da pesquisa.

A partir dos apontamentos supracitados, percebe-se a pertinência da temática dos adolescentes envolvidos no tráfico como objeto de estudo. A abordagem da psicanálise lacaniana permite o estudo dos sujeitos em sua singularidade, para além da análise do fenômeno no campo social – ainda que colaborando com esta –, o que direciona outra forma de se perceber esses adolescentes e analisar o fenômeno, e contribuindo para o estudo científico e para o campo de investigação. Entretanto, o modo como a sociedade se configura traz alterações nas organizações da família e nos valores transmitidos aos sujeitos, por isso,

⁴ O mapa da violência 2013 traz um diagnóstico da violência contra jovens brasileiros. Foi realizado pelo professor Waiselfisz e promovido pelas: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

buscaremos evidenciar a singularidade de cada caso, sem perder de vista as alterações que ocorrem na civilização. Ressalta-se que, nas falas dos adolescentes envolvidos com o tráfico nos atendimentos do Programa Fica Vivo, outros fatores são apontados para o envolvimento com o tráfico como: influência de amigos, status, retorno financeiro. Dessa forma, o presente recorte não espera esgotar o tema dos adolescentes envolvidos com o tráfico, mas visa contribuir para a discussão sobre esse modo de envolvimento, a partir de um ponto específico: a relação entre o agente materno, a ingerência do supereu e a submissão às ordens de ferro do crime na adolescência. Esse tripé organiza e sistematiza essa investigação, visando colaborar, de maneira suplementar e a partir da psicanálise, com os estudos clássicos e contemporâneos da área da criminalidade juvenil, somando-se ao estado da arte do campo.

Portanto, como objetivos específicos desta pesquisa, o primeiro capítulo realiza uma revisão bibliográfica da função do Outro materno pelo viés psicanalítico lacaniano, em autores clássicos e contemporâneos, visando elaborar e compreender a transmissão do Outro materno na constituição do sujeito, bem como a função do desejo da mãe e o que dele resta como elementos de organização subjetiva, na figura da conformação da lei simbólica, da figura do supereu e como o sujeito se constitui a partir dessas premissas. O segundo capítulo realiza uma revisão bibliográfica mais detida sobre a função do supereu pelo viés psicanalítico freudiano e lacaniano, também em autores clássicos e contemporâneos, visando investigar suas diferentes vertentes e incidências. Já no terceiro capítulo, é retomada a forma como a psicanálise lacaniana concebe a puberdade e a adolescência, a fim de destrinchar o tripé que, na adolescência, articularia o tráfico de drogas, a função materna e da família e o supereu, através da análise de três casos, nos quais nos deteremos na discussão das incidências, nem sempre evidentes sem a psicanálise, dessa relação entre função materna e da família, supereu e criminalidade na vida dos adolescentes.

2. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A FUNÇÃO DA MÃE

“*Amor só de mãe, o resto é ódio*”⁵

Ao longo desse capítulo apresenta-se o desenvolvimento de forma sucinta do surgimento da maternidade enquanto um valor cultural e social, a constituição do sujeito para a psicanálise e a função da família, com ênfase na função da mãe. Procura-se investigar se o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas tem, na particularidade de alguns casos, alguma relação com a mãe desses adolescentes, ou com quem realizou a função materna. Aborda-se o percurso da concepção clássica do complexo de Édipo para compreender essa constituição do sujeito, as funções que os pais exercem e alguns desenvolvimentos posteriores da teoria lacaniana.

2.1 A construção social do surgimento da maternidade e os complexos familiares sob a ótica psicanalítica

2.1.1 A construção social do surgimento da maternidade

A maternidade é fruto de uma construção cultural e social que teve seu surgimento no século XII, através da palavra *maternitas*. Essa palavra surge na igreja católica, em uma dimensão espiritual visando caracterizar a Virgem Maria como simétrica a construção de *patêrnitas* e rompendo, definitivamente, com a maternidade carnal dos filhos de Eva (Knibiehler, 2012 como citado em Campos, 2015, p.14).

Historicamente, as qualidades e o exercício da maternidade, não operavam enquanto um valor. A mortalidade infantil era alta, as famílias pobres emancipavam seus filhos aos 10 anos e, nas famílias de alto poder aquisitivo, as crianças eram criadas por amas de leite, entregues em orfanatos ou em instituições de educação.

No século XVIII, período do Iluminismo, Adam Smith investiga a riqueza das nações e, ao concluir sobre a prosperidade pelo número e qualidade de habitantes, o corpo da mulher passa a ser percebido enquanto um valor, como matriz do corpo social. A partir desse momento, surgem especialistas com manuais sobre gravidez, parto e educação das crianças, assim como médicos condenando a mortalidade infantil. Como código de civilização e boa conduta, J.J. Rousseau funda o amor materno e a ideologia da boa mãe, deslocados de Nossa Senhora para as famílias (Knibiehler, 2012 como citado em Campos, 2015, pp.14-16). Ainda

⁵ Fala e tatuagem de alguns adolescentes envolvidos no tráfico de drogas atendidos no Programa Controle de Homicídios Fica Vivo! da Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (2016).

hoje, é possível constatar na cultura a presença da ideia divina e pura na concepção da mãe, em frases de adolescentes como: “mãe é mãe”, “amor só de mãe”.

Se a maternidade se estabelece ao longo da história a partir de uma construção discursiva de seu lugar e importância, criando um forte e eterno laço afetivo entre mãe e filho, a forma com que a psicanálise teoriza sobre a maternidade tem relação com o campo do desejo da mãe pelo filho e o modo como a mãe pode tomar seu filho como objeto desse desejo. Assim, a finalidade de dar início ao desenvolvimento dos subtópicos necessários à elucidação de nosso objeto de pesquisa, faremos uma discussão sobre a constituição dos sujeitos na família.

2.1.2 Premissas para se pensar o sujeito e a família

O texto *Os complexos familiares* apresenta “o primeiro grande escrito e posicionamento de Lacan na psicanálise” e “não recebeu a atenção que merece” (Miller, 1984, pp.1-2). Nesse texto, Lacan (2003) traz uma questão central na qual a pulsão de morte freudiana é substituída pela mãe. Esse texto constata também o declínio da imago paterna na transmissão do ideal do eu ao filho (Santiago, 2001), tornando-se muito atual para a discussão que será realizada sobre os adolescentes envolvidos no tráfico de drogas e suas mães.

A partir desse texto, através de embasamentos antropológicos e freudianos, Lacan constata a alteração das configurações familiares, nas quais há uma perda de poder da imago do pai na família.

O declínio da imago paterna é percebida por Lacan (2003, p.67), já que, a personalidade “sempre de algum modo carente, ausente, humilhada, dividida ou postiça” do pai, constitui uma crise psicológica. Lacan relaciona esse declínio com o aparecimento da psicanálise, já que o complexo de Édipo desenvolvido por Freud, ocorreu em um contexto em que Viena apresentava diversas formas familiares: lares pequeno-burgueses, grupos camponeses eslavos, casais instáveis, patriarcalismo feudal e burguês e as neuroses. O estudo de Durkheim apresenta as incidências da mudança da família conjugal pelas ditas anomias resultantes da contração da família paterna, na qual a declinação jurídica da autoridade e do poder do pai sobre a família já se apresentava (Zafirooulos, 2002). Nesse contexto, houve a valorização do pai em uma época na qual já se despontava seu declínio, época em que se apresenta o domínio da mãe (Lacadée, 2011).

A psicanálise irá desenvolver a família enquanto uma instituição com complexidades de leis e organizações de parentesco, responsável pelo desenvolvimento das relações sociais, a capacidade de comunicação mental e a “economia paradoxal” das pulsões da ordem da

cultura, implicando em “uma nova dimensão da realidade social na vida psíquica” (Lacan, 2003, p.29). Enquanto função, a família realiza a transmissão da cultura, da educação, da repressão das pulsões e da “aquisição da língua legitimamente chamada materna” (Lacan, 2003, p.30). É então, dessa forma, que ocorrem os processos do desenvolvimento psíquico, da organização das emoções e a transmissão também de representações para além do campo da consciência, permitindo estabelecer “entre as gerações uma continuidade psíquica” (Lacan, 2003, p. 31). Ao citar Freud, Lacan parte da concepção dos complexos tomados como inconscientes, que se revela pela forma de sintomas, atos falhos e sonhos. Os complexos estão presentes na constituição dos sujeitos e são responsáveis por “desempenhar um papel de “organizadores” no desenvolvimento psíquico” (Lacan, 2003, p.35).

Ao se questionar sobre a constituição psíquica dos sujeitos, Lacan (1995) dedica-se a compreender a perda dos objetos primordiais, da relação do bebê com as funções materna e paterna e os embaraços decorrentes desse processo. O autor parte da premissa de Freud, na qual diante das primeiras formas de satisfação da criança um objeto é perdido e só pode ser apreendido na busca por ser reencontrado. A repetição da busca de satisfação para sempre perdida é instaurada na nostalgia do objeto perdido marcando uma série de repetições na qual o encontro com esse objeto se mostra impossível.

Dessa forma, a constituição dos sujeitos ocorre através da entrada na cultura, na transmissão da língua materna, na organização psíquica em torno das perdas primordiais, na qual há inicialmente uma associação mítica entre o gozo para sempre perdido e a mãe, que implicam as estruturações psíquicas. E a forma como essas perdas são vivenciadas deixam marcas singulares, não sem consequências na história individual de cada um.

Lacan (2003) considera a família como uma instituição, partindo de seus estudos de Durkheim, concorda com as mudanças culturais sendo responsáveis por dominar os complexos. A partir dessas premissas, vamos adentrar na investigação dos complexos.

2.1.3 Os complexos familiares: mãe, pulsão de morte e o objeto seio

As primeiras realidades do mundo vivo são experimentadas pelo bebê na relação com sua mãe (Lacan, 1999), transferidas ao filho através de seus desejos e ambições antes mesmo do seu nascimento e isso implicará em marcas na vida desse sujeito (Ramirez, 2007). A organização dessas primeiras vivências do sujeito, Lacan denominou de complexos. Para ele, os complexos podem ser definidos como “dominado pelos fatores culturais: em seu conteúdo, representativo de um objeto; em sua forma, ligada a uma etapa vivida de objetivação” e também “em sua manifestação de carência objetiva em relação a uma situação atual, isto é,

sob seu aspecto tríplice de relação de conhecimento, forma de organização afetiva e experiência no choque com o real” (Lacan, 2003, p.34). Assim, compreende o complexo por sua referência ao objeto. O primeiro complexo que o sujeito tem que lidar, e a partir do qual haverá as inscrições das primeiras fixações é o complexo do desmame, no qual a imago do objeto seio é primordial. Todos os complexos irão girar em torno da perda de objetos, e essa dimensão da falta de objeto é a “mola da relação do sujeito com o mundo” (Lacan, 1995, p.35).

O complexo do desmame diferentemente dos animais, demarca que o ser humano não tem uma medida na cultura que determine o momento do término do período de amamentação. Esse complexo representa a forma primordial da imago materna, sendo aquele que funda “os sentimentos mais arcaicos e mais estáveis que unem o indivíduo à família” (Lacan, 2003, p.36). No desmame há a possibilidade de traumas psíquicos que implicam efeitos subjetivos. Através de uma crise vital do desmame, o sujeito é confrontado com uma crise psíquica que se resolve em uma intenção mental de aceitar ou recusar o desmame. Nesse momento, não há um eu estruturado, por isso Lacan (2003) fala de uma intenção e não de uma escolha, a intenção é ambivalente, mas alguma das duas prevalece, aceitar ou não aceitar o desmame. Dessa ambivalência, ocorrerão diferenciações psíquicas e a prevalência original poderá sofrer diferentes destinos. Dessa forma, o fundamental que ocasiona o complexo é a recusa do desmame, “a imago da relação de amamentação que ela tende a restabelecer” (Lacan, 2003, p.37), esses conteúdos se reproduzem nas estruturas mentais, deixam marcas no psiquismo e moldam experiências psíquicas posteriores.

O desmame ocasiona em um complexo já que, a criança apegada ao seio a satisfação é comparada “com os sinais da máxima plenitude” (Lacan, 2003, p.38). Segundo Zafiropoulos (2002), ao trabalhar a origem desse complexo, há uma nostalgia pela mãe maior do que pelo pai. Freud (2006, p.210), também enfatizava essa fase, sendo a amamentação considerada como primeiro, mais importante e primitivo “de todos os vínculos sexuais” cujo objeto de satisfação é o seio materno, ao qual somente ao perdê-lo, a criança possivelmente conseguirá formar uma representação global da pessoa que lhe dava esse tipo de satisfação. O pai da psicanálise destaca ainda a importância dessa primeira forma de satisfação: “Durante todo o período de latência a criança aprende a amar outras pessoas que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades, e o faz segundo o modelo de sua relação de lactante com a mãe e dando continuidade a ele” (Freud, 2006, p.210). Lacan concorda com Freud sobre a importância desse complexo como fundamental na constituição do sujeito ao afirmar que “assim constituída, a imago do seio materno domina toda a vida do homem”, se prende “as

profundezas do psiquismo”, sua sublimação é “particularmente difícil, como se evidencia no apego da criança às ‘saias da mãe’ e na duração desse vínculo, às vezes anacrônica” (Lacan, 2003, p.40).

A sublimação da imago do seio materno é fundamental para novas relações, mas sua resistência se transforma em um fator de morte. Dessa forma, Lacan (2003) apresenta a pulsão de morte freudiana sendo substituída pela mãe. A relação do mal-estar do desmame ao desejo de morte seria o desejo de retorno à totalidade do ser, ao paraíso perdido antes do nascimento. A associação entre mãe e morte ocorreria na busca do sujeito em reencontrar a imago materna se colocando no abandono à morte (Zafirooulos, 2002). Consta-se que desde cedo a criança terá que lidar com a decepção diante da tensão dialética entre o seio ou a mamadeira e o nada (Naveau, 2001).

Lacan desenvolve outros complexos além do de desmame e todos se referem a perdas através das quais ocorrem organizações psíquicas:

O complexo do desmame se organiza em torno da perda do seio materno e mais além do seio, a perda da mãe como Toda; o complexo de intrusão em torno da perda do ser que a posição narcisista implica e que ao mesmo tempo encobre; o complexo de Édipo em torno do objeto primordial de gozo (Rodriguez, 1996, p.89).

O complexo de intrusão foi posteriormente desenvolvido por Lacan através do estágio do espelho no qual o sujeito se constitui a partir da sua imagem e da imagem especular do Outro. Iremos desenvolver esse tempo da constituição dos sujeitos posteriormente nesse capítulo, assim como o complexo edípico.

Segundo Zafirooulos (2002), na década de 50 Lacan já argumenta que a falta da idealização paterna traz consequências no aprisionamento superegótico. Ainda nessa perspectiva, Lacan (2003) aponta que o supereu já recebe através da disciplina do desmame e do controle dos esfíncteres a repressão materna. Para Lacan, “a imago da mãe na identificação edipiana, com efeito, deixa transparecer a interferência das identificações primordiais; ela marca com as formas e com a ambivalência destas, tanto o ideal do eu quanto o supereu” (Lacan, 2003, p.62). Assim a gênese da formação do supereu e da repressão provém além do pai, do objeto materno despertado pelo desejo edípico.

Em 1938 Lacan associa miticamente a mãe com a morte, ele antevê no complexo do desmame que algo de mortífero resta da mãe nos casos em que o objeto não cai, não se separa dentro do campo simbólico e isso irá interferir no real pulsional do corpo do sujeito. Como ocorrem as primeiras separações do sujeito com o mundo? Nesse período inicial, qual a

função da mãe e o objeto seio? O que é o desejo da mãe e o que ele implica para os sujeitos? Essas são as questões que serão desenvolvidas a seguir.

2.2 O Complexo de Édipo

2.2.1 O período pré-edípico

Na obra de Freud, o objeto se apresenta na escolha sexual do sujeito, mas a relação de objeto não é enfatizada. Freud também apresenta o objeto como objeto da pulsão, que é variável, tem a possibilidade de um apaziguamento e trata-se de uma satisfação, sempre parcial, o que já apresenta a ausência de harmonia entre o objeto e a tendência. A essa articulação, Lacan (1995, p.60) atribui que “cada um se sai como pode”.

A função da mãe nesse momento inicial é ser o agente da frustração. Ainda não há uma diferenciação entre o eu, enquanto um ser estruturado, e o mundo externo. Assim, o primeiro objeto com o qual o bebê tem uma relação é o objeto seio, sendo que esse objeto ainda é percebido como parte do próprio corpo do sujeito e a relação com esse objeto implicará em angústia e frustração.

A frustração é bem primitiva na criança, Lacan (1995) a associa às experiências pré-edípicas referentes aos primeiros traumas, fixações e impressões. A frustração é a base e o fundamento que dá forma ao complexo edípico, modela a experiência e tem implicações nesse conflito, de forma mais ou menos intensa. Assim, as implicações do objeto seio como satisfação, gratificação, saturação ou carência são antecedentes importantes que marcam os sujeitos. Um objeto pode, antes mesmo de ser percebido pelo sujeito enquanto um objeto, exercer influência nas suas relações.

Lacan (1995) desenvolve que na relação da mãe com a criança não é possível realizar uma distinção entre o seio materno alucinado pela criança, enquanto processo primário, e o encontro do seio enquanto objeto real. Ou seja, é indiferenciável a apreensão real do objeto que a satisfaz e à satisfação fundada na alucinação. Dessa forma, Lacan (1995) afirma que o essencial é que a mãe ensine a criança a submeter-se às primeiras frustrações. A diferença se instala a partir da diferença entre a alucinação surgida do desejo e a realidade não coincidente com essa. A relação do sujeito com o objeto está fundada no conflito do sujeito com o mundo, está implicada na relação dialética, mas que também comporta uma hiância, entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Em termos dialéticos, o princípio da realidade é o prolongamento do princípio do prazer, na medida em que o segundo princípio se configura por aquilo que é imposto a satisfação. Por outro lado, a hiância entre os dois princípios está na constatação de que, o princípio do prazer pode se satisfazer a partir de formações irrealistas e

“numa forma mais ou menos alucinada” (Lacan, 1995, p.15), enquanto que o princípio da realidade se organiza e estrutura-se de forma autônoma podendo configurar-se diferentemente daquilo que seja desejado.

Lacan (1995) reafirma que, desde a primeira formulação freudiana da oposição do princípio do prazer ao da realidade, o sujeito pode se satisfazer numa relação alucinatória e irreal. A relação de objeto imaginária tem um caráter oral profundo quando considerada a relação dual como real. As leis do imaginário estão presentes na prática levando ao desfecho da fantasia de incorporação fálica dessa relação de objeto. Winnicott foi um psicanalista que demonstrou que se interessa mais pela função da mãe ao se considerar a apreensão da realidade infantil. Assim, os princípios do prazer e da realidade que compunham uma dialética impessoal são substituídos por atores, de forma, que o princípio do prazer estaria para a relação de objeto, através do seio materno, e o princípio da realidade, através da apreensão de se abster desse objeto.

Leguil (2016, pp.37-38) esclarece como o objeto seio se torna essencial ao se problematizar a relação com o Outro e a pulsão. O objeto seio se apresenta na forma fundamental do gozo e da angústia, como um objeto que coloca em questão o corte. De certa forma, é como se a mãe cedesse o objeto seio para criança, como se fizesse parte do próprio corpo da criança, parte do seu ser, nesse momento inaugural, no qual não há a separação do sujeito, do Outro e dos objetos.

Nessa perspectiva, o mesmo autor ressalta que o objeto seio, além de ser a interrupção de uma relação de alimentação, diz respeito ao estar vivo, à angústia fundamental e seu mal-estar que os cuidados maternos não podem compensar. Dessa forma, é importante ressaltar que, em alguma medida, toda mãe será insuficiente para lidar com a falta da criança. Essas relações primitivas da criança se situam a partir da frustração, e essa tem duas vertentes: um primeiro momento em que o objeto é real e a relação é direta, e uma segunda em que o objeto é simbólico (Lacan, 1995).

No início da vida, a criança chora, e esse choro, que pode ser referente à fome, dor, frio, sono, convoca uma resposta e a mãe interpreta, nomeia o que antes se apresentava como um choro, enquanto um apelo, uma demanda (Lacan, 1995). Isso é possível ocorrer pois a mãe está inscrita no campo da linguagem e irá tomar os sons emitidos pela criança enquanto significantes. Nesse primeiro tempo da palavra, o apelo é o responsável por fundar a ordem simbólica e funcionar a partir da lógica de que aquilo que é chamado pode vir a ser rejeitado. Quando a mãe está ausente a criança grita em seu apelo, quando a mãe está presente ela é rechaçada para que possa vir a ser chamada (Lacan, 1999). O grito se produz quando a

linguagem já está instituída, assim como a alternância ausência e presença em que a criança articula os primeiros balbucios (Lacan, 1995).

A simbolização primordial depende dessas idas e vindas, mas também é preciso a ordem simbólica, que permite de alguma forma o acesso ao objeto de seu desejo, o falo, que não é um objeto específico em si (Lacan, 1999). A mãe tem o falo como um objeto que lhe falta, e a criança é uma satisfação para a mãe na medida em que essa criança, de certo modo, satura sua necessidade de falo. A mãe e a criança encontram-se em uma relação dialética na qual cada um espera algo do outro. “A criança, como real, assume para a mãe a função simbólica de sua necessidade imaginária”, sua necessidade do falo que lhe falta (Lacan, 1995, p.71).

Na releitura do complexo de Édipo, Lacan (1995) desconstrói a concepção de uma relação dual, dizendo que a relação é composta por uma tríade: mãe, filho e o falo. O falo é um objeto imaginário central para se pensar o mundo dos objetos. As relações da criança com o falo se estabelecem na medida em que o falo é o objeto de desejo da mãe (Lacan, 1999). A partir desse momento, iremos compreender como o sujeito se constitui a partir dos tempos lógicos do complexo edípico.

2.2.2 O primeiro tempo do Édipo

Na teoria do complexo de Édipo, Freud desenvolve o desejo do filho pela mãe, enquanto Lacan inverte a questão, trazendo a dimensão sintomática a partir do desejo materno sobre o filho (Barros, 2015). O que permitiu a Lacan realizar essa virada da perspectiva de Freud foram os conhecimentos de Hegel, no qual o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Nessa perspectiva, a operação começa no Outro, no seu desejo ou não por aquela criança, implicando em sua existência. Dessa forma, quando Lacan desenvolve no *seminário IV* a relação da criança como falo da mãe, há a dimensão do objeto, mas também seu ser. Dessa forma, é possível pensar que a criança também se constitui como uma resposta ao desejo da mãe (Barros, 2015) e, por isso, a pertinência de retomar o complexo edípico. Em relação ao sujeito neurótico, constata-se o quanto o sujeito pode se confundir com o seu desejo, interpretando seu desejo como o desejo de seus pais, ou de sua mãe (Ramirez, 2007) e como essa problemática também traz implicações, o complexo edípico auxiliará a desenvolver essa concepção estrutural.

No primeiro tempo, a criança está em relação com o desejo da mãe, que é o desejo de desejo (Lacan, 1999). É diferente desejar alguma coisa e desejar o desejo de um Outro, já que isso implica a mãe enquanto objeto primordial e a constituição de que o desejo materno possa

ser desejado pelo desejo do filho. Nessa relação primitiva da criança com a mãe, a criança revela depender do desejo da mãe, de forma que no desejo da criança está o desejo do desejo da mãe. Nesse primeiro tempo então, o sujeito irá se identificar especularmente com o que é o objeto de desejo da mãe e, desejando isso, a criança atinge a satisfação, ao mesmo tempo que tenta ser esse objeto satisfatório para a mãe. O falo é um objeto metonímico, o qual devido à cadeia significante, circula de várias maneiras, e o significado dado ao falo pelo sujeito tem um papel fundamental de objeto universal (Lacan, 1999).

A periodicidade que os furos e ausências se apresentam, a partir das idas e vindas da mãe, introduz a dimensão do objeto que está sempre correlacionado com a falta. A mãe é aquela que introduz o elemento do apelo como algo de novo que será articulado pelo sujeito através da presença-ausência materna. Como já dissemos, quando o objeto materno está ausente, ele é chamado, e quando o objeto se encontra presente, ele é rejeitado. Em ambos os movimentos está presente o registro do apelo que ocorre através da vocalização. Essa escansão do apelo, nos explicita Lacan (1995), apresenta o início da ordem simbólica, a conciliação entre a relação real e a relação simbólica. A falta é o desejo principal e essa é a principal característica da ordem simbólica.

Através do estabelecimento de uma relação com o objeto real, ocorrerão escansões e traços que restam dessa operação, ou seja, através das escansões é possível a passagem do objeto real como algo de uma relação direta, para o início da dimensão simbólica, porém, esse processo deixa marcas e um resto do objeto real. O início da inscrição simbólica ocorre, portanto, entre os opostos presença-ausência e a conotação mais-menos (Lacan, 1995). O objeto seio se encontra no campo da criança e é fundamental que ele caia para que o sujeito se estruture. Entretanto, Lacan já ressalta que parte do objeto real continuará nessa operação e o modo como cada sujeito irá lidar com esse objeto real, enquanto pulsão, gozo, terá implicações.

É somente após a entrada na ordem do simbólico que o que antes se apresentava como a intenção do sujeito, ou seja, seu desejo já passado ao estado de demanda, pode encontrar a mãe enquanto o objeto primordial ao qual se dirige. O desejo se articula, então, através da linguagem, à lei do desejo do Outro. Através da cadeia significante, o desejo do menino cruza enquanto demanda. Isso só é possível através das primeiras simbolizações da mãe, esse primeiro Outro na vida do sujeito, ao qual as primeiras simbolizações estão ligadas às

articulações do *Fort-da*⁶. “Portanto, é na medida em que essa intenção ou essa demanda atravessa a cadeia significante que ela pode impor-se junto ao objeto materno” (Lacan, 1999, p.194).

A dialética do objeto de presença e ausência se organiza de forma dolorosa e simbólica. Nos casos em que a mãe cessa de responder aos apelos da criança, e passa a responder ao seu critério, ela deixa de ocupar o lugar da mãe simbólica e torna-se real, uma potência (Lacan, 1995). A mãe enquanto real, depende dela o acesso do sujeito aos objetos, esses objetos que antes funcionavam no registro da satisfação, passam a ser objetos de dom, objetos simbólicos, de amor.

“O dom se manifesta ao apelo. O apelo se faz escutar quando o objeto não está lá” (Lacan, 1995, p.186). Quando o objeto está presente, ele se manifesta somente enquanto signo do dom, enquanto nada como objeto de satisfação, assim o objeto enquanto dom está lá para ser rejeitado, já que ele está como nada. Esse jogo simbólico é decepcionante, a satisfação aparece como uma compensação substituta, no momento em que a criança anula a decepção do jogo simbólico através do seio, dessa captura oral do objeto real de satisfação. Através da satisfação, a decepção e frustração são adormecidas. O amor enquanto signo é o nada que impede a satisfação, assim, na presença do signo a criança o rejeita e na sua ausência o clama através do apelo. Diante das idas e vindas da mãe, as quais a criança não controla, o objeto seio, enquanto um objeto real, entra enquanto satisfação a qual anula a frustração sentida anteriormente e sufoca a dimensão simbólica dessa relação (Lacan, 1995).

“O objeto vale como testemunho do dom oriundo da potência materna” (Lacan, 1995, p.69). Assim, o objeto satisfaz tanto a necessidade, quanto simboliza uma potência favorável. Em todo esse processo a mãe é onipotente, e não a criança, entretanto o que afeta a onipotência materna através das decepções e carências são o que conta. Lacan (1995) ressalta que as idas e vindas da mãe ocorrem de forma tensional e agressiva do sujeito ao outro, e é em torno disso que irão se cristalizar camadas do que irá constituir o eu do sujeito podendo introduzir aí, para além do lugar de objeto do sujeito para esse Outro materno, a dimensão de que o objeto de amor é tomado de algo que o próprio sujeito como objeto não atinge, ou seja, algo de uma nostalgia, a falta do objeto de amor.

⁶ Freud em *Além do princípio do prazer (1920/2006)* constata, a partir de sua observação, um jogo no qual uma criança pegava um carretel, o atirava para longe e emitia a palavra *Fort*, que significa ‘ir, partir’, logo depois, puxava o objeto para perto de si e ao vê-lo reaparecer emitia a palavra ‘*da*’ que significa ali. Essa brincadeira, que correspondia ao desaparecimento e retorno, ao *fort-da* do objeto, tem vinculação à entrada na palavra, no campo simbólico. A renúncia e a satisfação, o aparecimento e desaparecimento da mãe. Será retomado adiante.

Quando a satisfação da necessidade substitui a satisfação simbólica, ou seja, nessa dialética há uma substituição da exigência de amor pela da satisfação, a libido estará implicada nesse processo, segundo a construção de Freud para além da libido de auto conservação, como libido sexual, há uma satisfação substitutiva da saturação simbólica. O seio funciona, então, enquanto uma função erotizada no campo do desejo (Lacan, 1995).

A mãe passa a poder tudo, inclusive recusar indefinitivamente a partir do momento em que se introduz a inversão simbólica da atividade substitutiva do objeto como real, fazendo com que a mãe se torne real e assim onipotente. A mãe passa a funcionar a partir dessa onipotência real da qual depende o dom ou o não dom onipotente.

A mãe enquanto objeto de apelo está tão presente quanto ausente, os dons da mãe são seus signos de amor, os quais são anulados se forem alguma outra coisa. Existem também os objetos de necessidade, apresentados pela mãe pela forma de seu seio. A satisfação da necessidade vem como compensação pela frustração de amor. O seio da mãe se torna cada vez mais significativo quando a mãe falta à criança. Quando a criança tem a mãe e o seio junto de si ela se sente alimentada e satisfeita, porém não consegue se separar da mãe.

Para desenvolver a ideia da constituição do objeto com as relações de frustração, Lacan (1995, p.176) propõe que a introjeção é uma metáfora oral, o mesmo que incorporação nesse primeiro momento. O lugar do seio e da chupeta enquanto objetos funcionam a partir do momento em que “um objeto real assume sua função como parte do objeto de amor”, assumindo assim uma significação simbólica. A pulsão irá se direcionar para o objeto real como parte do objeto simbólico, tornando esse objeto real também um objeto simbólico (Lacan, 1995, p.178).

O mesmo autor ressalta em seu trabalho que o mecanismo oral regressivo pode interferir na relação amorosa a partir dessa lógica de funcionamento. O que se apresenta enquanto um objeto real que pode satisfazer uma necessidade real, pode se tornar elemento de um objeto simbólico de forma que qualquer outro objeto capaz de satisfazer uma necessidade real pode se colocar em seu lugar. Assim, principalmente a palavra é o que se toma enquanto objeto simbolizado e materializado.

Os objetos do dom podem variar, mas a questão é o valor significante enquanto signo de amor que o objeto vem a ocupar. Lacan articula o dom com a palavra, “o dom da palavra (...) desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras” (Lacan, 1995, p.192). Diante da frustração de amor, a regressão oral ao objeto primitivo de devoração aparece como compensação, essa reação de incorporação é responsável por incorporar certas palavras que estão na origem da formação precoce do

supereu. Assim “o que o sujeito incorpora sob o nome de supereu é algo análogo ao objeto de necessidade, não na medida em que ele mesmo seja o dom, mas na medida em que ele substitui a falta do dom” (Lacan, 1995, p.178). Diante disso, questiona-se se, diante da falta do dom, da inscrição de amor e de um lugar no mundo, se é possível que o sujeito incorpore de forma mais incisiva as palavras e os objetos da necessidade, levando a um supereu mais insaciável, considerando a gula do supereu, e menos dialetizável pelo tratamento simbólico e do amor.

Esse supereu precoce parece estar próximo do supereu insensato, objeto nessa investigação. Podemos nos perguntar em relação ao sujeito, quando fica muito na frustração e não no campo do dom, o que poderia vir diante da ausência de afeto, ou de palavras? Essa ausência poderia fazer com que o sujeito se encontrasse numa posição de deriva em relação ao simbólico? O que substituiria o dom? Levaria à configuração de um supereu mais insensato e exigente? Trata-se de questões que serão retomadas no capítulo dois.

Quando o objeto é real e a ação da criança para alcançá-lo substitui a exigência simbólica, há uma regressão. Assim:

O fato de que a criança anule sua decepção em sua saciedade e seu assujeitamento ao contato ao seio ou de um outro objeto qualquer, isto é o que lhe permitirá ingressar na necessidade do mecanismo, que faz com que a uma frustração simbólica possa sempre suceder a regressão (Lacan, 1995, p.193).

Consideramos, então, que o campo da busca da satisfação é insaciável e que a “mãe constitui um campo virtual de aniquilação simbólica, do qual todos os objetos vindouros irão tirar, cada um por sua vez, seu valor simbólico” (Lacan, 1995, p.189). A partir dessas premissas é possível indagar: quais os efeitos que a mãe tem sobre o filho? O que isso implica na história de cada sujeito? E o que resta como impossível de ser simbolizado do objeto, o que é feito com isso? Através da leitura do estádio do espelho e posteriormente do capricho materno será possível iniciar algumas considerações sobre os efeitos que esse primeiro tempo do Édipo e a mãe podem ter para um filho.

2.2.3 Premissas da vinda do sujeito ao mundo e o estádio do espelho

Lacan (1998, d) afirma que, através das contribuições da linguística, mais especificamente de Lévi-Strauss, consideramos a estrutura do sujeito enquanto estrutura de linguagem, a qual implica uma articulação significativa e cuja questão é pensar uma topologia para essa estrutura. É o estruturalismo que nos permite articular a experiência com o campo do que isso fala. Lacan (1998, d) concorda com o psicanalista e psiquiatra Daniel Lagache quando coloca que, antes do nascimento da criança, ela existe pra outrem, em suas expectativas,

projetos e atributos, essa é a própria concepção do inconsciente enquanto discurso do Outro. O sujeito é antes do seu nascimento um polo de tributos, de significantes mais ou menos ligados a um discurso, através dos quais o sujeito pode vir a sufocar. Essa questão vai mais além, de forma que a lei abrange a linguagem e a existência do sujeito “já é sustentada, inocente ou culpada” (p.659), antes que ele venha ao mundo. Diante disso, constata-se que haverá “um erro de pessoa”, “quanto aos méritos dos pais, em seu ideal do eu, ao passo que, no velho processo de justificação no tribunal de Deus, o novo homenzinho retomará um dossiê anterior a seus avós: sob a forma do supereu deles” (Lacan, 1998, p.659). Essa afirmação lacaniana nos direciona à questão de que os avós, transmitem aos netos, através dos pais, o supereu por meio da estrutura de linguagem, como veremos no caso de um adolescente no terceiro capítulo de forma mais detida retomando essa premissa. Lacan (1998) ainda afirma que, na observação freudiana recordada por Lagache, percebe-se o efeito e o campo da fala e da linguagem que apontam para a topologia dos sujeitos. A determinação do desejo decidido e não anônimo dos pais é um fator determinante nessa transmissão significativa que repercute profundamente em cada um. A anterioridade significativa e a da relação do discurso do Outro em sua história já inscreve o lugar e seu não lugar ao vir ao mundo nesse momento inicial. Lagache afirma que, no momento inicial, o sujeito e o objeto não são diferenciados, mas já há marcas que esse sujeito experimenta e que inscrevem sua existência. O sujeito passa a existir na fala de seus pais, anterior a seu nascimento. Assim, é no Outro, enquanto tesouro dos significantes o lugar onde o sujeito surge, se constitui na existência e no campo do desejo.

Desde muito cedo é possível que o sujeito reconheça sua imagem no espelho como sua, no qual, ainda que sem ter o controle da marcha, a criança passa por um momento de júbilo frente à própria imagem (Lacan, 1998) e do sentimento de triunfo através da captura de sua própria imagem de forma especular e a constituição gestáltica dessa imagem. Todavia, ocorre também a derrota da criança ao constatar que o corpo materno não lhe obedece. Assim, há o surgimento do sentimento de impotência da criança diante da onipotência materna (Lacan, 1995).

Lacan (1998, a) transpõe o termo *imago* para o termo identificação, sendo essa identificação produzida quando o sujeito assume sua imagem. A matriz simbólica do eu se precipita nessa fase primordial, momento anterior à identificação e a função da linguagem lhe restitui sua função de sujeito. Essa forma é a do eu ideal, que está em uma linha de ficção, e é anterior à determinação social do sujeito. O sujeito antecipa sua imagem no espelho, como a maturação de uma potência de uma forma gestáltica e exterior a si mesmo. Não é possível que o sujeito veja seu corpo inteiro, mas pela projeção dessa imagem no espelho, o sujeito vê em

algo externo. Essa gestalt possibilita, de forma primitiva, simbolizar a permanência mental do eu e seu destino alienante ao Outro (Lacan, 1998, a).

É a partir dessa análise que Lacan (1998) desenvolve o campo imaginário, no qual, o sujeito se constitui a partir do Outro e dessa imagem vista de fora, esse aspecto duplo, alienante à linguagem e ao Outro e condição para sua constituição subjetiva, na mesma medida em que desenvolve reflexões sobre os casos de paranoia. Entre os adolescentes envolvidos com a criminalidade frequentemente escutamos que, a partir do olhar do outro, dessa relação especular, dão-se os atos de agressividade, direcionados àqueles que “olharam torto” ou os reconheceram com medo, como se fossem fazer alguma coisa, e reafirmam “aí que eu roubei mesmo”. Nessa situação, é a partir da projeção especular, na qual o sujeito antecipa uma certeza de que o outro o olhava com medo, que então o sujeito efetua o roubo. O adolescente projeta nesse outro uma ideia imaginária que é sua e que tem para ele estatuto de certeza.

A função do *estádio do espelho* é estabelecer a relação do sujeito com a realidade, sendo essa relação alterada no ser humano já que o sujeito sai da insuficiência a uma precipitação e se organiza através de um engodo gestáltico da imagem total do corpo. Através da imagem gestáltica, o sujeito passa pela assunção de uma identidade alienante que implicará sua estruturação mental. É a partir do estágio do espelho que é inaugurada a identificação com a imago do Outro, ao ver o Outro no espelho e poder reconhecer posteriormente a si mesmo nessa imagem projetada. Essa questão é frequente nos bebês que, antes de desenvolverem essa separação com o Outro, tendem a agredir o colega e, posteriormente, chorar como se fossem eles que tivessem sido agredidos (Lacan, 1998, a).

É somente a partir dessa separação mínima entre o eu e o Outro, adquirida pela dimensão simbólica implicada nesse processo, que a questão bascular para a mediatização do desejo do Outro irá se configurar. Lacan (1998, a) destaca o narcisismo primário como próprio desse momento, a relação da libido narcísica com a função alienante do eu e a agressividade decorrente desse processo de constituição subjetiva separada do Outro, mas concomitantemente alienada pelo assentimento subjetivo a esse Outro. A cifra do destino mortal presente em cada sujeito em sua constituição alienante está no assentimento frente ao Outro do “*tu és isto*” (Lacan, 1998, a, p.103). Para que o sujeito entre na linguagem, ele terá que ter uma posição, o assentimento subjetivo, e isso implica na voz do Outro que a reenvia ao sujeito como “*tu es isto*”. Entre o significante e o ser, sempre há o enigma, do nascimento e da morte, nesse ponto fora de sentido em que reside o supereu (Campos, 2015).

Para Ramirez (2007) é fundamental destacar que no momento em que a mãe investe o filho do significante fálico do objeto de seu desejo a sua intenção agressiva também se infiltra. Assim, a posição subjetiva do sujeito frente ao Outro também responde a essa tendência agressiva presente no desejo materno e isso ocorre em todos os casos: os sentimentos ambivalentes pela parte materna de amor e ódio. Ramirez (2007) faz uma colocação interessante ao dizer que o desejo do Outro materno se apresenta enquanto um imperativo, no qual o sujeito pode responder com angústia frente ao seu lugar de objeto. O sujeito pode imaginar o desejo do Outro no ponto que lhe concerne, a agressividade como um desejo de matá-lo e de que ele não exista, sendo que seu desejo será confrontado a esse processo imaginário.

Continuaremos essa investigação da constituição do sujeito frente ao capricho materno buscando esclarecer a função materna e como o desejo da mãe incide sobre o sujeito na sua constituição primordial.

2.2.4 O capricho materno

Lacan (1995) faz uma leitura na qual o objeto está implicitamente presente quando elabora a noção de realidade e também implicado nas relações fundamentais em que o sujeito se faz de objeto para o Outro. Assim, a criança está assujeitada ao capricho materno, ainda que esse seja articulado. Esse autor afirma que o que ele está formulando é imperativo em toda sua experiência. Assim a criança se encontra submetida ao que Lacan (1999) chama metaforicamente e antecipadamente de lei da mãe. Essa lei não é controlada, o desejo do sujeito ainda está completamente dependente dessa lei materna que se articula somente na mãe enquanto sujeito que a sustenta. Dessa forma, essa lei se baseia somente “no bem-querer ou malquerer da mãe, na mãe boa ou má” (Lacan, 1999, p.195). A partir do momento que a criança terá seu desejo dependente da mãe ao se constituir como desejo do desejo da mãe. Desse modo, a criança fica à mercê desse Outro, de suas idas e vindas, do capricho materno. Ao se identificar especularmente com o falo, a criança estará submetida à lei do desejo do Outro que, no caso da criança, é primeiramente a mãe ou quem exerça essa função. É fundamental reafirmar que Lacan (1999) associa nesse momento o desejo da mãe, com o seu “querer” e com a dimensão imperativa.

Laurent (2011) salienta que, a mãe não é dissociável da mulher, ela tem uma relação com o falo, mas também com o seu “para além”. A partir dessa premissa, Miller (2001, p.79) retoma a pergunta de Freud “o que quer uma mulher” propondo como resposta: “ela quer

querer”. O gozo do querer pode dizer respeito ao próprio querer do sujeito ou, nos casos em que o querer diz respeito ao querer do Outro, o sujeito se manifesta de forma submissa.

O ato de querer é um gozo desprendido na feminilidade apresentando um caráter incondicional, absoluto e infinito. Essa dimensão da vontade se manifesta de forma mais evidente no capricho. Ele localiza que o capricho está presente no ensino clássico de Lacan sobre a metáfora paterna. Onde o pai tem o nome e representa a lei, enquanto nome-do-pai, responsável por substituir o desejo da mãe, constata-se que é aí, nesse desejo materno, que o capricho se apresenta.

Miller (2001) menciona Zeus para os Gregos, ou Júpiter para os Romanos, como a divindade mais caprichosa que semeava descendentes por toda parte. Em um segundo momento, permite a questão, será que são as crianças, filhos do capricho desse Deus, que tornam-se caprichosas? A partir da pesquisa em alguns dicionários, o autor constata alguns sentidos da palavra capricho. Enquanto um sentido diz respeito ao caráter imprevisível do capricho, em outro há uma prevalência da mobilidade, inconstância e irregularidade. O capricho enquanto vontade é aquilo que não faz reservas, é o oposto da racionalização ou das motivações que implicam um julgamento.

Miller (2001) propõe a existência de afinidades entre a feminilidade e a dimensão da vontade, sendo essa um gozo infinito, absoluto e incondicionado. Muitas vezes apresentada pelo capricho, a vontade é fora-da-lei, inconstante, inesperada e irracional. Indica que “a vontade brilha na fissura do sujeito” (p.82), ela é acéfala, pulsional e faz o sujeito desaparecer enquanto ele é agido. Dessa forma, a vontade age no sujeito e ele assume essa vontade como sua em uma lógica na qual “eu quero aquilo que me impulsiona” (p.82).

O Édipo demonstra que o pai e a mãe não gozam daquilo que deviam gozar. Além disso, no caso do gozo materno não ser interdito, o filho ficará toda sua vida envolvido nesse gozo e conclui “compreendemos bem porque o cristianismo inventou a Santa Família, pois é preciso nada menos que Deus para normalizar, normatizar, o gozo materno. O princípio de unidade, da Santa Família do inconsciente, é o segredo” (Miller, 2007, pp. 81-82). Esse segredo tem relação com o gozo do pai e da mãe, podendo ser a infidelidade, o incesto, o crime, a psicose, entre outros. Nesse aspecto do segredo, como indicado no exemplo de Miller (2007) sobre a figura de Deus na sagrada família, percebe-se como o gozo materno pode ser algo avassalador na vida de um sujeito, com o qual o filho pode ficar embaraçado.

Além disso, a frustração vivenciada pela criança “diz respeito a algo que é desejado e não obtido, mas que é desejado sem nenhuma referência a qualquer possibilidade de satisfação nem de aquisição. A frustração é por si mesma o domínio das exigências

desenfreadas e sem lei” (Lacan, 1995, p.36). A frustração é um dano imaginário que está no domínio da reivindicação. “A criança aniquila, na satisfação, a insaciedade fundamental dessa relação. Ela adormece o jogo na captação oral. Sufoca aquilo que se origina da relação fundamentalmente simbólica” (Lacan, 1995, p.186).

É interessante constatar que, mais uma vez na relação com a mãe, o que antes Lacan apresenta enquanto uma associação à morte, a insaciedade, agora se apresenta enquanto uma lógica imperativa e sem lei. Esses aspectos, que também se apresentam enquanto referenciados ao supereu, trazem a questão sobre haver a possibilidade de transmissão do supereu enquanto insaciável, imperativo e sem lei que se relacione à mãe ou o que do Outro materno retorna como inassimilável e, por isso, impositivo. Essa é a questão que orienta esse trabalho e se apresenta ao longo do percurso de elaboração e indagação.

2.2.5 O falo para a mãe em diferentes vertentes

A mãe tem como objeto do seu desejo o falo, a relação dessa mãe com o falo poderá ser diferente pela perspectiva da estrutura. Entretanto, o falo é primordial na estruturação subjetiva materna, pode estar em diferentes estados como objeto e isso implicará nas complicações que poderão ser produzidas. “A criança, como real, assume para a mãe a função simbólica de sua necessidade imaginária”, sua necessidade do falo que lhe falta. A criança, então, realiza sobre si mesma essa imagem fálica, intervindo aí, então, a relação narcísica (Lacan, 1995, pp.71-72).

Lacan (1995) introduz uma questão fundamental na qual o modo com que a criança é introduzida ou induzida no lugar do falo, enquanto falo da mãe, tem implicações. A criança não é apenas a criança, é também o falo, a criança só terá acesso a isso após certa simbolização, e o modo como a mãe lida com a privação do falo também está presente nessa experiência. Além disso, o que está em questão é também “a ligação que a criança estabelece entre o falo e a mãe” p.57).

O falo imaginário é o pivô, o qual pode levar o sujeito a se perder por labirintos e até mesmo vir a ser devorado. O fato de que à mãe falta o falo. Este é o caminho de saída. A mãe deseja o falo já que esse lhe falta e é a partir do momento que algo lhe proporcione esse falo que a mãe pode ser satisfeita. O falo imaginário realiza um papel significantemente principal. Ter ou não ter o falo imaginário e depois simbolizado tem uma importância econômica no complexo edípico, tem implicações no complexo de castração e nas fantasias da mãe fálica. A etapa crucial da frustração primitiva implica o modo como a criança se engaja no engodo da dialética intersubjetiva com a mãe. O que a criança faz para satisfazer o desejo da mãe, que é

insaciável e não pode ser satisfeito, a engaja em se fazer um objeto enganador. Já que o desejo da mãe não pode ser satisfeito, ele pode ser enganado. Segundo Lacan (1995, p.198), “precisamente na medida em que mostra a sua mãe aquilo que não é, constrói-se todo o percurso em torno do qual o eu assume sua estabilidade”. A criança se faz de objeto para enganar, de forma engajada diante do Outro numa posição em que é constituída a relação intersubjetiva:

“Reencontramos aqui a possibilidade da regressão. Esta mãe insaciável, insatisfeita, em torno de quem se constrói toda a escalada da criança no caminho do narcisismo, é alguém real, ela está ali e, como todos os seres insaciados, ela procura o que devorar, *quaerens quem devoret*. O que a própria criança encontrou outrora para anular sua insaciedade simbólica, vai reencontrar possivelmente diante de si como uma boca escancarada. A imagem projetada da situação oral, vamos reencontrá-la também no nível da satisfação sexual imaginária. O furo aberto da cabeça da Medusa é uma figura devoradora que a criança encontra como saída possível em sua busca da satisfação da mãe” (Lacan, 1995, p.199).

É importante ressaltar que o filho encontra-se isolado e desprovido de qualquer coisa que não seja o desejo desse Outro materno, sendo que o desejo desse Outro pode estar presente ou não (Lacan, 1999). Nos casos em que esses filhos não encontram um lugar de inscrição no desejo do Outro materno, ou de quem possa vir a realizar essa função, as crianças sucumbem a um gozo opaco e desmedido (Barros, 2015). Algumas distinções entre a criança não desejada e a criança não bem-vinda, que contribuem para pensar nesses casos, são trazidas por Ferenczi (2011), psicanalista que muito contribuiu com Freud e referenciado por Lacan. Segundo ele há impressões traumáticas na primeira infância que levam a sentimentos de desprazer quando a criança é retirada do calor do ambiente materno e esse sentimento será revivido a cada vez que o sujeito se encontra submetido em uma compulsão à repetição, à pulsão de morte. O autor afirma que, quando o sujeito vem ao mundo sem ser um hóspede bem-vindo, o sujeito registra os sinais e indícios tanto conscientes quanto inconscientes de aversão, impaciência da mãe, de forma que a vontade de viver é quebrada. A vontade de morrer torna-se facilmente suscitada nos casos desses sujeitos frente o menor dos acontecimentos, ainda que essa vontade fosse tencionada.

Quanto aos traços de caráter desses sujeitos, há o destaque do pessimismo moral e filosófico, desconfiança, ceticismo, inapetência para o trabalho e o esforço prolongado, e um certo infantilismo emocional. Ele afirma ainda que crianças acolhidas sem carinho e com rudeza morrem com facilidade e de boa vontade. De forma que os meios orgânicos através de doenças cumprem esse destino da morte ou, se escapam a ele, conservam uma aversão à vida

e um pessimismo. De alguma forma, esse autor considera que a “força vital” que resiste às dificuldades da vida, não são melhores no início da vida, sendo que a criança pequena, sem saber o que levou ao seu ser estar no mundo, deve através do amor, cuidados e ternura dos pais, ser conduzida de forma a evitar que as pulsões de destruição funcionem nesse propósito.

Além disso, Ferenczi (2011) ainda considera importante diferenciar a sintomatologia das crianças, que primeiramente eram tratadas com entusiasmo e depois foram colocadas de lado, e aquelas que desde sempre não foram tratadas com entusiasmo. Como direção do tratamento aos pacientes que não foram desejados, afirma a importância de se acolher a forma infantil com a qual o paciente se apresenta. Para que desse modo esses pacientes possam desfrutar da irresponsabilidade da infância, como um *laisser-faire*, e somente depois o analista deve, de forma cuidadosa, abordar as exigências de frustração que se apresentam na vida.

Essa ‘adaptação à realidade’ para lidar com as frustrações são fundamentais no processo analítico desses sujeitos, entretanto, deve-se considerar a possibilidade de desfrutar da felicidade onde ela for oferecida (Ferenczi, 2011). Assim, nos melhores dos casos o sujeito é desejado e isso implica em sua existência simbólica, porém, nos casos em que o sujeito não é desejado pode resultar na sua não existência simbólica. Para Laurent (2018), a pulsão de morte mais realizada no que concerne ao filho é o infanticídio, mas há também maus-tratos e abandonos que podem se apresentar. Cabe dizer que, para Lacan, não se trata de ‘adaptar-se à realidade’, mas de suportar a condição do desejo e da responsabilidade, a partir das marcas de inscrição do sujeito no vazio do Outro.

Se nesse momento inaugural o sujeito está completamente submetido ao Outro materno, veremos a seguir como, a partir do segundo tempo do Édipo, o sujeito pode se separar desse lugar de assujeitado para se constituir no mundo do simbólico.

2.2.6 O segundo tempo do Édipo

No segundo tempo do Édipo, a mãe, ou quem exerce essa função, se passou pelo Édipo e pela castração, também está submetida à lei da linguagem. Freud (2006) irá trabalhar a entrada da criança no registro simbólico através do *Fort-da*, brincadeira na qual a criança irá repetir ludicamente o balbuciar de sons, fonemas, para tentar dar conta da presença e ausência da mãe. Desse modo, a criança se insere na linguagem, a mãe passa de um status de objeto ao de símbolo, através de significantes, sendo que esses sempre remetem a uma falta do objeto.

Inicia-se o reconhecimento pela criança de que a mãe busca e deseja outras coisas para além dela, a relação deixa de ser imediata, passando a ser mediada pela linguagem.

A primeira simbolização dessa mãe é o que permite que algo seja subjetivado e a vinculação de dependência efetiva da criança com a mãe se desvincula. É no momento em que a criança constata que a mãe enquanto ser primordial pode ou não estar presente que a subjetivação consiste. Através da simbolização a criança começa a se dar conta de que a mãe pode desejar coisas diferentes e há o desejo que não satisfaz o desejo da criança (Lacan, 1999). Quando a criança constata que à mãe falta o falo e que ela é desejanter, isso afeta a potência materna, e isso, para Lacan (1995) é um fator decisivo. Além disso, no momento em que o sujeito constata que a mãe também falta, essa falta faz com que ele mesmo, especularmente se perceba como impotente, em falta.

É a partir do estádio do espelho e da relação especular que o bebê irá se dar conta de que ele está em falta. A relação imaginária desse momento ocorrerá a partir do fundamento das relações simbólicas entre o objeto e a mãe, de forma a fazer perceber que, tanto à mãe quanto à ela, criança, algo pode faltar imaginariamente (Lacan, 1995). O que está em questão no final da fase pré-edipiana é que a criança assuma o falo como significante, já que ele é o instrumento das trocas simbólicas e da constituição das linhagens.

Nesse tempo, a criança deixa de ser o falo, através da dialética de ter ou não ter o falo e a mãe deixa de ser a lei, ou seja, a lei e o falo deixam de estar vinculados a um personagem (Lacan, 1999). Assim, também para ascender à condição de sujeito, a criança, que primeiramente é falada pelo Outro e marcada por seus significantes, terá que produzir uma articulação da linguagem ao saber, subjetivando essa fala. A partir das idas e vindas de quem realiza a função materna, a criança começa a perceber que a mãe deseja outras coisas para além dela e, a partir disso, cada sujeito formará uma questão fundamental que irá nortear sua vida: O que esse Outro deseja de mim? ou “O que queres? *Che vuoi?* Esta interrogação fundamental nos dá, da maneira mais cativante, uma ilustração da função do supereu” (Lacan, 1995, p.172).

Nesse momento, constata-se o supereu enquanto agente da lei em sua versão terrível e ameaçadora. O Outro não tem como responder a essa pergunta do sujeito, o desejo da mãe é uma incógnita, é barrado, e cada um irá imaginariamente constituir a forma que acha que deve ser para ser desejado: “o falo imaginário é o pivô (...) É preciso estudar esse labirinto onde o sujeito habitualmente se perde, e pode mesmo vir a ser devorado. O fio para se poder sair é dado pelo fato de que à mãe falta o falo” (Lacan, 1995, p.194). A cabeça de Medusa se apresenta nessa relação com o desejo materno em que o sujeito se pergunta sobre esse desejo,

surge o caráter enigmático do inconsciente que se fixa e se apresenta cifrado como desejo do Outro.

A importância econômica de ter ou não o falo imaginário e simbolizado ganha uma dimensão econômica no Édipo. No que compete ao complexo de castração, o falo pode se apresentar como possível gerador de uma fantasia da mãe toda fálica por parte da criança. Nesse momento, constata-se que, além da gula e da possibilidade de ser devorado, Lacan (1995) cita que a questão “o que queres de mim” se apresenta através de uma voz cavernosa, essa voz que vocifera, também característica do supereu.

Para Lacan (1995), é dessa forma que, confrontado com a ordem simbólica, a função do pai aparece como pivô do drama. O pai intervém no plano imaginário como aquele que promove a privação da mãe, de forma que aquilo que a criança endereça à mãe como Outro já retorna enquanto a lei do pai. Esse estágio nodal e negativo permite que a criança se desvincule da sua primeira identificação de ser o falo materno e se ligue ao aparecimento da lei, sendo o objeto do desejo da mãe, do qual ela depende, sendo um objeto que o Outro tem ou não tem.

A estreita ligação desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas de um Outro, com o fato de que o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído, na realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo. O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai (Lacan, 1999, p.199).

A castração exercida nesse tempo é a privação da mãe, não é a do filho. O desejo da mãe é o desejo do Outro e comporta um para-além que para ser atingido depende da mediação do pai na ordem simbólica (Lacan, 1999, p.190). A simbolização introduzida no primeiro tempo do complexo não é suficiente para assegurar que o bebê, como objeto do desejo da mãe, não seja reincorporado “como objeto de gozo, ao sujeito feminino”. O que revalida a castração é essa interdição de gozo e transforma o falo enquanto significante simbólico (Santiago, 2001, p.97).

Lacan (1999) argumenta que a mãe também contribui e, na maioria das vezes realiza, através de suas falas, a proibição da pulsão do filho nos momentos de masturbação. A ameaça de castração demanda um agente, seja o pai ou a mãe, que diz à criança que irá “mandar cortar seu pênis”, o menino se sente cortado por imaginar isso, ou seja, a castração simbólica se dá no falo imaginário. Apesar de ressaltar a importância da ameaça de castração no complexo edípico, o autor deixa evidente que tanto a mãe quanto o pai podem realiza-lo,

sendo que basta a mãe para realizar essa função: “Vocês poderiam objetar-me: - Esse é propriamente o nível da castração, e o senhor diz que o pai não é tão útil assim! Pois é justamente o que digo, isso mesmo” (p.178). Para que ocorra a castração é fundamental que tenha um Outro implicado “e pouco importa que aqui o chamemos de mãe castradora ou de pai da interdição original” (Lacan, 2005, p.260).

O pai proíbe a mãe por ser seu objeto e não do filho, assim o filho fica frustrado e gera a rivalidade com o pai. No campo da frustração, o pai funciona enquanto simbólico, com detentor de um direito. No campo da privação, é o momento em que o pai é preferido no lugar da mãe, permitindo a identificação pelo ideal do eu (Lacan, 1999). Dentro dessa lógica, Vinciguerra (2018) ressalta que, mesmo que o filho seja criado pela mãe sem a presença paterna, enquanto uma mãe *solo*, o que implica esse momento “é a incidência da castração da própria mãe, através do que ela diz (...) que está em jogo” (p.110). Sabemos que, ao final de seu ensino, é a própria linguagem cuja função de tradução é sempre incompleta, que traumatiza o corpo e o castra no sentido de introduzir uma impossibilidade. Também cabe explicar que o pai do nome, ou o pai em sua função de nomear, se distancia daquele período, diferentemente deste período da metáfora paterna, no qual ele ainda aparece como o que interdita o gozo e cria condição do desejo. Vejamos como Lacan constrói essa função metafórica assentada no nome-do-pai.

2.2.7 A metáfora paterna

Ao desenvolver a metáfora paterna, Lacan (1999) está se referindo ao complexo de castração e ao modo com que um sujeito tem que se introduzir na estrutura, nessa relação. A metáfora paterna concerne a função do pai no complexo edípico cuja importância é o recalque infantil sobre a existência do desejo da criança pela mãe, esse desejo é primordial. A função do pai no complexo de Édipo é funcionar enquanto uma metáfora. O pai enquanto o significante nome-do-pai vem substituir o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno, o desejo da mãe. A mãe com suas idas e vindas é o que possibilitou o sujeito simbolizar de forma que o mundo se altera com suas chegadas e idas. A questão central é sobre o significado, “o que quer essa mulher aí?”. A metáfora paterna contém o filho como substituto do falo podendo se apresentar como uma solução possível a falta fálica feminina. A criança constata que a mãe deseja outras coisas para além dela, esse é o “x”, a incógnita, o significado. O significado desse desejo da mãe é o falo.

$$\frac{\text{nome-do-pai}}{\text{desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{desejo da mãe}}{X}$$

Lacan (1999) afirma que a criança pode mais rapidamente ou de forma mais demorada, vislumbrar desde cedo o significado do “x” e fazer-se de falo. Entretanto a via imaginária pode acarretar em fixações por nunca ser completamente acessível “deixando sempre alguma coisa de aproximado e insondável” (p.181). Dessa forma, há sempre algo que resta e não é possível de ser tratado de modo totalizante pelo campo simbólico. Para Miller (2007) o sujeito deve passar da necessidade à palavra, de forma que a metáfora se cumpre ao guardar o que o outro dirá para satisfazer a necessidade; “é nesse momento de substituição da necessidade pelo significante que nasce o fenômeno de desvio que se chama pulsão” (p.83). Sendo a pulsão aquilo que está entre o psíquico e o somático, e não há um objeto definido que a satisfaça, contata-se como na pulsão há algo da dimensão da constituição subjetiva enquanto um resto não simbolizável.

O que permite a via simbólica e metafórica produzindo um resultado comum é a substituição do pai pela mãe como significante segundo a fórmula:

$$\frac{S}{S'} \cdot \frac{S'}{X} = \frac{S(1)}{s'}$$

Cai o elemento intermediário e o S, o nome-do-pai, se apodera enquanto metáfora do objeto de desejo da mãe, o falo. A solução dos impasses do Édipo são resolvidos por essa substituição significativa. A metáfora está situada no inconsciente do sujeito (Lacan, 1999, pp.181-182).

No Édipo, o pai realiza três funções: castração, frustração e privação. O falo precisa estar projetado enquanto símbolo para que o pai funcione mostrando aquilo que a mãe não tem. Ao constatar a mãe enquanto privada do falo é que “coloca-se para o sujeito a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo, de dar valor de significação a essa privação da qual a mãe revela-se o objeto. Essa privação o sujeito infantil a assume ou não, aceita ou recusa” (Lacan, 1999, p.191). A posição do sujeito é fundamental para a sua constituição subjetiva. Nos casos em que a criança não ultrapassa esse ponto nodal de aceitar a privação do falo efetuada pelo pai na mãe, a criança mantém de certa forma a identificação com o objeto

da mãe, como esse objeto-rival desde a origem e isso ocorre seja na perversão ou na neurose (Lacan, 1999). Assim, dependendo de cada estrutura, caberá ao sujeito no plano imaginário, ser ou não ser o falo.

Ao privar a mãe do objeto fálico de seu desejo, o pai cumpre uma função nas neuroses e no complexo edípico. Quando o pai funciona ao privar a mãe do falo, de forma a mostrar que a mãe não tem o falo, o sujeito irá se posicionar diante disso, e isso é fundamental (Lacan, 1999). A questão de onde vem os bebês é central para toda criança, se perguntar sobre sua história, na qual sua mãe como mulher concebe uma criança e qual a participação do pai. A ficção como forma de circunscrever o vazio do *ex-nihilo* é inventada pela criança para subjetivar simbolicamente a castração da mãe (Santiago, 2001).

A autora elucida que a castração irá fundar o inconsciente e seu saber, diante da angústia, em que alguns sujeitos, fazem quadros de fobia, os quais funcionam como uma defesa do nada querer saber sobre a castração articulada a dimensão fálica do objeto. Outra saída é a eleição de um fetiche para denegar a descoberta feita, de forma que a existência do pênis permanece, mas de forma deslocada. Dessa forma, constata-se que “descobrir que a mãe é uma mulher introduz, no universo da criança, algo que é da ordem de um corte” (p.98). O nome-do-pai é uma transmissão que permite fixar o falo enquanto simbólico e pacificar essa experiência. O pai funciona, então, enquanto um suporte simbólico constituindo uma separação que não permita a mãe fazer da criança seu objeto de gozo (psicose infantil) ou reduzir a criança ao ideal irrealizado (casos de perversão). Nesses dois casos nos deparamos com patologias do desejo enquanto causa. Além da questão estrutural, diferentes suscetibilidades marcarão caminhos por onde o gozo esvairá. No terceiro capítulo, através dos casos, teremos a oportunidade de retomar essa incidência e suas possíveis consequências.

A questão da escolha do sujeito nessa posição é também um tanto quanto relativa ao considerar que “a frase foi começada antes” do sujeito por seus pais, e a forma como cada um desses pais, com essa frase começada se posiciona, também tem implicações (Lacan, 1999, p.192). Além disso, é somente na medida em que a mãe valida o pai, que ele poderá através de sua presença realizar sua função no lugar da lei e estar na posição metafórica. Isto posto, a questão que emerge trata da relação da mãe com a palavra do pai na medida em que o que o pai diz não seja igual a zero. Em outras palavras, o pai intervêm enquanto significante nome-do-pai, a fala articulada do pai e a lei, mas:

O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como nome-do-pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o

desenvolvimento da doutrina freudiana no-lo anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do seu objeto de desejo (Lacan, 1999, p.197)

Assim, de acordo com a metáfora, constata-se que o “capricho é uma vontade fora da lei” (Miller, 2001, p.79), o desejo da mãe é o desejo do Outro e comporta um para-além que para ser atingido depende da mediação do pai na ordem simbólica. A metáfora paterna concerne a função do pai no complexo edípico cuja importância é o recalque infantil sobre a existência dos desejos da criança pela mãe, esse desejo primordial (Lacan, 1999). O pai funciona na metáfora enquanto uma função de nomeação simbólica capaz de significar o desejo da mãe. É essencial que a função do pai intervenha no desejo enigmático da mãe, já que não é possível que um sujeito se mantenha indiferente ao desejo do Outro materno, Lacan o apresenta em 1970 como:

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que pode lhe dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso (Lacan, 1992, p.115).

Segundo Barros (2015), o desejo da mãe é um enigma que insiste na articulação entre um vazio que poderá se alojar nesse desejo. Na articulação entre o vazio e uma nomeação são vários os elementos que poderão fazer essa função de nomeação, e considerando o pai e a mãe que cada sujeito teve, ele terá que se virar para produzir essa articulação. Ele desenvolve a ideia de que pai e mãe são apenas significantes nos quais desejo e gozo não são puros, mas se articulam para cada sujeito na relação em que a criança se situa como um “a-mais” essencial para a operação metafórica.

É preciso que a mãe localize um furo em seu discurso, uma falta em seu desejo, uma transmissão de desejar, ou querer, algo para além da criança que permita à criança se perguntar sobre o desejo desse Outro, entrar na inscrição do simbólico através do jogo dos significantes, do semblante que o falo comporta e não precise pagar com seu ser no real, o que ela pode responder do lugar de engodo do desejo materno.

Ainda considerando a metáfora, é a partir da articulação da função misteriosa do desejo da mãe com um outro significante que o destino do filho será definido. Barros (2015) amplia a definição do que é a mãe: seu desejo mais as consequências simbólicas do nome-do-pai. Considerando ainda o paradoxo que essa construção comporta, já que o desejo da mãe enquanto tal só existe ao final da operação da metáfora. A operação metafórica é responsável por dizer o lugar do filho no mundo enquanto objeto de desejo ao se definir a incógnita.

Assim, a criança, como a significação procurada, responde pela metáfora, ou ela responde no real com seu ser e a própria morte. Retomaremos essa discussão no capítulo dois com a noção de “nomear-para” atualizando essas perspectivas das funções materna e paterna.

A considerar ainda o objeto de investigação desse trabalho, é na medida em que o sujeito adquire e conquista a ordem do significante, de tal forma que essa relação implique e afete seu ser, que o supereu é formado. Se o significante é definido como aquele que não significa nada em si, e ao qual é possível significações diversas a todo momento, o supereu demonstra a questão de qual é a ordem de entrada do significante para que o organismo humano funcione de modo a se arranjar com o universo significante e o meio natural. Não obstante, o que dá aos neuróticos um valor existencial são as questões que não apresentam solução pelo significante: a morte, o nascimento e o sexo (Lacan, 1985). Assim, retornamos mais uma vez ao ponto em que, para além da significação e recobrimento simbólico, algo resta como real intratável para todos os sujeitos, na medida em que não há uma resposta ao ser do sujeito. Mas, antes, cabe retomar o desfecho edípico e introduzir o supereu como um de seus efeitos.

2.2.8 Terceiro tempo: final do complexo de Édipo e o supereu paterno

A terceira etapa do complexo é fundamental para que tenha o seu desfecho, o pai enquanto portador do falo e suporte da lei, deve dar provas de ser o portador do falo, assim: “é dele que depende a posse ou não desse falo pelo sujeito materno” (Lacan, 1999, p.200). Dessa forma, como aquele que tem o falo, o pai pode dá-lo ou não, altera-se a concepção do ser o falo para o ter. O pai pode dar à mãe aquilo que ela deseja, o falo, na medida em que o possui. O pai primeiramente interdita a mãe ao se ligar à lei primordial da proibição do incesto. O pai o faz por seus efeitos no inconsciente e sob a ameaça de castração. Diante do medo de castração, o menino tem uma relação agressiva com relação ao pai, por proibi-lo à mãe, seu objeto privilegiado. Essa agressão do menino retorna sobre ele de forma imaginariamente especular, ao projetar as intenções equivalentes ou reforçadas de sua agressão (Lacan, 1999). Como a pulsão de morte e a agressividade são inerentes à constituição de todo sujeito humano, na transmissão dos complexos inconscientes essas duas manifestações intersubjetivas estarão presentes, enquanto uma intenção agressiva infiltrada na família, através dos pais, e a pulsão agressiva e destruidora será modelada de acordo com esses personagens, essenciais da primeira infância do sujeito (Ramirez, 2007). A castração está articulada simbolicamente pela proibição do incesto, mas se manifesta, no plano imaginário, na agressão imaginária.

O Édipo invertido está presente em todos os complexos, é o que permite a dialética de amor e identificação ao pai bem como o término do complexo com o seu declínio. A identificação com a instância paterna acontece nos três tempos: primeiramente é de uma forma velada que a instância paterna se apresenta, enquanto lei do símbolo, de forma que a questão do falo já está colocada “em algum lugar da mãe, onde a criança tem de situá-la”. No segundo tempo, o pai afirma-se enquanto presença privadora mediado pela mãe, instaurando-o como aquele que faz a lei. Já no terceiro tempo, o pai funciona como aquele que tem o falo, a identificação do menino é feita nesse tempo sendo a constituição do ideal do eu (Lacan, 1999). O pai intervém como potente e real, esse tempo acontece depois da privação ou castração que incide sobre a mãe imaginada pelo sujeito, em relação à posição de dependência desse sujeito com ela. Assim, a intervenção essencial nesse terceiro tempo, é o pai dar provas de ter o falo, sendo aquele que permite e dá o falo à mãe, já que ela o deseja, dividindo-a assim entre o desejo por seu filho e enquanto mulher. O pai irá realizar essa função ao situar a mãe enquanto mulher causa de seu desejo.

O complexo declina com a identificação do menino ao pai como aquele que tem o falo⁷. A intervenção do pai enquanto real e potente leva à internalização do sujeito enquanto ideal do eu, através de sua identificação com ele. Essa identificação com o pai ocorre no momento em que o sujeito irá preferir o pai no lugar da mãe. Lacan (1999) pontua que isso só é possível através do Édipo invertido, é pelo amor ao pai e pelo medo da perda desse amor. O ideal do eu seria então um modo de orientação que corresponderia a uma identificação que o sujeito realiza com alguns elementos significantes, insígnias, das quais o pai é suporte. É desse modo que o sujeito pode representar um papel típico do que é ser homem, como pertencendo à classe masculina. Dessa forma, o menino detém as condições de se servir dos seus poderes sexuais no futuro e decair dessas funções que estavam sendo despertadas. No momento da identificação ao pai, do ideal do eu, o menino terá de lidar com o fato de não ter o falo devido à castração simbólica, ao complexo de Édipo e à sua respectiva lei do incesto, o que implica a partilha sexual e a dívida simbólica. Isso só é possível pelo fato da criança ter se desvinculado a partir da castração simbólica, de ser o falo da mãe. A castração simbólica será vivenciada como falta na realidade psíquica e irá se inscrever enquanto dívida simbólica.

A resolução do complexo de Édipo implica na superação da hostilidade ao pai através do recalque, tendo um dos seus resultados na formação do supereu no inconsciente (Lacan,

⁷ Posteriormente em sua teoria, Lacan avança na discussão do falo como representante da falta, para tratá-lo como aquilo que encarna o vivo do gozo. Nesse sentido, ele se refere menos a um ordenamento corolário ao nome-do-pai, e mais ao que vivifica o corpo. Abordaremos essa dimensão do falo articulada a falta e ao gozo no terceiro capítulo desse trabalho.

1999). Trata-se do supereu na sua dimensão paterna e função normativa quanto à estrutura moral do sujeito, em suas relações com a realidade, e quanto à assunção de seu sexo, ou seja, levar o homem a assumir um tipo viril e a mulher um tipo feminino ao se identificar as suas funções. Rodriguez (1996) recorda que, considerando a perda que cada complexo implica, o complexo de Édipo está em torno da perda do objeto primordial de gozo.

Se, no jogo com a mãe, o objeto podia entrar no jogo de presença e ausência do objeto, este deixa de ser imaginário e passível de tapeação para tornar-se um objeto que o Outro mostra que o sujeito não o tem, essa é a função da castração. O falo materno como objeto simbólico então, é aceito agora a partir da castração. A mãe é privada do falo pelo pai que o tem e isso permite à criança conceber que o falo, como objeto simbólico, lhe será dado um dia. Assim, toda criança entra na ordem da lei como um pequeno criminoso, pelo desejo pela mãe e o desejo de morte ou sumiço do pai, um crime imaginário no qual a entrada na ordem da lei ocorre quando há um Outro diante de si que lhe responde (Lacan, 1995).

O pai simbólico não está em nenhum lugar, é impossível responder de forma absoluta à posição do pai, sendo ele como o Deus monoteísta que responde “eu sou aquele que sou”. A pergunta sobre o pai foi a questão central da investigação freudiana: o que é o pai? e onde está o pai? Freud estava às voltas com esse pai mítico e isso intervém no complexo de Édipo enquanto pai real que vem em um momento qualquer exercer essa função do “eu sou aquele que sou”.

A instauração da lei simbólica recalcada no inconsciente é o que permite o fim do complexo de Édipo. Entretanto, o autor sinaliza que há um núcleo real deixado pelo complexo de Édipo, que é a consciência moral “que sabemos se encarnar em cada sujeito sob as formas mais diversas, mais extravagantes, mais caricatas – que se chama supereu”. Lacan (1995, p.216) aponta a introdução do supereu no nível do *isso* como um elemento libidinal introduzido de forma homogênea aos outros. Essa introdução parece ocorrer de forma acidental, não se sabe em qual momento do jogo imaginário a passagem ocorre.

Este supereu tirânico, fundamentalmente paradoxal e contingente, representa por si só, mesmo entre os não-neuróticos, o significante que marca, imprime, impõe o selo no homem de sua relação ao significante. Há no homem um significante que marca sua relação ao significante, e isso se chama supereu. Existem, mesmo, muito mais que um deles, e a isso se chama os sintomas (Lacan, 1995, p.216).

Ele apresenta pensar historicamente o complexo de Édipo no *Seminário V*: com relação ao supereu. Para Lacan (1999) esse supereu anterior ao complexo é o polo em que se agrupam os casos excepcionais, entretanto, ao longo de suas ideias, sempre direciona para um

resto não simbolizável na operação metafórica do nome-do-pai, algo que resta sem significação. Além disso, a direção do tripé real, simbólico e imaginário para se conceber a constituição psíquica também deve ser considerada, de forma que, para além de um supereu simbólico herdeiro do pai e do complexo, haveria um resto não tratado do supereu imaginário e real que permanece, para cada sujeito, independentemente do tipo de amarração psíquica que fora efetuada em sua constituição psíquica. Assim, atualmente é possível nos perguntarmos se, o que Lacan chamou de casos excepcionais, ainda são tão excepcionais assim, ou se tornam mais do que o afirmado na ordem de funcionamento dos sujeitos na atualidade.

Retomando a importância desse terceiro tempo lógico do Édipo, o filho deve se identificar ao pai, às suas insígnias. Já que, no momento da puberdade, Lacan (1999) adverte que poderá ser contestado o direito de ser homem do menino e isso se dará a partir da identificação metafórica à imagem do pai, na forma pela qual se constituiu nos três tempos apresentados. Assim, na medida em que um homem é viril, ele o é sempre mais ou menos sua própria metáfora. É possível questionar se haveria algo na alteração simbólica contemporânea, corroborado com algo da identificação viril que falha na forma como alguns adolescentes do tráfico associam o lugar de amor à mãe, esse desejo primordial por esse objeto incestuoso, de forma a querer prover para a mãe como aquele que tem o falo, ser o homem da casa, enquanto degradam as outras mulheres, por outro lado. Separam assim, o campo do amor somente à mãe, e o campo do desejo como degradado às outras mulheres, “as putas, piriguetes”. Não transferem seu desejo à uma mulher, dividindo-a e, com isso, suportando sua própria castração e desejo. Mantêm a mãe santificada e a mulher degradada (Ramirez, 2007). Segundo Carneiro (2017), é diante da dificuldade de torna-se homens que os adolescentes se mantêm no apego materno. Isso demonstra um enfraquecimento ou diminuição no ideal do eu no campo identificatório masculino e um retorno ao supereu menos mediado pelo campo simbólico. Quanto ao declínio no campo dos ideais, a questão do avanço feroz do supereu nos retorna enquanto uma questão. Ele se forma mais forte e feroz? O momento da puberdade e a incidência dessa constituição e transmissão aos adolescentes envolvidos no tráfico será retomada ao terceiro capítulo desse trabalho.

Até o momento, retomamos com Lacan o mito de Édipo trabalhado por Freud para elucidar o modo como é construído o destino da existência dos sujeitos. A família na vertente psicanalítica tem sua função na transmissão da entrada na cultura, da língua materna, da organização psíquica dos sujeitos que implicam em perdas dos objetos e uma associação mítica entre o gozo para sempre perdido e a mãe. A partir da década de 60, Lacan (1998)

reconfigura a forma de pensar as funções da mãe e do pai na família, nos traz uma nova leitura e contribuições à serem elucidadas. É o que será apresentado a seguir.

2.3 Mais ainda: o filho como sintoma da mãe

A partir da década de 1960, Lacan (1998) irá formular que a criança poderá se constituir subjetivamente ocupando um lugar distinto do objeto fálico materno, como objeto de gozo. A criança é um objeto libidinal tomado no circuito pulsional com o Outro, que, em alguns casos, pode vir a funcionar como um *objeto a* que “não terá outra função se não revelar a verdade desse objeto”. Dessa forma, a criança estará capturada na fantasia materna e não no ideal, ocupando esse lugar de correlata da subjetividade materna, tornando-se um objeto que satura e preenche sua falta, respondendo à existência da mãe. Nessa perspectiva, a criança dá à mãe “o que falta ao sujeito masculino: o próprio objeto de sua existência, concretizando-se no real” (Lacan, 1998, p.5). Dessa forma, a mãe se aliena completamente à sua verdade através da criança que lhe dá “corpo, existência e até a exigência de ser protegida” (Lacan, 2003, p.370).

Nos casos em que a criança responde como sintoma do par familiar, há uma abertura maior à intervenção psicanalítica. Por outro lado, quando a criança é correlata da fantasia materna e seu sintoma se apresenta aí, há uma articulação reduzida. Nesses casos em que não há mediação, como a assegurada pela função paterna, entre a identificação com o ideal do eu e a parte apreendida pelo desejo da mãe, a criança fica sujeita a “todas as capturas fantasmáticas” (Lacan, 1998, p.5). Independentemente da estrutura psíquica do sujeito, quando ele está como *objeto a* da fantasia materna, ele funciona como sutura da falta do desejo materno.

Para Vinciguerra (2018), a criança funciona então como designada a preencher o gozo que falta em uma mulher, questão que logo iremos adentrar. É importante ressaltar que, independentemente se o casal que concebe a criança está junto ou não, isso não tem implicações diretas nessa questão do filho correlato à fantasia materna. É possível que uma mãe casada fique sozinha com seu filho como produto, assim como é possível que uma mãe *solo* não deixe seu filho nesse lugar. Trata-se da mãe ter ou não ter uma fantasia de ligação com seu filho, de tal sorte que não permita outros laços ou uma mediação exterior (Laurent, 2018).

Nesse momento do ensino de Lacan (1998), há uma alteração da forma de pensar a função da mãe e do pai como uma transmissão irreduzível. A função do pai é aquela em que seu nome é o “vetor de uma encarnação da lei no desejo” (Lacan, 2003, p.369) e da mãe “na

medida em que seus cuidados têm a marca de um interesse particularizado, ainda que o seja pela via de suas próprias faltas” (Lacan, 1998, p.6). Dessa forma, a mãe não deve alimentar e higienizar a criança dentro de uma lógica padronizada e apenas no campo da necessidade, assim como o pai também não pode se apresentar de forma anônima, já que realiza a função de encarnar a lei no desejo de forma particular a cada sujeito que funcione como pai. Essa função do pai se apresenta como a inscrição da lei e que virá a fazer barra ao excesso de gozo ao qual a criança se encontra sujeita. O pai é então um dos nomes de ficção mediadora que irá mediar a relação mãe e filho de forma que a mãe não fique sozinha e engula seu filho (Laurent, 2018). Isso demonstra como Lacan reafirma a necessidade da interdição entre o filho e a mãe, e como o pai é uma função e não o pai biológico ou sua presença na realidade o que conta. Assim, Santiago (2018, p.211) propõe que a mãe pode vir a transmitir através do ideal materno ideias e valores universais da cultura que se apresenta para a criança, nos casos em que transmita um desejo que não seja anônimo. Essa autora explicita que, para que a criança esteja submetida às exigências do ideal materno, é necessário também que a mãe tenha realizado um cuidado particularizado sobre essa criança. Constata-se que isso ocorre no melhor dos casos. A outra possibilidade é a de um Outro anônimo maciço, configurado pela via da não inscrição da mediação, geralmente paterna, deixando a criança submetida às capturas fantasísticas da mãe, revelando-se enquanto objeto materno.

Segundo Laia (2011, p.7), Lacan realiza uma leitura do fracasso das utopias comunitárias após o efervescente maio de 68 ao considerar o efeito anônimo do ideal que desconsiderava a particularidade de cada sujeito. Assim, a violência urbana é o preço pago aos filhos desse “anonimato do mundo”.

É importante que a criança responda ao desejo da mãe enquanto uma incógnita ao invés do seu ser, como a significação que se procura. Nesse jogo de enganos entre a mãe, a criança e o falo, a dimensão de semblante do falo permite que a criança possa lidar com o desejo insaciável da mãe. “Como não ficar escrava da infinitização da metonímia do desejo da mãe pelo falo?” (Barros, 2015, p.10). Essa é uma questão que se apresenta na atualidade, já que como pressagia Laia (2011), o ideal anônimo, aquele que não apresenta a função paterna do enlaçamento da lei ao desejo pode retornar em ato, na violência, pela constituição de sujeitos anônimos, sem inscrição em um lugar no mundo e na nomeação.

2.4 O Outro gozo e a maternidade: o gozo materno

Até então foi possível problematizar a constituição do sujeito no complexo edípico e constatar a importância das funções do pai e da mãe nesse processo, colocando ênfase no

lugar ocupado pela função materna nessa transmissão. Miller nos resume ao demonstrar a função da família:

O que nós poderíamos dizer, hoje, desta definição da família? Que ela tem origem no casamento? Não, a família tem origem no mal-entendido, no desencontro, na decepção, no abuso sexual ou no crime. Que ela seja formada pelo marido, pela esposa e suas crianças, etc.? Não, a família é formada pelo nome-do-pai, pelo desejo da mãe e pelo *objeto a*. Que eles são unidos por laços legais, por direitos, por deveres e etc...? Não, a família é essencialmente unida por um segredo, ela é unida pelo não dito. Qual é o segredo? Qual é esse não dito? É um desejo não dito, é sempre um segredo sobre o gozo; de que gozam o pai e a mãe?” (Miller, 2007, p. 81)

Essas premissas nos demonstram como o lugar idealizado na concepção de família não se sustenta para a psicanálise e como o mal-entendido e o crime tem sua origem na família. A transmissão sempre perpassa pelo segredo do gozo e o não dito implicado nessa transmissão. Quando pensamos na função materna, discutida nesse capítulo, percebemos como a concepção do desejo da mãe parece errôneo enquanto algo posto. É necessário que haja um significante que venha relativizar o desejo da mãe, caso não haja um significante que venha nessa função, de funcionar enquanto um nome-do-pai, está-se dizendo de um gozo e não de um desejo materno. Assim, a “função do nome-do-pai seria a de tornar relativo um apetite que sem ele seria infinito” (Barros, 2015, p.28). Para esse autor, a forma hipotética e pura do desejo materno, não existe, sem o nome-do-pai que venha relativizar, esse desejo materno é equivalente ao gozo e “seu objeto é fixo e determinado”. Ele ainda esclarece, que o que mantém a boca da mãe crocodilo aberta é o falo, o falo é o rolo de pedra que permite que a mãe crocodilo não engula a criança. Todavia, o falo não é a única coisa que a mãe deseja, como mulher, ela deseja e quer outras coisas, e a mãe é aquela que se divide entre mulher e mãe. A boca de crocodilo materna torna-se ameaçadora nos casos em que há uma ausência de medida entre o gozo fático e o gozo feminino “e isso não diz respeito a nenhuma mãe especificamente” (Barros, 2015, p.12).

A parte obscura do desejo da mãe, a dimensão do gozo desenfreado, ocorre na desarticulação entre os gozos fáticos e o gozo feminino, o gozo do não-todo, podendo levar os sujeitos a se depararem com consequências nefastas e até mesmo mortíferas. Lacan (1985) afirma que a mulher é não-toda porque há uma questão do gozo que é da ordem do infinito. Nessas situações em que os filhos estão submetidos a esse gozo, é exigido dos sujeitos um trabalho a mais para dele se desvencilharem. Diante da metáfora em que o nome-do-pai incide sobre o desejo da mãe, Barros (2015) diz que o *objeto a* que cai enquanto resto da operação, corre o risco de perder sua referência ao ϕ da castração, ao falo, levando o sujeito, que está

na posição de objeto, ficar devastado pelo excesso de gozo e sem referencial identificatório para se apoiar. No campo feminino não há A mulher, já que as mulheres não fazem conjunto, não designam um universal. Para Lacan (1985), as mulheres são não-todas inscritas na dimensão fálica, e há também esse gozo suplementar, gozo para além do falo. Ele afirma que esse gozo talvez as próprias mulheres não saibam nada sobre ele, mas o experimentam.

Vieira (2015) também se questiona se a mãe crocodilo não se trata da demanda que incide sobre a criança em articular o gozo fálico e o gozo não-todo fálico do desejo da mãe como mulher. Nesses casos, o homem enquanto pai ganha importância se, ao estabelecer sua relação de ter o falo transmitindo sua função de semblante, ou seja, uma falta que não é saturada pelo falo que tem ou busca uma parceria com uma mulher. A não relação sexual se funda na impossível complementariedade entre os sexos, na não equivalência entre a falta e o gozo, e nos casos em que os sujeitos podem contar com isso para lidarem e não ficarem submetidas a um gozo caprichoso e não negativizável pelo falo, isso é fundamental.

O que leva a angústia frente a um gozo opaco é o crocodilo ao perder sua referência ao rolo de pedra (Barros, 2015). O desejo da mãe é sempre insaciável, diante disso, o sujeito deve se colocar como engodo. A necessidade de enganar ocorre já que a mãe demanda alguma coisa do ser da criança para que ela possa ter o objeto impossível de sua satisfação. O falo funciona então enquanto esse semblante que mascara a castração, mas ao mesmo tempo permite que ela exista. Nessa problemática, constata-se que o desejo insaciável da mãe é um gozo opaco que não conta com o nome-do-pai como aquele significante que vem mediar levando a uma demanda do Outro do ser do sujeito ao invés do lugar do ter. Assim, um gozo que não permite mediação e dialetização, que comporta uma dimensão insaciável por parte da mãe levaria à destruição do filho.

É preciso que a mãe localize um furo em seu discurso, uma falta em seu desejo, uma transmissão de desejar, ou querer, algo para além da criança que permita a criança se perguntar sobre o desejo desse Outro, entrar na inscrição do simbólico através do jogo dos significantes, do semblante que o falo comporta e não precise pagar com seu ser no real, o que ela pode responder do lugar de engodo do desejo materno.

O excesso, sem limites por parte da mãe, pode se apresentar como um cuidado exagerado, ciumento, exclusivo, sufocante. O gozo feminino, próprio a cada mulher, pode ser vivenciado como um arrebatamento, sendo um efeito da língua no corpo como aquilo que se experimenta, mas do qual nada se sabe (Suárez, 2018). Isso pode ocorrer nos casos em que a mulher se torna mãe e ao não encontrar uma satisfação apaziguadora na relação com seu filho,

poderá passar do seu desejo por esse objeto a devastação. Sendo tomada por um gozo fora de sentido, louco e enigmático (Laurent, 2018).

Algumas mulheres, diante das dificuldades entre o apelo simbólico de “ser mãe” e a necessidade de inventar respostas as constantes demandas do filho, podem se sentir confrontadas ao campo do feminino que não pode ser simbolizado. Essa parte ‘louca’ pode aparecer já que o filho não causa uma satisfação que confirme seu amor e seu “ser mãe”. A figura de Medéia é sempre associada a esses casos, na versão francesa de Eurípedes, tem como a última fala de Medéia antes de matar os filhos diante da perda do marido: “Vamos, minha mão, minha audaciosa mão, pegue a faca, vamos rumo à barreira que abre para a vida maldita, não enfraqueça, esqueça que esses filhos são teu bem mais caro, que tu os puseste no mundo. Esqueça-os por um breve instante. Tu chorarás logo depois. Tu os mata e, no entanto, tu os ama, Ah! Pobre mulher que eu sou” (Suárez, 2018, pp.89-90).

Nos parece interessante constatar que a voz imperativa nessa versão de Medéia, a voz da consciência que fala dentro como se fosse um fora, o *tu*, associado ao supereu paterno, mas que é possível discutirmos o que esconde de desmedida. Há, então, uma ferocidade nessa voz de Medéia, que impõe um voto de morte aos filhos frente a um amor decepcionado. Nesses casos, a “mãe e o amor se juntam à morte” (Suárez, 2018, p.90). O filho é aquele que divide o sujeito entre mãe e mulher, coloca à prova essa divisão na qual há o desejo e a falta nesse encontro com o filho. Diante da falta de saber que escancara essa relação, já que, não há relação sexual entre os seres falantes, nenhuma complementariedade, mas inúmeros mal-entendidos, e o não saber está tanto do lado da mulher quanto da mãe, pode acontecer desse sujeito se ver levado para o sem limites de um arrebatamento devastador. É importante demarcar que, enquanto mãe, o sujeito está como aquela que tem o falo, enquanto como mulher, ela é aquela que não tem (Vinciguerra, 2018). Recordando o início desse capítulo, no qual a maternidade surge na construção católica, constata-se que a construção da maternidade funcionava, na religião e na lógica da cultura, como o equivalente a ser mulher, como realização da feminilidade. Entretanto, sabe-se que a construção de cada mãe parte de uma invenção para com seu filho.

Segundo Lacan (2005, p.201) a mulher tem ligações indeterminadas quanto às possibilidades do desejo, e ela se interessa pelo desejo do Outro já que, para que o gozo da mulher tenha um objeto conveniente, é preciso o desejo do Outro. Ela se angustia diante do desejo do Outro por não saber o que esse desejo encobre. Para situar a angústia, o autor retoma a questão da ética e do gozo, e nos alerta que “convém concebermos o gozo como

profundamente independente da articulação do desejo”. A lei que constitui o desejo enquanto tal não concerne ao Outro em seu centro, mas como pequeno *objeto a*.

Lacan (2005) ainda nos ensina que o vínculo da mulher com o desejo tem um nó mais frouxo de forma que a mulher revela-se como superior no campo do gozo. Enquanto no homem a função fálica é marcada por uma falta, menos phi, de forma que sua relação com o objeto implica a negativização do falo e o complexo de castração, isso não se constitui como um nó necessário à mulher. A mulher enfrenta o desejo do Outro, o objeto fálico chega à ela em segundo lugar, por desempenhar um papel no desejo desse Outro. Devido a isso a mulher é mais livre, tem maior liberdade por não se prender à dimensão fálica da mesma forma que o homem no que concerne ao gozo. Na mitologia grega, Júpiter questiona Tirésias, o qual já foi mulher por alguns anos, se a mulher experimenta mais volúpia do que o homem. Tirésias responde que sim, o gozo da mulher é maior do que o do homem. Assim, é possível pensar que:

O desejo da mulher é ditado pela questão, também para ela, de seu gozo. Que do gozo ela não só está muito mais perto que o homem, mas que é duplamente dominada por ele, é o que a teoria analítica nos diz desde sempre. Que o lugar desse gozo está ligado ao caráter enigmático de seu orgasmo, impossível de se situar, é o que nossas análises tem levado longe o bastante para podermos dizer que esse lugar é um ponto tão arcaico que é mais antigo do que a compartimentagem atual da cloaca (Lacan, 2005, p.287).

É interessante constatar que a solução do campo feminino para Freud é ter um filho e se tornar mãe, e como Lacan nos demonstra, não é bem nessa direção generalizada que podemos conceber a dimensão da mulher, nem mesmo do feminino. As mulheres são Outras para elas mesmas e a maternidade pode funcionar de forma a tamponar a falta com a qual a feminilidade as confronta (Quenehen, 2018). Considera-se que há um hiato entre a mãe e a mulher, nessa divisão do sujeito frente à dimensão do desejo, no qual nenhum objeto será capaz de preencher, o filho como falo imaginário se apresenta. Santiago (2001) afirma que as mães se deparam com dificuldades com o estatuto da falta, no qual a frase de Molière “para ser mãe, não deixo de ser mulher” (p.99) na réplica da famosa peça de comédia francesa *Tartuffe* trabalhada por Miller, demonstra como em alguns casos a mulher não se divide, deixa-se de se interessar pelo parceiro ou pela vida profissional. Nesses casos, a mulher se embarça na lógica de ter o falo, onde o filho adquire esse estatuto, o que faz com que, pela via da maternidade, algumas mulheres se sintam falicizadas por esse apêndice no real.

Se as nomeações dadas à mulher correspondem à sua falta-a-ser de sujeito feminino como “santa”, “prostituta”, “vadia”, “a pobre coitada” entre outras, a mãe não é nomeada, mas

adjetivada: “a mãe boa”, “a mãe caprichosa”, “a mãe má”, “a mãe solteira”. Se no primeiro caso, a nomeação se configura e tem lugar pelo consentimento da castração, no caso da “mãe”, não se nomeia simbolicamente o não-ter, mas o objeto substituto do falo imaginário (Santiago, 2001, p.100). Assim, o filho pode funcionar como aquilo que tampona a insatisfação da mulher. Quenehen (2018) ressalta que o ato de Medéia desnuda que uma mãe não se torna menos mulher. Medéia se livra do lugar de mãe ao cometer o infanticídio e revela sua verdade de mulher. Nos casos das mães, que tomam os filhos, como aqueles que iriam ajuda-las a lidar com o que transborda de vida, e aqueles filhos que ficam nesse lugar, não se pode esperar algo de benéfico, “pois a insatisfação de uma mulher, ainda que mãe, é o tonel das Danaides⁸” (p.198). Tonel de gozo, excesso sem limites e sem medida.

É possível pensar que a mulher é aquela que quer que algo venha no lugar que lhe falta, que seja o objeto que a complete. A mãe e a mulher não são a mesma coisa já que uma mãe é uma mulher na medida em que seu filho não é tudo para ela e seu desejo se divide entre o filho e o homem. Para a mulher, o desejo e o amor tem o mesmo objeto, todavia, no homem a mulher encontra o significante do seu desejo (Naveau, 2001). Como é possível pensar essa relação no campo do filho? Até que ponto o amor materno é um obstáculo ao desejo da mulher? Para ele, essa questão se soluciona, já que o amor se compartilha enquanto o desejo se divide por causa do gozo, o real em jogo nessa divisão, é o gozo.

Nesse capítulo, foi possível problematizar a constituição dos sujeitos e as funções materna e paterna, às quais parece importante destacar que se tratam de funções do desejo não anônimo, da nomeação e do nome-do-pai. E se a família se apresenta como aquela que reprime a sexualidade e as pulsões, Lacan demonstra a importância disso, já que o mito é um meio de tentar dar forma ao que se opera pela estrutura. Frente à relação sexual que não existe, o convite desde Freud se apresenta nas possibilidades dos sujeitos inventarem respostas frente ao real. “A ordem familiar só se faz traduzir que o pai não é o genitor e que a mãe permanece contaminando a mulher para o filhote do homem; o resto é consequência – leia-se o mito de Édipo” (Lacan, 2003, p.531). A partir desse momento, será abordado no segundo capítulo a constituição do supereu em suas várias formas e vertentes na teoria lacaniana, a fim de buscarmos elucidar, de maneira teórica mais fina, como Lacan estabeleceu a incidência materna na constituição do supereu, admitindo para ele duas vertentes, a saber, a materna e paterna. Veremos que, no caso de adolescentes autores de atos infracionais, essa

⁸ O tonel das Danaides faz parte do mito grego “O castigo das Danaides”. Nessa história, as irmãs foram condenadas a encher de água um tonel sem fundo. Assim, o trabalho nunca será terminado e jamais satisfeito. Nessa analogia estamos nos referindo ao desejo insaciável das mães.

discussão será essencial para sua compreensão, elucidação do campo do gozo e indicação de tratamento a seguir.

3. SUPEREU: HERANÇA SIMBÓLICA E O AVESSO DA LEI

“Viver é muito perigoso...Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo pra si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo”
(O Grande Sertão Veredas, G. Rosa, 1982, p.16)

“Tem o certo pelo errado, e o errado pelo certo”
“Cada quebrada tem sua lei”
Falas de adolescentes do Fica Vivo (2015-2017)

No primeiro capítulo discutiu-se a função da família na obra de Lacan e a forma como o sujeito se constitui. O sujeito passa por marcas primordiais a partir de sua história, de quem foi seu pai e sua mãe e o que transmitiram ao sujeito. Foi possível constatar que na operação da metáfora paterna que permite o sujeito se inscrever na lei simbólica, há algo que sempre resta e permanece intraduzível e inapreensível. Nesse capítulo, retornaremos os efeitos da lei simbólica na constituição do sujeito através da problematização: o que é o supereu materno? Como o supereu materno enquanto imperativo feroz pode incidir e causar efeitos no sujeito? Como o supereu paterno, herdeiro do complexo edípico, funciona através do imperativo categórico? Para responder tais perguntas, continuaremos essa investigação a partir do supereu arcaico.

3.1 A gênese do supereu

3.1.1 *Das Ding* e a mãe

A organização do mundo psíquico para Freud e Lacan ocorre através de *das Ding*, a Coisa, como aquilo que orienta e funda o sujeito na relação com o objeto. A priori é importante destacar que a Coisa freudiana, *das Ding*, é o real que Freud se deparou e que posteriormente Lacan renomeará como *objeto a* (Lacadée, 2017).

O objeto perdido, mítico, o qual coloca o sujeito em movimento em busca de reencontrá-lo, é governado pelo princípio do prazer e está tramado junto com o processo simbólico. Se o objeto perdido que busca ser reencontrado dita uma lei invisível, o que regula seus trajetos, fixações e o modela, é o princípio do prazer (Lacan, 1988). Lacan desmistifica a polaridade do prazer e do desprazer, sendo que as excitações do corpo podem ocorrer para além de um limite do prazer e isso implica, a ação motora na qual busca regular o corpo de volta à sua homeostase. A reação de dor viria, quando a reação de fuga não é possível frente a uma excitação vinda do interior. O autor corrobora essa concepção ao problematizar que a dor

tem um caráter complexo de que, o mundo se apresenta e se representa organizado através do significante, estruturando o inconsciente pela lei da contradição, deslocamento e condensação, respectivamente da metonímia e da metáfora.

É possível conceber *das Ding* como uma função primordial que se situa na instauração das representações inconscientes. Segundo Lacan (1988), tudo que se articula a *das Ding* como bom e mau divide o sujeito com relação à Coisa. Isso acontece já que os objetos não podem ser representados como bons e maus, há bom e mau inicialmente, e só posteriormente há a Coisa. Se o bom e o mau entram na lógica da representação (*vorstellung*), de forma a orientar a posição do sujeito pelo princípio do prazer, sem nunca deixar de ser apenas representação buscando algo, há sempre alguma distância da Coisa, ainda que seja regulado por ela, mas a Coisa está mais além.

Segundo Freud, o supereu está articulado enquanto função ao princípio da realidade, no qual há a raiz do funcionamento psíquico, “do que na constituição humana pesa” sob a forma de mandamentos (Lacan, 1988, p.86). Freud articula o funcionamento da moral à lei fundamental e primordial que opõe a cultura à natureza, a lei da interdição do incesto:

Quero dizer que tudo o que se desenvolve no nível da interpsicologia criança-mãe e que expressamos mal nas categorias ditas de frustração, da gratificação e da dependência não é se não um imenso desenvolvimento da Coisa materna, da mãe na medida em que ela ocupa o lugar dessa Coisa, de *das Ding* (Lacan, 1988, p.86).

É a partir da lei primordial do desejo incestuoso e de sua interdição, que há como consequência os desenvolvimentos culturais e suas ramificações. O autor recorda a grande contribuição de Lévi-Strauss ao qualificar as estruturas de parentesco nas quais, através das leis de casamento, há a introdução do significante nessa combinatória, regulando a relação de trocas das mulheres, introduzindo uma ordem na aliança e na hereditariedade. Strauss indica a troca das filhas como uma forma de explicar a proibição do incesto de forma que o pai não se casa com sua filha. Entretanto, Lacan (1988) provoca ao afirmar que permanece vela da a questão do porquê o filho não dorme com sua mãe. Strauss direciona que a ideia dos efeitos nefastos dos cruzamentos hereditários próximos não se sustenta, sendo que a endogamia para domesticar e aprimorar raça de vegetais e animais é empregada correntemente. Dessa forma, a lei se exerce através da ordem da cultura, ao excluir o incesto fundamental, incesto filho-mãe, o que foi salientado por Freud (Lacan, 1988, p.87).

O que encontramos na lei do incesto situa-se como tal no nível da relação inconsciente com *das Ding*, a Coisa. O desejo pela mãe não poderia ser satisfeito pois ele é o fim, o término, a abolição do mundo inteiro da demanda, que é o que estrutura mais profundamente o inconsciente do homem (Lacan, 1988, pp.87-88).

Assim, a lei da interdição do incesto é o que permite através do princípio do prazer, fazer com que o homem busque reencontrar o objeto perdido que jamais irá atingir.

Ao abordar os dez mandamentos, Lacan (1988) investiga que não há nenhuma fonte que afirme que não é permitido dormir com a mãe, nem mesmo o mandamento de honrar a mãe há qualquer indicação positiva ou negativa. Ele se questiona se é possível interpretar os dez mandamentos como próximos do recalque do inconsciente e como é possível interpretar que esses dez mandamentos estão destinados a manter o sujeito afastado da possibilidade de realização do incesto. Sendo a interdição do incesto a condição para que a fala possa subsistir, haveria algo que regula a distância do sujeito de *das Ding*.

Das Ding é o interior excluído de algo que se articula ao real derradeiro da organização psíquica, real como hipotético, nos quais os primeiros esboços dessa organização são os representantes da representação (Lacan, 1988). Dessa forma, *das Ding* está para além do campo da representação dos significantes, toca o real.

Melaine Klein foi responsável por colocar o corpo mítico da mãe no lugar de *das Ding*, sendo que “primeiramente, é em relação a ele que se manifesta a tendência agressiva, transgressiva, mais primordial, as agressões primitivas e as agressões retornadas” (Lacan, 1988, p.133). O psicanalista corrobora com essa perspectiva, ao considerar as relações primordiais do sujeito com o Outro, seu apego ao objeto fundamental, mais arcaico como *das Ding*. *Das Ding* é o fora-de-significado no qual o sujeito mantém certa distância e, ao mesmo tempo, está em relação, através de um afeto primário anterior a todo recalque.

Há a pulsão no nível de *das Ding*, o que definitivamente não tem nada a ver com a temperança, com algo que ordene as relações do sujeito com o semelhante nos níveis hierárquicos da sociedade desde o casal até o Estado numa construção harmônica.

O para além do princípio do prazer é o lugar da Coisa, inominável e o que acontece a partir disso e provoca o juízo. Lacan (1988) cita então atos ditos de santidade aos quais se retira todo seu caráter erótico, que fica velado em nome de efusões espirituais. Nesses casos, a pulsão também está implicada na dimensão do gozo.

O supereu tem uma fenda, um hiato entre o campo da lei e, por outro lado, *das Ding*. A dimensão de *das Ding* no supereu está reduzida à raiz, como uma lei arbitrária e caprichosa, à qual Lacan (1988) acrescenta o oráculo. O oráculo é o lugar em que os gregos e toda sua mitologia nos apresentam o traçado dos destinos dos sujeitos. Logo, é possível indagar: qual o destino que *das Ding*, como um supereu caprichoso, pode ditar como um oráculo para os sujeitos? O autor nos auxilia com a pista de que *das Ding*, sendo essa exigência primeira, leva

os sujeitos a encontrar o que se repete, nos faz retornar para o mesmo lugar e onde não há segurança no retorno. Já que se busca a repetição da primeira satisfação mítica - essa da impossível completude -, o seu retorno seria a própria morte, e teríamos prazer e desprazer já não apresentando uma separação delimitada.

3.1.2 Uma leitura lacaniana de Freud e a descoberta do supereu

O supereu surge enquanto questão e elaboração para Freud (2006) a partir da escuta dos sujeitos. O autor percebe a incidência clínica nas impressões vocais vivenciadas pelos sujeitos através da influência de uma voz, seja alta, como se viesse de fora do sujeito no campo das psicoses, seja de uma forma internalizada, através da voz da consciência nas neuroses. Isso ocorre já que o Outro é um lugar no qual a fala se constitui. Na fala há a constituição de um eu e um *tu* que não são uma relação recíproca ou simétrica. O eu pronuncia o discurso no qual, no interior da enunciação, há um *tu* (Lacan, 1985). O *tu* é aquele que se faz ouvir, fala sozinho, está presente como observador que tudo vê, entende e anota. O supereu é apresentado então enquanto a função do *tu* e o sentimento de realidade. Os pacientes psicóticos escutam os mandamentos que dizem para executarem alguma ação. Essas vozes se apresentam em terceira pessoa e podem também funcionar como agente auto observador que critica o sujeito e suas ações. No caso das psicoses o sujeito não duvida da realidade que escuta devido à função do *tu* delirante. Nesses casos, o *tu* funciona de modo estrangeiro, expulsa o eu e o sentimento de estranheza se manifesta no próprio eu. Enquanto o supereu se mantém como possuidor das coisas, o eu não se reconhece e se crê no estado de duplo. “Esse *tu* és isto, enquanto o recebo, me torna na palavra outro do que sou” (Lacan, 1985, p.314). “Quando a devolução se apresenta de uma forma bastante desenvolvida, podemos estudar as relações recíprocas de *tu*, corpo estranho, com o significante que alfineta, basteia o sujeito” (Lacan, 1985, p.315). Assim, Lacan (1985) reinterpreta o supereu como esse agente que está separado do eu, o observa, e funciona enquanto voz, como um Outro, e o chama de *tu*. Se nos casos de psicose essa instância moral que tudo observa e sabe do sujeito se apresenta enquanto externa, na neurose essa instância irá se apresentar dentro do sujeito como um estranho familiar, como consciência moral. Nesses casos das neuroses, as vozes da consciência moral também julgam, criticam e recriminam as intenções do eu. Assim, o supereu se situa no campo simbólico da palavra, sendo efeito da lei da linguagem ou de sua ausência (Campos, 2015). A constituição do supereu tem relação com a crítica verbal que repreende os filhos, advinda da educação dos pais. Essa transmissão é arcaica e posteriormente é reforçada na figura dos professores, educadores, dos ensinamentos,

aprendizados e das críticas colhidas da sociedade cuja transmissão é demarcada através da voz (Freud, 2006).

A descoberta do supereu a partir da escuta clínica, permitiu conceber a incidência do supereu implicada as estruturas psíquicas de distintas maneiras, manifestando-se frequentemente como sentimento de culpa, consciência moral, autocrítica, censura, pulsão de morte e gozo. Freud (2006) constata o funcionamento do supereu através de uma “faculdade autocrítica da consciência” (p.40), cujo funcionamento é inconsciente, e está relacionado a um sentimento de culpa. Nesses casos, o paciente resiste à melhora de seu quadro quando informado de seu progresso. Há então “o que pode ser chamado fator ‘moral’ (...) que está encontrando a satisfação na doença e se recusa a abandonar a punição do sofrimento” (Freud, 2006, p.62). Assim, o sujeito sente-se doente e há um silenciamento do sentimento de culpa, já que é inconsciente. Freud (2006) adverte que o analista tem que buscar em um lento processo as raízes reprimidas do sentimento de culpa, para transforma-lo em consciente de forma gradativa. Ainda assim, é importante enfatizar que o supereu funciona de forma potente contra a cura do sujeito independentemente de sua estrutura subjetiva. Lacan (1985) posteriormente corrobora com essa construção de Freud e apresenta esse supereu do estorvo como “a vida que não quer sarar” (p.292).

Entretanto Freud (2006) vai desenvolver a diferença entre o inconsciente e o pré-consciente concebendo o inconsciente enquanto um material desconhecido, sendo que no pré-consciente, além de ser efetuado sobre um material desconhecido, é também vinculado com representações verbais que são resíduos de lembranças, os resíduos mnêmicos. Ele nos permite pensar em um eu corporal, no qual a projeção de uma superfície, tem um casquete auditivo. Assim:

Os resíduos verbais derivam primariamente das percepções auditivas de maneira que o sistema *Pcs*. Possui, por assim dizer, uma fonte sensória especial. Os componentes visuais são representações verbais secundárias (...) uma palavra é, em última análise, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida (Freud, 2006, pp.34-35)

É possível levantar a questão sobre o casquete auditivo e sua incidência na constituição do supereu. Pareceria que a origem do supereu estaria na ressonância do sujeito diante de impressões vocais, sendo que essas impressões auditivas aparecem relacionadas à representação de palavras, existe um resto da palavra que fica de forma pulsional ao lado do *isso*. Dessa forma, poderíamos relacionar com a ideia de uma intimidade estrangeira, um intruso que “me faz eu”.

Lacan (1985) vem nos auxiliar a desenvolver a questão do supereu, acrescentando à discussão aspectos inéditos. Para percorrermos essa pesquisa, iremos retomar o início de suas considerações acerca do supereu e seu primeiro seminário.

3.1.3 O caroço da palavra

Desde seu primeiro *Seminário*, Lacan (1986) demarca a diferença que há entre o ideal do eu enquanto exaltante e o supereu como constrangedor, discernindo eu ideal, ideal de eu e supereu, que eram indistintos em Freud. Lacan (1986) afirma que o supereu é uma lei desprovida de sentido, mas sustentada na linguagem. O “*tu* debes” proposto enquanto modalidade do supereu por Freud, na qual o sujeito através da relação à lei da linguagem advém da dívida simbólica, o que é retomado pelo autor, pensado como o *tu* representa a ordem e o amor de forma conjunta advindos do outro. Ele ainda pensa o supereu como sendo coerente à lei da linguagem, mas também ao seu contrário, como caráter insensato de puro imperativo e tirania, colocando assim o supereu para além da dimensão de sentido apresentado por Freud advindo da figura paterna.

O comando da lei reduzido a sua raiz, é a parte do supereu que é, para além da lei, sua própria destruição, aquilo que não se pode exprimir, nem como o *tu debes*, é a própria palavra privada de sentido e dessa forma o supereu se identifica com “aquilo que há de mais devastador, de mais fascinante, nas experiências primitivas do sujeito” (Lacan, 1986, p.123). Dessa forma, o supereu é concebido como identificado à figura feroz, aos “traumatismos mais primitivos” e sem se saber ao certo o alcance e sentido que essa palavra reduzida tem, e que se liga à sociedade. Essa passagem é interessante ao instigar a problemática dessa investigação na medida em que é possível indagar se as figuras primitivas, mais especificamente a da função materna, pode influenciar de forma feroz na transmissão desse supereu real e na medida em que isso se liga, se tem implicações nos sujeitos. Nessa reelaboração, o supereu é trazido na dimensão do caroço da palavra, de seu caráter nodal (Lacan, 1986). A dimensão do *tu*, enquanto esse Outro, é aquilo que convoca o sujeito, enquanto um chamado, que o sujeito toma para si.

O mesmo autor afirma então que o supereu é um imperativo e considera que no nível do enunciado, de um simples imperativo:

Está em tudo que concerne à natureza do sujeito. Um oficial, um professor, não dará sua ordem na mesma linguagem que um operário ou um contramestre. No nível do enunciado, no seu estilo e até nas suas entonações, tudo que aprendemos diz respeito à natureza do sujeito (Lacan, 1986, pp.101-102).

Nessa passagem é possível perceber como a língua marca: como se transmite nos sujeitos a partir dos lugares que se ocupa, e também da história singular do que foi transmitido a cada um, através do estilo e da entonação. Dessa forma, para além da dimensão de sentido da palavra, algo é transmitido sem palavras, menos apto a significar e mais experiencial da vida de cada um. O tom da voz do Outro marca o corpo do sujeito.

Por essa razão, Lacan (1986) ressalta que, em todo imperativo, há a dimensão do apelo, que pode apresentar valores diferentes de acordo com o tom que for empregado. A partir desse momento, desenvolve-se a diferença entre a linguagem e a palavra, na medida em que o acesso à linguagem não implica necessariamente que o sujeito tenha acessado à palavra. Assim, é preciso que o sujeito se aproprie da palavra. Dessa forma, ele apresenta que, para que o sujeito acesse a palavra, é necessário que a palavra esteja implicada na formação da estrutura da linguagem enquanto lei, a “lei da palavra humaniza o homem” (Lacan, 1986, p.105).

O acesso a palavra, enquanto um nível superior da linguagem, permite humanizar o sujeito na medida em que ele consente em ser nomeado pelo Outro (Lacan, 1986) e se apropria dessa nomeação. Essa é uma das formas de constatar a fórmula na qual o inconsciente é o desejo do Outro. O sujeito só pode usar a palavra, através do consentimento dessa palavra significativa, dessa nomeação advinda do Outro. A partir de então é possível advir o apelo, no qual o sujeito poderá consentir com essa nomeação advinda do Outro, ou recusá-la. Assim, instala-se o campo da dependência e da alienação do sujeito ao campo do Outro da linguagem (Lacan, 1986). Quando consideramos a pergunta do desejo do Outro, o *Che vuoi?* - o que queres -, constata-se a bifurcação entre o desejo e o supereu, sendo que, enquanto voz cavernosa, vocifera essa questão. Trata-se do ponto de impossível resposta, indizível, no qual podemos supor a possibilidade de associação ao desejo enigmático da mãe como Outro primordial.

Lacan (1986) demonstra como é a partir do investimento de desejo do Outro sobre o sujeito que ele pode entrar no campo da palavra, caso o sujeito não encontre alguém que lhe transmita esse desejo e sua entrada na palavra, no apelo, o sujeito não se constitui pela palavra, ainda que esteja no campo da linguagem, são os casos de psicose.

A partir do que foi dito, depreende-se que há uma dimensão do supereu herdeiro do complexo de Édipo, mediado pelo campo da linguagem, e uma parte que resta não tratada que se manifesta enquanto a palavra reduzida a raiz, ao caroço, ao imperativo insensato de um

significante que não entra na cadeia de sentido, mas que marca enquanto voz, entonação, de uma forma primitiva e feroz.

Lacan (1999) já se questionava sobre o supereu ao problematizar que:

a ideia da neurose sem Édipo é correlata do conjunto de perguntas formuladas sobre o que se denominou de supereu materno. No momento em que foi levantada a questão da neurose sem Édipo, Freud já havia formulado que o supereu era de origem paterna. Houve então quem se interrogasse: será que o supereu é mesmo unicamente de origem paterna? Não haverá na neurose, por trás do supereu paterno, um supereu materno ainda mais exigente, mais opressivo, mais devastador, mais insistente? (Lacan, 1999, p.167).

Essa percepção do que se passa antes do Édipo já estava presente em Freud, mas assumia maior relevância através do Édipo, com a noção de retroação de Lacan (1999), as etapas pré-edípicas retomam sua importância. Todavia, um ponto sem tratamento sempre restará mesmo que o sujeito tenha passado pelo Édipo. O autor enfatiza que, ao mesmo tempo que o supereu tem relação com a lei simbólica, ele também é uma lei insensata que “chega até a ser o desconhecimento da lei” (Lacan, 1986, p.123). E continua indagando: “Não será porque a moral do neurótico é uma moral insensata, destrutiva, puramente oprimente, que sempre antilegal, que foi preciso elaborar na análise a função do supereu?” (p.123).

No *seminário IV*, Lacan (1995) trata da mãe enquanto lei insensata, lei da mãe. Curiosamente no livro *Falcão meninos do tráfico* o rapper MV Bill e o produtor Celso Athayde, viajaram o Brasil em busca de conversar com os adolescentes envolvidos no tráfico. Em um dos muitos enterros que compareceram uma mãe relata: “Matar o meu marido em nome da lei é fácil, difícil agora é criar uma lei para sustentar o meu filho” (MV Bill, Celso Athayde, 2010, p.7). O que essa mãe queria dizer com isso? Ela teria que criar uma lei para criar seu filho? De que ordem essa lei poderia ser? Qual ordenamento vem sustentando os adolescentes no tráfico de drogas? Entre vários questionamentos fica uma indagação sobre o que se chama de lei. Nesse caso não há uma lei, como na fala dos jovens no Programa Fica Vivo “cada quebrada tem suas leis”. Considerando que não há um ponto de universal, seria possível chamar de lei? O que essa mãe, nesse momento de dor ao perder seu marido de forma injusta, questiona quanto à transmissão da lei que deveria se tratar do campo do universal?

Desde o início, Lacan (op.cit) realiza uma elaboração do supereu para além da dimensão de sentido empregada ao supereu por Freud. As duas concepções do supereu, feroz e real, são apresentadas por Campos (2015) como presentes no conceito de supereu da

Melaine Klein, no qual o supereu arcaico seria esse caroço duro, elemento essencial e primitivo. Assim, iremos, a partir de Lacan, realizar uma leitura dessa problemática.

3.2 O supereu materno

3.2.1 Lentes lacanianas sobre as ideias de Melaine Klein

Segundo Campos (2015), Lacan teve algumas influências da psicanalista Melaine Klein para considerar o supereu arcaico. Klein foi a primeira a abordar e conceituar o supereu em sua dimensão além da linguagem, “ali, onde o *isso* não fala” (p.118). A partir da análise de crianças, Melaine Klein constata muito cedo o sentimento de culpa e a partir dessa percepção clínica, começa a pensar o supereu como anterior ao final do complexo edípico. Para Klein, a fase do desmame seria o momento inicial da constituição do supereu, das figuras edípicas arcaicas. O supereu adviria através de identificações da mordedura infantil (Campos, 2015).

A psicanalista considera que há um núcleo imutável do supereu que resiste a qualquer tratamento. Esse núcleo pode ser pensado como um supereu real. A autora concebe que tendências anti-sociais teriam como causa a incidência do supereu primitivo e arcaico (Campos, 2015). A partir das figuras edípicas arcaicas, Klein apresenta as crianças consideradas normais como tendo tendências criminosas devido à constituição do supereu precoce.

A constituição do supereu arcaico tem relações com a forma como o Outro é devorado e incorporado pelo sujeito. A pulsão oral do sugar e do morder fixariam uma lógica canibalesca e devoradora que satisfaz a alimentação, mas também as pulsões destrutivas da criança presentes na devoração (Campos, 2015).

Lacan também corrobora com a discussão da constituição do supereu a partir da fase do desmame. A pulsão oral sádica presente no desejo de mutilar, cortar e morder, que é pensada como dirigida ao corpo da mãe, pode ser concebida como anterior à constituição de um corpo próprio e do eu ideal. Ao mesmo tempo em que a criança devora, ela especularmente acredita que será devorada e destruída, assim, devido ao ato de devoração do objeto libidinal, a criança sentirá culpa e angústia e esperará receber punições. O inconsciente, ao funcionar como o preceito bíblico do “olho por olho e dente por dente” será vivenciado pela criança ao considerar a ofensa equivalente ao castigo (Campos, 2015).

Além dessa pulsão oral, a pulsão anal também seria decisiva para a constituição desse supereu precoce através do prazer de domínio na função excretora, na qual estão implicados os sentimentos de realização, poder, domínio e posse, bem como a agressividade, crueldade e

hostilidade com o Outro da demanda e com sua produção, as fezes. Nesse contexto, Klein concebe que a mãe também surge de modo ameaçador ao lhe tomar as fezes, o que pode ser vivido como mutilação e castração do corpo da criança (Campos, 2015, p.125). Assim, é possível considerar que a raiva presente nesse processo, também contribuiria para alimentar e fortalecer o supereu.

Campos (2015) destaca que é importante que a pulsão anal esteja direcionada à função da mãe e que, para Lacan e Freud, para além da pulsão oral e anal, a pulsão invocante com sua dimensão da voz também componha a tríade do núcleo arcaico do supereu.

Muito frequentemente os adolescentes envolvidos no tráfico de drogas, relatam que “tudo que eles têm na vida são suas mães”. A partir disso, questionamos essa relação entre o supereu e a transmissão materna. O supereu materno está associado à questão da dependência, à regressão oral do objeto primitivo de amor, considerando que a incorporação é também um tipo de identificação primitiva com o Outro, presente em diversas tribos. A partir dos complexos familiares, Lacan (2003) traz a questão das mortes lentas pela boca ao pensar os casos de toxicomania e das neuroses gástricas, também sintomas nos quais a figura materna se apresenta.

Na relação de amamentação da criança e no choro ao seio, a culpa já se apresenta. O terror noturno da criança é desencadeado devido à culpa, essa culpa se apresenta devido à devoração, fragmentação e dilaceração do Outro. De forma que, ao devorar o seio, o sujeito devora a si mesmo, devido ao próprio movimento pulsional que está no corpo do sujeito e retorna a si. De alguma forma as primeiras introjeções do objeto podem ocorrer através das figuras parentais enquanto figuras despóticas. Nos complexos familiares e posteriormente no estágio do espelho é possível pensar a separação do sujeito em relação ao Outro, pela relação de agressividade.

Klein também concorda que a severidade do supereu excede a severidade dos pais (Campos, 2015) nas imagos parentais introjetadas e distorcidas pelo sadismo infantil. A autora concebe a pulsão de morte desenvolvida por Freud e pensa que, em alguns casos, ela está tão misturada à pulsão de vida que se torna impossível distinguir uma da outra. Além disso, a projeção que a criança faz retorna a ela pelo movimento pulsional e, a partir disso, a criança pode produzir imagens monstruosas da imago parental (Campos, 2015).

No contexto anterior Klein ainda teoriza o mecanismo da repetição nos casos de criminosos: o supereu avassalador aumenta os impulsos sádicos dirigidos para fora, essa projeção faz com que a criança se prepare para se defender de ataques. Assim, há um aumento da angústia, que impele a criança a destruir o objeto, ela realiza uma nova projeção, e isso se

torna um ciclo vicioso que se alimenta. A autora afirma também que os efeitos imaginários do supereu aumentam quando a criança vive em condições miseráveis ou caso sofra maus-tratos pelo mundo externo (Campos, 2015). Nessa perspectiva as frustrações vivenciadas pelos sujeitos poderiam retornar enquanto agressividade e alimentar o supereu? Os relatos de adolescentes que dizem que “a sociedade não está nem aí pra eles” e a dificuldade desses adolescentes ao acesso a direitos básicos poderia contribuir para a frustração e maus-tratos do mundo exterior e aumentar os efeitos imaginários do supereu?

A figura feroz associada ao supereu imaginário pode se apresentar na relação com o patrão do tráfico, como aquele que, sabe ou descobre o que acontece de erros e falhas dos adolescentes, nesse trabalho fora-da-lei do pai. Um adolescente afirma “no crime você precisa ser invisível, transparente, senão você morre”. Talvez seja possível pensar que o preço a ser pago pelos erros, em algumas situações, repetiriam os medos e apreensões imaginados, já que a punição do ordenamento do tráfico às vezes é feita com agressões físicas, deixando no corpo marcas que serão vistas aos olhos de outros, ou nos casos mais graves, levando à morte. A relação com a polícia e com a sociedade de forma geral também apresenta a dimensão do olhar como vigilância, medo, retornando aos adolescentes de forma feroz enquanto uma imposição de um lugar: o jovem em sua maioria, negro, associado à infração e à periculosidade.

Sobre essa questão e a entrada no crime, um adolescente nos diz: “A cara já é julgada, os neguim já tem cara de favelado. Tá vendo aquele menino ali, ele consegue trabalhar, mas neguim não consegue não. A cara já tá marcada”. Em alguns casos nos relatam a raiva pela forma como foram olhados pelo Outro social. Assim, há a desconfiança frente “aquele que olha torto” e isso se apresenta nas relações com os próximos e com a sociedade na qual se deparam com o atravessamento de não aceitação, sendo seguidos em shoppings e lojas pelos seguranças, vidros fechados dos carros ao se aproximarem e assistindo pessoas atravessarem a rua quando saem um pouco da “quebrada”. Todo sujeito quer ser reconhecido, seja para o melhor ou o pior e isso vai marcar o modo como cada um se relaciona com o mundo. Se o Outro se apresenta de forma feroz, seja o Outro do tráfico ou o Outro Social, isso poderá retornar como o pior, implicando menos saídas simbólicas e mais soluções imaginárias e impositivas.

Após essas reflexões sobre o supereu imaginário e feroz, retornaremos à investigação sobre o supereu real e a dimensão da voz. Recordamos que, as outras duas modalidades do supereu arcaico são relacionadas a pulsão oral e anal. Se foi possível apresentar algumas questões da devoração e agressividade, agora a dimensão da pulsão será discutida em sua

dimensão invocante. A terceira modalidade pulsional do núcleo arcaico que compõe o supereu.

3.2.2 Supereu lacaniano e objeto voz

O eu do sujeito é primeiramente corporal e pulsional e é na projeção da superfície desse corpo que a voz virá incidir. Sendo o supereu aquele que se revela pela ordem e pelo imperativo, como aquele com o qual não há diálogo, associa-se o objeto voz ao supereu. Como um fora que se faz dentro, um fato acústico. A incidência da voz do Outro enquanto tom, enquanto pura voz terá uma marca que fura e traumatiza o corpo, o real do S1 como voz, a forma como a palavra foi ouvida em seu som enquanto ausência de significação. O supereu se configura nessa dimensão como restos de palavra que escapem no aparato psíquico se configurando enquanto uma exterioridade íntima e uma interioridade estrangeira. O som da voz enquanto real, como vocalização é algo que invade o corpo do sujeito e pode ser algo violento e ensurdecedor.

Nesse sentido, se percebe que a experiência com a linguagem é traumática e imprime marcas, furos no corpo. Segundo a ideia do traumático, o supereu seria constituído como um fora que se faz dentro, enquanto incidência da voz do Outro enquanto resto, fato acústico, enquanto tom. Nessa perspectiva o supereu arcaico seria composto pelos traços deixados dos restos de palavras que escapem no aparato psíquico.

O caroço da palavra que não remete a nenhuma significação, mobiliza o corpo do sujeito a partir da afetação pelas fonações, pelo tom, a voz enquanto isso que invade. Esses significantes teriam efeitos no ser dos sujeitos ressoando enquanto vozes absolutas de puro imperativo, sem dialética, através de mandamentos tirânicos e injunções que não são possíveis de significação, não dizem nem ao menos “você é isso” ou “você é apenas isso”.

No início o sujeito não tem como se comunicar, todos os instrumentos de comunicação estão no campo do Outro e o sujeito terá que recebê-los, por essa razão o sujeito recebe do Outro sua própria mensagem. A primeira questão, o “quem sou eu?” inconsciente, já que não é formulável, à qual retorna como resposta, o “*tu és*”, eis a forma em que o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida. Para Lacan (2005), primeiramente a mensagem do “*tu és*” que o sujeito recebe do Outro vem sem atributo, de forma interrompida.

No entanto, por mais interrompida, por mais insuficiente que seja essa mensagem, ela nunca é amorfa, porque a linguagem existe no real, está em curso, em circulação, e muitas coisas a propósito dele, S (sujeito ainda desconhecido, em sua estúpida e inefável existência), em sua suposta interrogação primitiva, são desde logo pautadas por essa linguagem (Lacan, 2005, p.297)

Lacan (2005) cita então os casos dos monólogos das crianças, quando balbuciam em seus berços somente quando estão sozinhas. Ele afirma que há aí a constituição do *objeto a* como resto e que há uma relação entre a linguagem e a sonoridade, ainda que a linguagem não seja a vocalização como atentam os surdos. Assim, o ouvido funciona como um aparelho de ressonância, e ele só ressoa em sua própria frequência. Na constituição do aparelho auditivo há também um canal, um tubo que comporta um vazio, e a voz é algo que ressoa no vazio do Outro como tal, “o *ex nihilo* propriamente dito” (p.300). Dessa forma, a voz só pode responder como incorporação da alteridade do que é dito.

É próprio da estrutura do Outro constituir um certo vazio, o vazio de sua falta de garantia. A verdade entra no mundo com o significante antes de qualquer controle. Ela se experimenta, reflete-se unicamente pelos seus ecos no real. Ora, é nesse vazio que a voz ressoa como distinta das sonoridades, não modulada, mas articulada. A voz de que se trata é a voz como imperativo, como aquela que reclama obediência ou convicção. Ela não se situa em relação à música, mas em relação à fala (Lacan, 2005, p.300).

Ao se referir a esse processo de incorporação da voz, Lacan (2005) cita o psicanalista Isakower, que exemplifica de forma singular esse processo de incorporação através da dáfnia, a pulga-d’água. Esse animal parece com um camarão, vive em água salgada, e tem o hábito de, em uma de suas metamorfoses, introduzir grãos de areia dentro de sua carapaça, mais especificamente em um aparelho estado-acústico reduzido chamado utrículo. Após a introdução dos grãos de areia dentro do utrículo, ele volta a se fechar e esses grãos, aos quais a dáfnia não produz e trouxe de fora, passam no seu interior a funcionar de forma necessária à manutenção de seu equilíbrio. Lacan (2005) associa esse processo de incorporação, exemplificado pela dáfnia e seu movimento, com o supereu. Constata-se então que a voz é incorporada e não assimilada. Podendo dessa forma conferir uma função que serve de modelo ao vazio, ao qual o autor associa ao shofar. O shofar é um chifre que, ao ser soprado, emite um som que propicia, através dos sons emitidos, uma experiência comovente e inquietante de afetação do corpo, de uma emoção inusitada. O shofar serve de modelo do lugar da angústia, mas somente após o desejo do Outro ter assumido a forma de uma ordem: “É por isso que pode desempenhar sua função eminente de dar à angústia sua resolução, que se chama perdão ou culpa, mediante a introdução de uma outra ordem” (Lacan, 2005, p.301).

O nascimento da culpa e a relação com a angústia estão articuladas à falta que o desejo comporta com o sentido de uma falha. Lacan (2005) articula o shofar com a culpa que tem

relação com o Outro, o qual encobre a angústia, e ao qual algo do desejo do Outro está implicado. Lacan associa a ideia de sacrifício à captura do Outro na rede do desejo.

Lacan (2005) apresenta o ouvido como o patamar a ser desenvolvido e o shofar como sustentando uma voz. Discute então a importância bíblica do shofar, como instrumento que tem grande importância e significação para a aventura histórica de Israel. O som do shofar teria relação com o diálogo entre Moisés e Deus. Tudo isso imerso em uma tempestade de ruídos, com trovões e raios em volta e, enigmaticamente e paradoxalmente, apesar de ser proibido a qualquer pessoa se aproximar desse diálogo, o povo poderia quando quisesse escutar a voz do shofar. Como significado, o shofar está presente nos textos bíblicos quando busca-se renovar a aliança com Deus diante de algum conflito, em festas anuais de rememoração da aliança, excepcionalmente em cerimônias de excomunhão. Na leitura de Reik, citado por Lacan (2005), o som do shofar seria a voz do próprio Deus Javé. Lacan (2005) localiza assim, o *objeto a* na voz, como o som vocalizado, separado das discussões da linguística da atribuição do sentido das palavras e de seus processos de metáfora e metonímia. Trata-se da desvinculação da fonetização para uma dimensão nova, isolada, propriamente vocal. Ele ainda retoma o shofar, apresentado-o em conjunto com o objeto voz. Assim, o shofar não articula os mandamentos como princípios, mas representa uma função de lembrar o pacto (Lacan, 2005). O referido autor ainda se pergunta se o momento do pacto está totalmente incluído no som do shofar, e recorda Freud ao articular a função de repetição, para além da repetição automática e de retorno, pela dimensão em que confere sentido ao lugar do Outro, o que no caso do shofar seria Deus. Assim o objeto voz está presente nessa discussão, esse objeto que “acreditamos conhecê-lo bem, a pretexto de conhecermos seus dejetos, as folhas mortas, sob a forma das vozes perdidas da psicose, e seu caráter parasitário, sob a forma dos imperativos interrompidos do supereu” (Lacan, 2005, p.275).

A partir dessa investigação, é possível perceber que o supereu tem relação com a incorporação do objeto voz de forma imperativa que impele o sujeito a cumprir e responder a ordens internas. Essa voz vocífera uma dimensão inapreensível de significação que afeta o corpo do sujeito e deixa marcas. Se no capítulo anterior foi possível constatar o supereu como herdeiro do complexo de Édipo, funcionando através da lei do pai, nesse momento percebe-se que há outras vertentes do supereu que também deixam suas consequências.

3.2.3 O supereu materno, supereu lacaniano

Rodriguez (1996) extrai a possibilidade de problematizar uma discussão teórica e clínica sustentando o supereu materno arcaico enquanto uma função do supereu como

imperativo de gozo. O autor realiza essa leitura a partir da posição favorável de Lacan quanto à ideia de Melaine Klein de um supereu pré-edípico, o qual terminaria sua formação com a dissolução do complexo de Édipo e que poderia ser considerado enquanto um momento lógico pré-edípico da estrutura. Os traços do sadismo oral do supereu são mantidos por Lacan na concepção da fantasia de ser devorado pela mãe no *Seminário IV Relação de Objeto* (Lacan, 1995, p.194) e na gula do supereu no texto *Televisão* (Lacan, 2003, p.528).

O supereu materno arcaico está presente como fantasia de castração enquanto defesa contra a angústia desencadeada pela mãe como objeto reatualizado do Édipo. Referindo-se a isso, Lacan define que na gênese da repressão há a condição no plano psicológico de reconhecer o jogo imaginário da fantasia de castração e a mãe como objeto que a determina: “Essa é a forma radical das contrapulsões que se revelam na experiência analítica como constituindo o núcleo mais arcaico do supereu e representando a mais maciça repressão” (Lacan, 2003, pp.59-60). Dessa forma, é possível articular que “enquanto o supereu paterno é uma função coordenada ao desejo, o supereu materno é uma função coordenada ao gozo” (Barreto, 2001, p.47). Se o supereu materno está presente enquanto angústia no momento de reatualização do Édipo, esse retorno ocorre na adolescência, como veremos.

O supereu materno é o derivado dos traumas mais primitivos sofridos pelo sujeito, quando suas fantasias escutam o objeto voz como o som de vociferação impositiva e cruel no qual o sentido se perde, prevalecendo o som dilacerante da voz parental. Dessa forma, o supereu funciona enquanto uma lei insensata na qual o legislador é o S1 como significante unário: “A figura obscena e feroz encarna, portanto, um simulacro da lei, uma lei furada, uma vociferação insensata da lei” (Barreto, 2001, p.47).

A partir das ideias apresentadas constata-se que o supereu para além de sua função reguladora funciona de forma perturbadora. O conceito de supereu requer um esforço de sistematização, já que não é um conceito fechado e finalizado pela teoria, abrindo campos de investigação. Para ultrapassar a dicotomia do supereu, Barreto (2001, p.50) sugere a leitura dos três registros: supereu real como lei insensata e do gozo; supereu imaginário como supereu feroz e obsceno; e o supereu simbólico como agente da lei do pai.

Andrade (2016, sp.) adverte sobre a necessidade dos sujeitos se livrarem da marca do discurso do Outro que são herdadas, considerando como uma delas o supereu, essa herança do desejo do Outro, que pode ocasionar as piores consequências. Como apresentado no primeiro capítulo, Miller (2001, p.79) responde à questão freudiana que uma mulher “quer querer”. A partir dessas discussões, é possível pensar que a lei insensata do supereu real está relacionada ao impossível de responder ao desejo enigmático da mãe. Isso é possível de se pensar a partir

da resposta de Miller (2001) que relança a questão de Freud ao campo do gozo, do querer. Essa questão atravessa a maternidade quando deparamos com mães que não se dividem entre ser mãe e mulher, mas sustentam um lugar de mulher e o gozo não-todo do feminino pode vir a incidir sobre o filho. O gozo do querer pode dizer respeito ao próprio querer do sujeito ou, nos casos em que o querer diz respeito ao querer do Outro, o sujeito se manifesta de forma submissa. Dessa forma, torna-se ainda mais difícil para os adolescentes do sexo masculino se desembaraçarem das mães.

De acordo com a metáfora paterna, explorada no primeiro capítulo deste trabalho, constata-se que o “capricho é uma vontade fora da lei” (Miller, 2001, p.79), na qual passar do capricho à lei seria um progresso de civilização.

Através de Schopenhauer é possível pensar que primeiramente eu me represento no mundo e depois eu quero, esse é o mistério da vontade, que posteriormente irá repercutir em Nietzsche e conduzir ao sangrento século XX como aquele no qual a vontade triunfa (Miller, 2001). No século XX, houve duas Guerras Mundiais, a Guerra Fria, a Guerra do Golfo e do Vietnã. Assim, nos parece que a vontade está atrelada ao gozo e conduz os sujeitos à pulsão de morte.

Ao colocar a mulher no lugar da vontade, é possível associá-la a Medéia e afirmar que o que quer essa mulher-vontade é “extrair o sujeito barrado, separá-lo de seu ter. Ela quer separá-lo de suas boas razões, conduzi-lo a uma leviana aventureira, arruiná-lo, separá-lo de seus próximos, de seus amigos, de seus ideais” (Miller, 2001, p.83). No caso em questão da presente pesquisa, é possível pensar que algumas mães podem vir a se apresentar enquanto mulheres no campo da vontade, ao tentarem colocar seus filhos à sua disposição, como aqueles que irão adquirir objetos como dinheiro e outros de valor fálico para elas. Assim, podemos hipotetizar que alguns adolescentes podem vir a se envolver no tráfico para satisfazer esses caprichos e vontades da mãe.

Numa segunda vertente, o desejo anônimo ou esvaziado do Outro materno sobre o filho, também incidente em alguns casos, parece nos indicar um vazio de significação que deixa o adolescente à deriva no redespertar pulsional que a puberdade impõe. Nessas situações, como veremos no último capítulo, o sujeito retorna a um ponto de indistinção sem encontrar uma baliza simbólica de orientação sobre o desejo da qual, alienado, possa se desvencilhar. Nesse sentido, acaba por se apegar às ordens de ferro que legitimam o gozo, preenchendo o vazio do ser. Por isso, o crime pode se tornar uma saída possível. Aqui, desenvolveremos como o capricho materno pode indicar uma ordem voluntariosa, mimetizada posteriormente na adolescência pelo crime, tanto quanto pode se encarnar no desvalor

simbólico que uma criança pode representar face a esse capricho de uma mulher, que se tornou mãe. Parece-nos que, em ambos os casos, trata-se de uma vontade feminina caprichosa que incide, com a maternidade, sobre o ser da criança.

Miller (2001), nessa direção, ainda apresenta como duas faces da feminilidade a Médeia e a Burguesa. Medéia é aquela que, ao matar os filhos de Jasão, retira o ter fálico do homem, assim ela visa dividir o sujeito ao extrair o ter fálico do campo do outro. Por outro lado, a versão burguesa é aquela que não só retira do homem o ter fálico, como o recolhe para si. Assim se Medéia retira o ter fálico do homem, fazendo surgir a falta-a-ser, a Burguesa é aquela que recolhe o dinheiro, ela recolhe o ter do homem. O autor nos indica ainda que, sob cada uma das faces apresentadas, deve-se procurar a outra face para que seja desvelada. No caso de alguns adolescentes envolvidos no tráfico, as mães não apenas aceitam o dinheiro trazido, como demandam certos objetos para serem adquiridos e enaltecem o filho de estar no lugar do provedor, de “homem da casa”.

Ao longo desse segundo capítulo, foi possível evidenciar a dimensão da voz insensata, que marca pelo tom, o gozo e a conseqüente pulsão de morte, e o capricho, como dimensão da vontade e da ausência de limites. Essa descoberta do supereu materno, anterior ao supereu herdeiro do complexo edípico, nos permitiu pensar que há uma dimensão superegógica que fica como resto e funciona enquanto dimensão real e fora-da-lei.

3.3 Supereu e civilização

3.3.1 O mito fundador da civilização e do supereu

No começo da teoria psicanalítica Freud (2006) já se interrogava sobre o início das relações entre os seres humanos e para isso utilizava dos estudos de antropólogos de sua época. Constata-se que o totemismo e o propósito de evitar relações sexuais incestuosas são pontos comuns das tribos primitivas da Austrália, América e África constituindo a base de suas organizações sociais e religiosas. Essas sociedades tribais acreditavam que o seu totem era o antepassado comum do clã, assim todos os membros eram descendentes do totem que os reconhecia, protegia e auxiliava. Em troca, dentro dessas organizações, havia a obrigação sagrada de não o matar, nem comer sua carne e era proibido o ato sexual entre os membros do mesmo clã, o que constituía tabus, proibições de caráter sagrado e perigoso. Diante dos casos em que o tabu não era cumprido, as punições ocorriam, o que frequentemente consistia na morte do membro transgressor. Diante dessas semelhanças, do totemismo e da proibição de relações incestuosas, Freud (2006) pontua uma questão fundamental ao constatar que os crimes proibidos pela lei são aqueles que os sujeitos tem desejos e propensões de cometê-los,

caso contrário, não haveria necessidade de proibi-los. A partir dessa constatação, Freud (2006) pontua a semelhança entre as proibições relacionadas ao totem: não matá-lo e não ter relações sexuais incestuosas, com o complexo de Édipo a semelhança entre essas proibições e os desejos de uma criança com relação a sua mãe e o temor, ódio e amor por seu pai, questões essas trabalhadas no primeiro capítulo e que demonstram a potência do mito ao elucidar a constituição civilizatória e subjetiva.

Freud (2006) irá, então, pensar hipoteticamente o começo das organizações sociais, das restrições morais e da religião, na qual teria havido uma horda primeva com um pai tirânico possuidor de todas as mulheres. Esse mito é elaborado pelo autor como uma forma de explicação do modo de funcionamento da cultura.

Certo dia, diante da submissão ao pai primevo, os filhos que teriam sido expulsos dessa horda retornariam e juntos matariam e devorariam esse pai temido, dando fim a esse modo de organização. Esse pai primevo funcionava a cada um de seus filhos de modo ambivalente, como modelo invejado e temido e ao devorá-lo nesse ato memorável e criminoso cada um dos irmãos realizaram uma incorporação com o mesmo, adquirindo parte de sua força.

Com o ato de matar o pai, todos os filhos deram vazão ao ódio que sentiam por ele, mas, logo após veio o remorso, já que jamais conseguiriam alcançar o que buscavam: o lugar ocupado pelo pai. O desejo sexual divide os homens ao invés de os aproximarem, assim, cada um dos irmãos era rival dos outros diante das mulheres, cada um queria ter todas as mulheres para si, haveria então uma luta na qual nenhum deles teria uma força preponderante para assumir o lugar do pai com êxito.

Diante disso, Freud (2006) desenvolve que o ato de matar o pai tirânico e totalitário funda a lei da cultura através da qual o sujeito se introduz no social pelo pacto de distribuição de gozo, e da dívida simbólica de modo que ninguém ocupará o lugar desse pai. Assim, o pai morto ganha estatuto de lei, de significante, se eternizando enquanto tal. A realidade humana sendo marcada pelas palavras é simbólica, a lei do incesto é transmitida na família fundando a sociedade e a cultura, ordenando as relações sociais. É fundamental destacar que, segundo Freud (2006), através do ato do assassinato do pai, torna-se possível o início da fraternidade, da civilização e dessa construção o sentimento de culpa advém. Concomitantemente, ele desenvolve a constituição dos sujeitos através do complexo de Édipo permitindo associar o desejo pela mãe, o amor e o medo pelo pai a constituição da horda.

O pai tirânico da ordem primeva pode ser associado ao Deus Chronos e seu ato de comer seus filhos. Se o pai pode constituir uma ordem caprichosa como pai primevo e

Chronos, Lacan também associa a lógica insaciável à lei da mãe, aos seus caprichos e vontades e possibilidade de devoração do filho.

Segundo Rodriguez (1996), é fundamental colocar que o pai totêmico é o pai fora-da-lei, o pai que implica o canibalismo, a incorporação enquanto real, aquele que funciona pelo capricho já que a lei funciona para todos, exceto para esse pai, que se configura enquanto um pai do gozo. É um pai que dá a lei aos outros, mas não se submete a ela. Esse pai arcaico, do lugar do gozo e fora-da-lei é a própria lei da mãe. A mãe encarna o Outro para a criança e a representação do pai totêmico é o do Outro que não está submetido a castração, logo é possível considerar essas figuras nessa associação de lugares. Seguindo o raciocínio estrutural de Lacan e aplicando-o ao nosso objeto de investigação, podemos nos perguntar se o pai da horda pode também ser associado a figura do patrão do tráfico, o qual dita a partir de sua vontade e de seu capricho as ordens de quem vive, morre e de que forma os erros cometidos levam os sujeitos a sofrerem diversos tipos de represálias. Esse tipo de norma foi associada à ‘lei do tráfico’, como ordem paralela à lei jurídica e à ação do Estado (Feltran, 1999 e Misse, 2014). Aqui, entretanto, como já apresentado, buscar elucidar como uma ordem de ferro (Ramirez, 2007) dessa força se impõe como modo de gozo entre adolescentes autores de ato infracional. Porém, antes de se fazer essa articulação, precisa-se avançar um pouco mais com a teoria.

Na constituição da civilização, a morte do pai primevo é a entrada na lei simbólica, que implica o sujeito em uma dívida simbólica na qual o homem “Não cessa de pagar sempre mais em sua neurose” (Lacan, 1985, p.276). Assim, ele assinala que: “É preciso que o homem se constitua em sua parte interessada enquanto culpado” (p.276).

Dessa forma, “Na perspectiva da psicanálise, o homem é o sujeito preso e torturado pela linguagem” (Lacan, 1985, p.276). Assim “o inconsciente é essencialmente fala, fala do outro” (Lacan, 1985, p.275). O autor afirma ainda que “o que impressiona no drama patético da neurose são os aspectos absurdos de uma simbolização desnorteada” (Lacan, 1998, p.435). O sujeito é responsável enquanto sujeito de fala e está implicado na dívida simbólica.

O drama primordial de *Totem e tabu* permite o traçado no qual a ordem da lei será veiculada, o ato de matar o pai reforça a interdição do pai morto como simbólico, ganhando uma força de lei, assim o ato de matar o pai não abre caminho ao gozo, mas reafirma e reforça a interdição. O mito de *Totem e tabu* criado por Freud, sustenta e camufla a falha da interdição, na qual, no momento em que matam o pai e poderiam ter acesso a todas as mulheres, sendo esse obstáculo transposto, a interdição é reforçada. Para Lacan (1988), essa falha comporta que tudo o que constitui objeto de gozo transposto, se inscreve no livro da

dívida na lei. “É preciso que algo nessa regulação seja, ou bem paradoxo, ou bem lugar de algum desregramento, pois, ultrapassamento da falha em outro sentido não é equivalente” (Lacan, 1988, p.216). Freud (2006) nos apresenta que do gozo à interdição há sempre e constantemente um reforçamento da interdição à aqueles que estão submetidos à lei moral. As exigências são reforçadas de forma cada vez mais cruéis pelo supereu (Lacan, 1988).

É possível pensar que, se, nesse tempo do ensino lacaniano, a dívida simbólica introduz-se pela transposição do gozo à sua submissão pela lei, há que pensarmos o que se passa no campo das transgressões que não se organiza como efeito dessa falha. Se Lacan pensava, através de São Paulo, que era a partir do princípio contrário da lei que a transgressão do gozo se efetivava, é possível nos interrogarmos se é isso que ainda ordena a sociedade e seu modo de funcionamento hoje. Da mesma forma, é possível pensar que, se Freud desenvolve esse mito para elucidar o que rege o ordenamento civilizatório, a culpa já está inscrita desde sua fundação, fazendo com que todos os sujeitos já sejam, *a priori*, culpados. A culpa é uma das manifestações do supereu.

Na modernidade, os sujeitos já estavam inscritos enquanto culpados, como se tivessem cometido algum ato lesivo contra o pai, o que implica na dimensão da dívida, dívida simbólica e em si mesma impagável. É possível questionar se os adolescentes envolvidos no tráfico ainda operam nessa lógica, já que, em alguns casos, os adolescentes nos demonstram muito mais uma posição na qual o Outro estaria em débito com eles do que o inverso. A frequente fala dos jovens “não dá nada pra nós” quando cometem atos infracionais pode ter uma leitura para além do enunciado sobre não sofrerem nenhuma punição ou responsabilização. Esta é uma fala em que fica a pergunta: o que teria que ter sido dado? Relatos frequentes do pai ser alguém que “também nunca deu nada” se apresentam, o que nos faz pensar que algo dessa função que opera de modo peculiar na contemporaneidade, retorna imaginariamente como débito e talvez, em alguns casos, faça uma inversão, colocando a dívida no campo do Outro. Talvez possamos pensar que o que não foi dado simbolicamente se articula ao campo do ideal do eu e dos ideais que levariam à constituição com um tipo viril peculiar, tal qual discutido no capítulo anterior.

O próprio Freud (2006) antevê que a sociedade moderna estaria possivelmente submetida ao retorno de figuras superegóicas de autoridades advindas de forma direta do mito do pai primevo, ou que prometeriam a encenação de um lugar de exceção no qual a transgressão à lei é possível. A partir da leitura de que o pai primevo está em um lugar de exceção e de fora da lei para demonstrar sua potência, e ao mesmo tempo dentro da lei por ser seu fiador (Safatle, 2015, p. 73).

Com essas premissas, desenvolver-se-á uma nova hipótese teórica acerca do lugar ocupado pelo patrão do tráfico e os adolescentes envolvidos com o crime. Alguns adolescentes nos relatam que “cada quebrada tem uma lei”, assim a chamada “lei do crime”, “lei da cadeia”, ocorre de forma diferenciada já que “cada quebrada tem seu patrão que cria as leis”. Assim, muitos adolescentes estão submetidos a formas de ordenamento distintas em que o que é considerado certo e sua transgressão não tem uma separação evidente: “quem foi criado na favela, vê o certo pelo certo, o errado pelo errado. Tem o certo pelo errado, e o errado pelo certo” nos afirma um adolescente, ao explicar que, apesar de matar ser considerado errado, é o certo a se fazer quando alguém delata o outro para o grupo rival ou para a polícia. Esses são considerados os “X9”. “Tudo tem sua consequência na vida...não é o cara que tá matando que quer. É o cara que tá em cima que mandou matar, se não ele que morre”.

Dessa forma, é possível constatar que o ordenamento do tráfico implica no capricho de cada patrão que cria a forma de funcionamento e as maneiras de cobrar o erro cometido. Em alguns locais o sujeito “ou mata ou morre”, já que precisa executar o que o patrão mandou ou corre risco de vida. Dessa forma, os ordenamentos superegóicos de gozo são frequentemente encarnados na rigidez das normas do crime, sendo explanados pelos jovens em suas falas: “ladrão não tem vez, tem que matar”, “quem escolhe ser do crime não tem direito a reclamar”, “não pode xisnovar (x9) ou caguetar (delatar)”, “se der tiro tem que matar”. Imperativos de gozo que regem o ordenamento fora da lei em que cada patrão decide no seu lugar de exceção e potência, por seu capricho e escolha, o destino de tantas existências.

Para Freud (2006) o supereu está sempre relacionado a figura do pai como aquele que funciona enquanto guardião do gozo ou cúmplice do gozo, assim a referência ao supereu freudiano é associado ao parricídio, o incesto e às tentações que os sujeitos têm frente a esses atos.

O supereu é percebido enquanto uma instância que se funda no início da civilização. Através da leitura da sociedade, Freud (2006) extrai o mito que regula e rege a sociedade moderna. Ficamos com a questão de até que ponto a lei é o que permite a transgressão existir? A lei do pai ainda funciona como aquela que rege a sociedade sendo a referência que impele o sujeito ao gozo e a transgressão? Essas questões serão abordadas de forma mais minuciosa adiante. O momento é de se compreender, além da constituição do sujeito e do supereu paterno explicitado no capítulo anterior e como é possível pensar a transmissão do supereu.

3.3.2 A transmissão do supereu

Ao indagar acerca das origens do supereu, Freud (2006) aponta dois fatores: um apresentado como de natureza biológica de dependência e desamparo com relação a sua duração e outro relacionado ao complexo de Édipo de cada sujeito. O interessante nessa passagem é percebermos que, apesar dele em diversos momentos apresentar o supereu como derivado do pai, do complexo paterno, em outros ele deixa alguns fios soltos sobre a questão do desamparo e também da identificação tanto em relação à mãe tanto quanto em relação ao pai: “Quando éramos criancinhas, conhecemos essas naturezas mais elevadas, admiramo-las e tememo-las, e, posteriormente, colocamo-las em nós mesmos” (p.48). Há então, na base do supereu uma introjeção. Se o autor direciona uma relação entre o supereu e o desamparo percebe-se uma direção possível da estruturação do supereu anterior ao fim do complexo de Édipo, o que foi mais explorado por Lacan posteriormente, quem retira a criança do desamparo fundamental é a mãe, ou quem exerça essa função, dessa forma, a origem do supereu poderia ser pensada como anterior.

A constituição das repressões das pulsões através de proibições e injunções são exercidas pelo pai, mas também pelos professores e demais pessoas que ocupam o lugar de autoridade, implicam na educação e constituição superegóica da criança. Assim, vemos que outras pessoas também exercem influência na constituição do supereu. Posteriormente, essa construção é interiorizada enquanto censura moral e o sentimento de culpa é experimentado diante da tensão entre as realizações do eu, com as exigências a ele dirigidas (Freud, 2006).

O mesmo autor reafirma que inicialmente a moralidade, a religião e o senso social possuem o mesmo estatuto de regulação, como foi explicado em *Totem e Tabu*. Há a importância do complexo paterno e como ainda hoje há o impulso de uma rivalidade entre os irmãos, o ciúme, e a hostilidade que não pode ser satisfeita se transforma em identificação com o rival. No caso dos adolescentes no tráfico constata-se a rivalidade entre as “bocas” de drogas, no qual a hostilidade é satisfeita com a morte do outro, percebido como diferente, em uma lógica do narcisismo das pequenas diferenças.

Posteriormente, Freud (2006) apresenta que:

Assim, o superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais; os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração. Facilmente podem adivinhar que, quando levamos em conta o superego, estamos dando um passo importante para a nossa compreensão do comportamento social da humanidade - do problema da delinquência, por exemplo (Freud, 2006, p.72).

Nessa passagem, ele direciona que há uma importância no que tange à transmissão do supereu dos pais e a constituição do supereu do filho. Em casos acompanhados no Programa Fica Vivo, é comum observar que muitos deles, têm como única referência suas mães ou sua avó. Como isso se processa para os jovens? Considerando a severidade do supereu no campo feminino, MV Bill vê semelhança entre sua história de vida e a dos adolescentes envolvido no tráfico, ao se referirem à figura da mãe como “pãe”, aquela que funciona como mãe e pai ao mesmo tempo. Acreditamos que essa transmissão é possível de ser realizada através da palavra e dos não ditos.

Recordamos o primeiro capítulo, no qual a transmissão de um desejo não anônimo e da lei, de um vazio é o que possibilita que a transmissão possa se efetivar pela redução significativa à entrada no campo simbólico, não sem considerar a posição assumida pelo sujeito nessa história. A transmissão e a incorporação significativa são possíveis de advirem para o sujeito a partir do Outro, esse Outro do tesouro dos significantes, desenvolvido no primeiro capítulo, que é anterior ao sujeito e estará enquanto estrutura de linguagem, depois do seu falecimento. O Outro enquanto tal, o Outro da linguagem, existe e fala do sujeito antes mesmo de sua vinda ao mundo. Isso compõe o campo da transmissão, como afirma Lacan (1998, p.280), de que os símbolos compõem uma rede que irá gerar o homem “com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado de seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado”. Dessa forma é possível pensar que as palavras marcam os sujeitos e, a partir do mal entendido, o sujeito irá construir um mito individual e um sentido da sua existência para esses Outros. As nomeações que o sujeito é marcado e escolhe como nomes de gozo também tem implicação nessa constituição.

Dessa forma, há uma distância entre a vivência na realidade e aquilo que o sujeito se baliza, introjeta e perde acerca de sua experiência. Sua realidade, composta dessas falhas e dessas marcas constitui o tecido de sua subjetividade diferente ou melhor, apoiada na realidade material. Por isso é importante recorrermos à teoria psicanalítica que nos fornece a estrutura do enquadre simbólico que nos permite acessar o real que determina a experiência do adolescente.

Através de Freud (2006) foi possível pensar a transmissão do supereu pelo campo da linguagem, sua relação com o supereu dos pais e sua constituição no início da civilização. Apesar de Freud ter deixado vários fios soltos que possibilitam pensar o supereu além da dimensão paterna, sua formalização é a partir da força do pai, retendo o caráter paterno, que o supereu se ergue. Ele pensa o supereu herdeiro do complexo de Édipo a partir do seu caráter

compulsivo que se manifesta pela forma de um imperativo categórico. “Tal como uma criança esteve um dia sob a compulsão de obedecer aos pais, assim o ego se submete ao imperativo categórico do superego” (Freud, 2006, p.61). Termo esse cunhado por Kant e que Lacan irá se deter para explicitar melhor o superego. Assim, o superego se levanta tomando a força do pai, de forma que quando mais rápido e forte acontece a dissolução do complexo edípico pela repressão, mais forte será o superego dominando o eu, sendo que “essa dominação irá se apresentar sobre a forma consciente ou de sentimento inconsciente de culpa” (p.47).

Nesse momento, iremos investigar a contribuição de Lacan no desenvolvimento da concepção do superego através de Kant e Sade.

3.4 Lacan e o superego: Kant com Sade

3.4.1 Lacan e a releitura do imperativo categórico

Lacan (1998) retoma as ideias do filósofo Kant para desvendar o conceito do superego. Para avançar na discussão, o autor irá teorizar o superego como humor negro superegótico que, pela pulsão de morte, zomba do sujeito. Para isso, Sade é igualado aos demais filósofos clássicos ao demonstrar como “prepara-se a ciência retificando a posição da ética” (Lacan, 1998, p.776).

Através do texto “*Filosofia da Alcova*” de Sade, Lacan (1998, p.777) demonstra como há nessa obra o objeto escondido da “*Crítica da Razão Prática*” de Kant, o paradoxo do imperativo categórico de Kant e o imperativo do gozo, como duas faces do superego. Como introdução a lógica paradoxal presente e estruturante do superego, Freud (2006) teoriza que, para além dos resíduos das escolhas primitivas de objeto, realizadas pelo *isso*, há também uma reação formativa energética contrária a essas escolhas, devido ao recalque e a inscrição da lei do complexo de Édipo. Assim, a relação do superego e do eu “não se exaure com o preceito: ‘Você deveria ser assim (como o seu pai)’. Ela também compreende a proibição: ‘Você não poderá ser assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele’” (Freud, 2006, p.47). Dessa forma, desde Freud, há uma a lógica paradoxal da lei do superego.

Retomando as ideias de Kant, o filósofo estava buscando em sua teoria, unir a dimensão universal e singular, através das leis da razão prática com a vontade singular dos sujeitos, que devem funcionar a partir da vontade universal. Em Kant, para que a ação seja moral, deve ser determinada por um dever e ser aplicada sobre todos (Campos, 2015). Kant ainda percebe que é impossível *a priori* definir quais representações ligam os sujeitos à dor e ao prazer, fazendo com que, tanto o bem quanto o mal só possam ser julgados a partir das

sensações de prazer e dor. Diante desse impasse, o filósofo formula a razão universal como aquela, sem sentimentos, que conduziriam os sujeitos a máxima universal válida para todos (Campos, 2015). Segundo Lacan (1998) é nessa lógica da crítica da razão prática, que o objeto sempre se furta. Assim, ele nos apresenta como a partir da do desenvolvimento da lei do bem de Kant, busca-se o objeto da lei moral, cujo imperativo categórico se apresenta como incondicional e se fazem escutar dentro dos sujeitos. Nesta construção do bem como valor universal, Kant o propõe como suposto, sem que qualquer objeto imponha sua condição (Lacan, 1998).

A lei moral kantiana busca um bem, mas é importante recordar que o “Bem Supremo, que é *das Ding*, que é a mãe, o objeto do incesto, é um bem proibido e que não há outro bem. Tal é o fundamento, derrubado, invertido, em Freud, da lei moral” (Lacan, 1988, p.90). Assim, ao se opor aos bens incertos que os objetos podem trazer, seu peso só aparece por excluir, pulsão ou sentimento, tudo aquilo de que o sujeito pode padecer em seu interesse por um objeto designado por Kant como “patológico” (Lacan, 1998, p.778). Através da descoberta de Freud, de que o desejo e a lei recalcada são a mesma coisa, constata-se o embaraço em que Kant se encontrava. Nestas tentativas de demonstrar que a lei coloca equilíbrio ao prazer, a dor, a felicidade, a miséria e ao amor, escancara-se sua dimensão impossível, na qual o desejo também está implicado. Assim, é no desejo que a psicanálise reconhece a verdade do sujeito, o desprazer leva ao recalque do desejo, buscando no caminho do retorno do recalcado, a satisfação desse desejo (Lacan, 1998). Dessa forma, o Bem Supremo, o desejo, em última instância é incestuoso e proibido.

Assim, Kant (1959, apud Lacan, 1998) retira os desejos, vontades e inclinações do sujeito, ocultando essas dimensões para tentar acender ao ideal do imperativo categórico, como se isso fosse possível. Nessa busca pela lei universal de Kant, há o impasse de que: o sujeito não tenha nenhum objeto no qual ele encontra uma lei, o que ocorre através do fenômeno significativo “que é obtido de uma voz da consciência e que, ao se articular nela como máxima, propõe ali a ordem de uma razão puramente prática, ou da vontade” (Lacan, 1998, p.778). Interessante o significativo “vontade” aparecer nessa citação de Lacan, termo retomado por Miller (2001), que desenvolvemos anteriormente e retomaremos mais adiante em sua correlação com o gozo. Mais uma vez, o supereu aparece em sua dimensão da voz, voz da consciência do imperativo categórico.

É dessa forma que Lacan (1998) percebe um rastro deixado por Kant de um erotismo inocente e perceptível da natureza do objeto referido. Segundo Campos (2015), o supereu é o que possibilita a intersecção entre Kant e Sade. Além de ser o responsável pela censura do

isso, o supereu impõe uma lei absurda em fantasias e sintomas que irão implicar a alma com Kant e o corpo com Sade. O supereu se estrutura como fantasia formando o imperativo de perversão de Sade e um imperativo categórico de Kant, ponto de conjunção e disjunção, que é impossível de se responder. O supereu é, então, uma instância que ao mesmo tempo, organiza os sintomas e pela censura impede o gozo, mas também impele o sujeito em direção a ele.

Lacan (1998) afirma que o desejo é o desejo do Outro, se sustenta na fantasia em que pelo menos uma parte está no Outro, já o objeto de desejo desnudo é a escória de uma fantasia em que o sujeito sai de cena, como em desmaio. O objeto vacila e é aí que nos deparamos com o inapreensível do objeto da lei de Kant (op.cit). No momento em que não é o sujeito que falta, mas o objeto, a lei moral representa o desejo. O sujeito está ali como presença, enquanto voz do lado de dentro, voz da consciência, quase sempre sem pé nem cabeça no que é dito, como a significar pela barra o sujeito barrado e solto da fantasia do qual deriva. Dessa forma, a fantasia e o sujeito barrado cedem lugar ao imperativo interior que, segundo Lacan (1998) nos demonstra Kant. Para Kant, por ter a consciência do dever, algo pode ser feito, e através da lei moral, se conhece em si mesmo a liberdade.

Ao elaborar a razão prática, Lacan (1988) relata que Kant apresenta uma história que termina por explicitar o gozo para Lacan. Na história, um homem poderia ser executado caso se encontrasse com a mulher que deseja e, para o filósofo, todo homem de bom senso, diria não a esse encontro. Entretanto, se o prazer da noite com essa mulher é pensado no campo do gozo, o sujeito pode escolher aceitar a morte. Nesse caso, há prazer e penar juntos, onde o gozo pode estar à frente da segurança e acarretar em sua morte. A lei moral é suscetível de servir de apoio ao gozo, “não há lei do bem, senão no mal e pelo mal” (Lacan, 1988, p.232). A oscilação do poder de decisão do sujeito se apresenta frente à lei ao gozo que, nesse emaranhado, pode intervir a ingerência do supereu como comando de gozo.

Kant (op.cit) constrói, a partir do imperativo categórico, uma ética sem objeto, já que é sem esse objeto que ele almeja alcançar o universal. Entretanto, com a máxima do gozo como regra desenvolvida por Sade, encontra-se esse objeto oculto em Kant e atinge-se universal. O imperativo de gozo de Sade é explicitado por Lacan (1998, p.780) como “tenho o direito de gozar do teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões, que me deem gosto de nele saciar”. A parte “pode me dizer qualquer um” do enunciado sadeano, pode ser inscrito em uma regra universal na qual o eu está implicado como sujeito e objeto da ação do gozo. Lacan afirma que o “*tu* deves” da máxima freudiana pode ser substituída pela fantasia de imperativo de gozo erigida por Sade e que funciona como uma máxima universal. O limite para o uso do próprio corpo

do sujeito ou do corpo do outro é a morte, sendo essa a prova da regra de Kant com a marca de Sade (Campos, 2015). Na máxima kantiana “age de tal sorte que a máxima da tua ação possa valer-te sempre como princípio de uma máxima universal”, não se sabe se a ação é boa ou má, já que ela está para além do princípio do prazer para alcançar uma máxima universal. Assim a máxima universal de Sade, como a posteriori, pode encaixar dentro da de Kant, comportando seu funcionamento no capricho, sem limites em suas extorsões (Lacan, 1998, p.780). O *objeto a*, tanto em Sade quando em Kant sinalizam para a mesma direção em relação ao gozo. Trata-se de uma máxima presente em determinado momento lógico da vida dos sujeitos frente ao capricho materno que poderá ter algum tratamento a partir do nome -do-pai, ou outro significante que possibilite realizar essa função, ou, por um outro lado, que poderá implicar em uma lei caprichosa que marcará toda a vida do sujeito.

A lei moral não tem outro princípio, assim, a máxima sadeana sendo pronunciada pelo Outro, desmascara a fenda frequentemente escamoteada pelo sujeito através do recurso a voz interior (Lacan, 1998). A doutrina na qual Sade ergue seu princípio está no direito do homem, já que nenhum homem pode ser propriedade de outro homem, mas há casos em que criam-se pretextos para suspender o direito de todos usufruírem dele, cada um a seu gosto, de forma que o sofrimento imputado não será de violência, mas de princípio, fazendo dela uma máxima, ao qual o outro consente, mas cuja dificuldade será pronunciá-la em seu lugar. Assim, o discurso do direito ao gozo instaura como sujeito da enunciação o Outro como livre, sendo esse o mesmo do imperativo do “*tu és*” com sua evocação de fundo mortífero, fundo esse presente em qualquer imperativo (Lacan, 1998). É possível pensarmos que esse é o momento em que a civilização se encontra, a era do direito ao gozo no qual cada um está livre, desde que seja para gozar sem limites. Daí iremos apresentar posteriormente como isso tem implicações na vida dos adolescentes.

Para Campos (2015) tanto a máxima de Kant quanto a de Sade interrogam o tema do direito do ser humano que levados ao limite mais radical pelo Outro levarão da divisão do sujeito à sua própria morte.

Ao se considerar o imperativo categórico de Kant e o imperativo de Sade, vemos ambos se dirigem para além do bem-estar. Trata-se tanto do imperativo categórico, quanto ao destino de cada sujeito, em que, por um lado, exige-se o sacrifício e as renúncias, e ordena-se, por outro lado, um imperativo de gozo masoquista. Ao considerarmos o supereu como aquele regente da lei moral que ordena de forma categórica e incondicional ao sujeito, há algo que ultrapassa o bem-estar e propicia o mal-estar estrutural nessa lógica de funcionamento (Campos, 2015).

Por outro lado, Lacan retoma o conceito kantiano ao considerar sua dimensão imperativa de exigências impossíveis de se cumprir ou suportar, ou seja, esse imperativo também promove o gozo.

Lacan (1998) ensina que os sujeitos gozam e são responsáveis por seu gozo. Todos desejam transgredir. Isso é estrutural pois, ao assumir seu desejo, o sujeito irá transgredir a ordem, já que essa é a forma singular com que cada um encontra uma maneira de fazer valer sua satisfação. Dessa forma, os sujeitos não se tornam criminosos exatamente, mas em alguma medida colocam em jogo seu pecado – o que, nesses casos, atenta contra a lei jurídica que regula o mundo. A vontade em Sade demonstra essa falta de limites. Ele pode fazer o que quiser com o corpo do outro, mas o essencial é perceber como os sujeitos podem bancar o que fazem e desejam. Sade afirma fazer o que quer, já que esse é seu modo de gozo, esse é quem ele é. Dessa forma, começa-se a aparecer a ética da responsabilidade pelo desejo que sempre será atravessado pela transgressão do gozo. Há um ponto obscuro, que é o campo do gozo, mas também a sua responsabilização por ele.

O imperativo de Kant sobre uma vontade universal “aja de uma tal maneira, que esteja sempre conforme o enunciado dessa lei” aparentemente estava muito distante do capricho. Porém, Miller (2001, p. 80) elucida que, para ilustrar a vontade impessoal, Kant utiliza do escritor romano Décimo Júnio Juvenal⁹ na passagem de um capricho mortífero de uma mulher em seu livro *Sátiras*. Nesse livro, em um capítulo sobre casamento, dois homens discutem essa temática, um é a favor e o outro contra. Aquele que afirma que o casamento é uma coisa horrível relata uma pequena anedota na qual uma mulher ordena ao marido que mate e crucifique um escravo. Miller (2001, p. 81) completa que se apreende melhor o que é o capricho, quanto mais sem razão ele se apresente.

Para Miller (2001), a dimensão da vontade, do capricho, introduz um corte no encadeamento causal. Assim, no caso de Kant, o “eu quero” é superior ao “eu penso”. A crítica da razão prática de Kant é atravessada pela vontade. Portanto, primeiramente a razão se manifesta sob o modo do “capricho, eu adoro em ti a razão prática” (p.82).

Ainda segundo Miller, o que leva Kant a usar a sátira para encarnar a voz do imperativo categórico é o fato de haver um absolutismo do “eu quero”, na perspectiva de uma “lei que quer” e está inscrita em todos os sujeitos. A lógica do capricho verdadeiro, assim como do imperativo categórico, é algo que não se discute, é a “vontade (que) brilha na fissura

⁹ Décimo Júnio Juvenal foi um poeta e retórico romano com seus primeiros trabalhos datados no final do século I e início do século II. Muitos dados de sua vida pessoal são obscuros. No seu livro *Sátiras* traz à cena Roma de forma sarcástica. Esse livro foi referenciado à várias máximas filosóficas.

do sujeito” (Miller, 2001, p. 82). Dessa forma, há sempre um buraco entre as causas e os efeitos. Esse buraco é produto dessa operação. Nesse buraco, surge o *objeto a* enquanto sem razão, “como um enunciado que é um objeto desprendido”, como capricho-causa do que deve ser executado (p. 82).

O imperativo categórico kantiano é formulado, portanto, a partir da vontade do Outro a qual o sujeito só pode consentir. Entretanto, o Outro da vontade e o sujeito que consente são, os dois, o mesmo sujeito. Segundo Miller (2001), Kant ficava atormentado por essa divisão do sujeito, já que a lei que vem como um comando, como importada pelo exterior, é o próprio sujeito que a dá. A diferença entre sujeito do enunciado e da enunciação conduz Kant a um tormento que o leva a concluir que “o imperativo é um objeto que está em mim, um objeto digno de adoração” (p.83).

No ponto em que “seja feita a sua vontade” do imperativo categórico, como já exprimido, trata-se da vontade do Outro, que na verdade, porém, é a vontade do próprio sujeito. Entretanto, essa vontade se apresenta como se fosse imposta, enquanto uma obrigação, já que, pela divisão do sujeito, ele não tem vontade de realizar o que o imperativo categórico lhe fala. Dessa forma, Kant desenvolve que se o sujeito realiza com prazer o que fora imposto pela lei, não se pode constatar que se aja devido à lei, mas por alguma razão outra (Miller, 2001).

No texto *Kant com Sade* (1998), o “eu quero”, encontra-se na posição do significante-mestre e é essa vontade que domina tanto Kant quanto Sade. O princípio da vontade é o *objeto a* o qual, no Outro, divide o sujeito que antes se apresentava como sujeito bruto de prazer. “Essa vontade divisora, Lacan a identifica à vontade da pulsão, à pulsão como vontade-de-gozo” (Miller, 2001, p. 83). Essa divisão do sujeito pode se apresentar como mortificação. No caso da anedota de Juvenal, a mulher visa com a morte do escravo dividir o Outro, seu marido, já que para ele o escravo é um bem, algo que ele tem e que em sua vontade, a mulher exige que seja sacrificado. Em outras palavras, para ele trata-se de sacrificar um ter. A mulher diz “tenho uma pequena pulsão agressiva em relação ao escravo, e quero que ele seja crucificado” (p.83). Assim, Juvenal mostra através das *Sátiras* o avesso de Roma, uma ditadura em casa.

Se há afinidades entre a mulher e o supereu, Miller (2001, p.84) afirma que é essa afinidade que Juvenal verifica: “de trás do imperativo categórico, há uma mulher que faz caprichos”. Considerando a mulher que faz caprichos, esse autor nos adverte que o capricho feminino é mais sério do que o capricho dos homens. Assim, a partir dessas ideias, é possível pensar que todo sujeito terá que se haver com a dimensão do gozo. Entretanto, é possível nos

perguntarmos se alguns adolescentes envolvidos no tráfico se colocam como aqueles que tem que realizar os caprichos maternos ou ocupar o vazio do gozo com seu ser. Assim, questionamos se algumas mães não direcionam os filhos para esse caminho, a partir de pequenos atos como aceitar o dinheiro que o filho traz para casa, aceitar presentes, demandar alguns objetos, elogiar e agradecer pelos presentes, de um lado. E, de outro, impor um desejo materno esvaziado de libido sobre o corpo do filho, dado o capricho feminino que se dirige para outros objetos, deixando sobre um campo vazio a incidência do vetor paterno sobre o desejo da criança, abrindo outras possibilidades edípicas de escrita para o gozo.

3.4.2 Lacan e a constatação de nunca ter dito nada sobre o supereu

Ao logo de toda sua obra, Lacan desenvolveu formulações teóricas sobre o supereu, sem chegar a uma delimitação definitiva. Em 1932, em sua tese de doutorado, já estava envolvido com o supereu através do caso Aimée, no caso de uma paranoia de auto-punição. Entretanto, em 1969, Lacan faz uma afirmação enigmática: “A única coisa de que nunca tratei é do supereu. Julgo-me obrigado a ler isso de ponta a ponta” (Lacan, 2009, p.84). Poucos anos depois, Lacan (1985) formula que o supereu é o único que força alguém a gozar através do imperativo do gozo – Goza! – Lacan apresenta o gozo como aquilo que “se reduz a ser apenas uma instância negativa. O gozo é aquilo que não serve para nada” (p. 11).

Se Freud (2006, p.67) havia desenvolvido o supereu como imperativo através do ditatorial “Farás!”, a releitura de Lacan através do imperativo Goza! nos permite pensar que o supereu é esse mandamento e ordenamento impossível. Retomando *das Ding* como o momento anterior a qualquer significação de valor possível, anterior ao sim e o não, o supereu enquanto imperativo de gozo nos desvela seus paradoxos.

O supereu proibidor herdeiro do complexo de Édipo, é precedido por um supereu que brota com a pulsão de morte. É o que Lacan resolve com sua construção quando diz: ‘Goza!’ É o que dá, à relação do sujeito com a Coisa, um caráter de enlouquecimento. É o grão de loucura que é preciso aceitar, do qual é preciso se fazer de crente” (Laurent, 2001, p.203).

Assim, o gozo impossível seria esse vinculado à não castração, esse é o mandamento impossível, sendo seu limite a própria destruição e morte, que pode estar sempre à espreita e ao lado, urrando com uma voz grossa com o imperativo de Goza! Esse é o ponto do supereu derivado do *isso* que, de um urro que venha ditando um excesso sem bordas dentro do sujeito pode, de forma escondida, estar vinculado à pulsão de morte.

Durante todo desenvolvimento da teoria freudiana, é possível perceber os paradoxos do supereu. Eles aparecem em diferentes aspectos: o pai como aquele que instaura a lei enquanto pai morto da horda, mas o qual funcionava de forma caprichosa como pai do gozo; a forma como a lei impele à possibilidade de sua transgressão; a rigidez em seu ordenamento clássico no campo das renúncias, mas com o conseqüente aumento de sua severidade e exigências impossíveis de serem cumpridas. Então, ao desvelar o supereu enquanto imperativo de gozo, sem lógica, sem limites, esse avesso se escancara: “O nível da ‘lei da linguagem’ permite aproximar o ponto de experiência da perda da referência. É o ponto da experiência do real que se encontra fora-da-lei” (Laurent, 2001, p.202).

Essa é a condição do supereu em sua instância avessa da lei, do campo do gozo e sem bordas. Para entrar na linguagem o sujeito precisa consentir com essa transmissão do Outro, esse assentimento é o que permite a entrada no campo dos significantes, mas deixa um resto, um imperativo insensato, um significante-mestre, S1, que comanda o gozo fora do ordenamento fálico, o Goza! A pulsão vocal é a primeira a se apresentar ao sujeito constituindo o S1 enquanto real, sem se articular em cadeia de sentidos, funcionando de forma insensata, sem sentido, imperativa e impossível de significação. Parece importante pensar que, nessa construção, é possível pensar o Outro como um Outro cúmplice do gozo (Ambertín, 2009, p.219). Se o complexo de Édipo, por um lado, nos permite pensar na articulação da lei ao desejo que impõe limites ao gozo, a construção deste segundo capítulo nos permite pensar que, dessa operação edípica, fica um resíduo que resta e escapa: o supereu. Assim, da barreira do desejo e da lei, o supereu escapa enquanto resto, resíduo de gozo do imperativo do supereu que, devido ao simbólico, circula como real.

Iremos investigar agora, a leitura psicanalítica sobre a criminologia, o supereu e algumas questões que se apresentam no social da pós-modernidade para pensarmos os adolescentes no tráfico de drogas.

4. CRIMINOLOGIA JUVENIL E PSICANÁLISE: A IMPORTÂNCIA DO SUPEREU E A NOMINAÇÃO

4.1 A psicanálise face à criminologia

No contexto de pós-guerra (1939-1945), Lacan (1950) privilegiou analisar as manifestações delinquentes daquela época, trazendo contribuições ao campo da criminologia e nos fazendo pensar sobre a psicanálise aplicada à cidade e sua interface com o campo político. Apesar desse desenvolvimento lacaniano ter sido realizado no primeiro momento de seu ensino, no qual havia uma supremacia do simbólico, traz desenvolvimentos importantes aos quais alguns autores contemporâneos como Cottet (2009), Salum (2009), Campos (2009) nos auxiliam a pensar os crimes e são indicações para a continuidade do estudo.

Lacan (1998) reflete sobre as ciências do homem, e a forma da ordem jurídica de buscar a verdade na ordem da criminologia através de sua fase policial e sua fase antropológica. Ele afirma que a referência sociológica do crime e do criminoso é essencial e desenvolve que a máxima de São Paulo, “é a lei que faz o pecado”, é válida, já que não há sociedade que não comporte uma lei positiva tradicional e/ou escrita, de costumes e de direito, e em todas as sociedades há o aparecimento de diferentes graus de transgressão que definem seus crimes. Em todas as sociedades, existe uma relação do crime com a lei manifesta através de castigos que para terem realização necessitam do assentimento subjetivo para significar a punição. A psicanálise considera esse assentimento subjetivo enquanto um processo de responsabilização, no qual, podem haver vacilações dessa noção de responsabilidade, e ao qual, as tensões relacionais tem uma função desempenhada em todas as sociedades, como fonte do mal-estar na civilização, desnudando a articulação da cultura com a natureza (Lacan, 1998, p.129).

Se para Freud o paradigma do supereu se apresenta no campo da culpa inconsciente, que faz com que o sujeito resista à melhora de seu tratamento, Lacan, através do paradigma da responsabilização, irá se dar conta de uma lógica na qual o sujeito terá que responder por aquilo que ele vier a desejar e agir possibilitando, através da responsabilização, uma saída para o modo como cada um lida com o que realiza. Assim, torna-se primaz diferenciar que, se para o direito, ao imputar a pena o sujeito já estaria sendo responsabilizado, para a psicanálise, a responsabilização passaria pela posição subjetiva do sujeito diante do ato cometido, responsabilidade frente ao real (Salum, 2009).

Dessa forma, a psicanálise possibilita um tratamento em que o sujeito não fique alienado a si mesmo, restaurando a esperança que palpita nos sujeitos condenados de se

integrar no sentido do que fora vivido. A verdade do sujeito é a base da experiência que a constitui, sendo essa aquela que tem respeito pelo sofrimento do homem, para a psicanálise. Lacan (2003) nos adverte que os limites da psicanálise do criminoso estão naqueles que começam as ações policiais, campo esse que a psicanálise deve se recusar a adentrar. Daí a responsabilidade subjetiva nem sempre, ou muito raramente, corresponder à responsabilização judicial esperada de uma pessoa que cometeu um crime.

A psicanálise contribui para a leitura e os tratamentos do sujeito que cometeu um crime evidenciando crimes que são cometidos dentro de uma estruturação fechada da subjetividade. O desenvolvimento das concepções do eu, *isso* e supereu podem guiar e beneficiar o conhecimento sobre os atos praticados, através das significações que elas revelam no sujeito culpado e não o excluindo da comunidade humana, já que “a psicanálise não desumaniza o criminoso” (Lacan, 1998, p.137). Para compreendermos a forma como Lacan trabalha os tipos de crime, vamos desenvolver os crimes do *isso*, do eu e do supereu. Daremos maior ênfase aos crimes do supereu, devido ao caminho trilhado nessa investigação.

Os casos dos crimes do *isso* são difíceis de apreender, pois não é possível pensar em predisposições inatas, mas, apenas considerar-se os automatismos de repetição, deduzir os efeitos do recalco e das identificações do eu, como elementos que podem contribuir para se pensar esses casos (Lacan, 1998). O *isso* implica também as escolhas dos laços, no casamento, na amizade e na profissão, que repetidas vezes aparecem nos crimes como revelações das figuras do destino. As chamadas “tendências” do sujeito estariam ligadas após seus modos de satisfação, podendo haver casos de satisfação criminosa. Relações essas ambíguas da realidade e do prazer que pode ser percebido na confissão do neurótico ou do perverso sobre o gozo inefável obtido ao se perderem na imagem fascinante (Lacan, 1998). Salum (2009) elucida que os crimes do *isso* seriam aqueles referidos à passagem ao ato e ao *kakon* (mal interior, inimigo interior). Esses crimes são pulsionais, do gozo, e buscam libertar o sujeito de um mal interior através da tentativa de extração do *objeto*.

Para Lacan (2003), no que compete aos crimes do eu, o psicanalista pode ater-se a estrutura do eu, compreender os traços desses sujeitos e sua coerência, que muitas vezes são apresentados como de grande idealismo egocêntrico, apologia passional e pela satisfação no ato consumado do crime. Assim, esses crimes do eu dizem respeito, a sujeitos que são vítimas sem voz frente à crescente diretivas da cultura rumo a relações de coerção. Frequentemente a sociedade toma os criminosos como bodes expiatórios, buscando explicações nas quais os apresentam como alienados, quanto mais reconhecem nesses sujeitos as intenções de todos.

Aqui vemos o modo recorrente de tratamento social oferecido aos adolescentes autores de ato infracional.

Nesses casos de crimes do eu, a psicanálise poderá revirar as resistências do eu, de forma a liberar a verdade do ato cometido, comprometendo assim o sujeito a sua responsabilidade de forma a conduzi-lo a aceitação do justo castigo. A punição deverá ser dada pelo Estado através de sua lei positiva. Pela psicanálise é possível identificar estruturas através das quais é possível isolar as condutas, compreender os jogos de compensação e miragem, as motivações agressivas intrínsecas à alienação e à noção de automatismo de repetição (Lacan, 2003). Desta forma, os crimes do eu referem-se aos crimes do imaginário e têm relação com a agressividade especular do estágio do espelho (Salum, 2009). É possível pensar a motivação imaginária do eu para o crime no caso citado anteriormente no qual o adolescente, ao ver uma mulher o “olhando torto e achando que ele ia roubar”, resolve imediatamente assaltá-la, de “tanta raiva” que sentiu. A partir da interpretação imaginária do olhar do Outro, o sujeito atua, através do eixo imaginário especular no qual o adolescente interpreta, somente através do olhar, o lugar que o Outro social supostamente o reconheceu.

Vemos que o psicanalista pode responder sobre o caráter coercitivo da força que acarretou o ato no sujeito. A partir da experiência da dialética do sujeito, constata-se que a instância do eu é a declaração do sujeito quanto a seus atos e suas intenções, sendo que sua forma mais característica, é a *Verneinung*: a denegação (Lacan, 1998). De forma que a fala se constitui como intuito de disfarçar, como um obstáculo encontrado pela dialética na busca das intenções verdadeiras dos sujeitos. Desta forma, a dialética fornece a lei do inconsciente e suas formações, mesmo as mais arcaicas, em que a gênese do eu se formula através da lei geradora da realidade, pensada por Hegel através do processo de tese-antítese. Esse processo gera sempre uma nova síntese dos aparelhos do eu, significativo na sucessão de crises do desmame, intrusão, Édipo, puberdade, adolescência, em uma forma cada vez mais alienada quanto às pulsões que são ali frustradas e cada vez menos ideal para as que encontram ali sua normalização. Essa forma é produzida pela identificação e a partir dos períodos de latência da pulsão, “é caracterizado pelo predomínio de uma estrutura típica dos objetos do desejo” (Lacan, 1998, p.143). Há, pois, uma dimensão inconsciente e pulsional referente ao gozo, de que a psicanálise se ocupa e o Direito ou a Socioeducação, não. Essa perspectiva implica o sujeito de forma diferente da implicação exigida judicial. Enquanto a justiça busca verdade objetiva, a psicanálise se detém no saber possível que o sujeito pode ter na relação ao real, já que a verdade nunca é toda dita.

Freud, avança em sua teoria pulsional, afirmando que as pulsões de morte prevalecem em relação às pulsões do eu. Ao observar a repetição traumática dos sonhos de guerra e a brincadeira de seu sobrinho em um movimento de repetição de jogar seu carretel e querê-lo de volta, Freud percebe que a pulsão não se dividia entre as pulsões do eu e as pulsões objetais, já que o eu pode ser também um objeto. Ele se apercebe que se trata de uma relação com a linguagem e sua representação no limite entre o somático e o psíquico, que se articula nas pulsões de vida, vinculantes, contra as pulsões de morte. A vida se configura enquanto uma perturbação devido à pulsão, pois os sujeitos vivem em uma tensão permanente, face a qual o último caminho para finalizá-la seria a morte. Assim a pulsão de morte é aquela que conduz “a vida orgânica de volta ao estado inanimado” (Freud, 2006, p.53) e tem relação com a compulsão à repetição, numa tentativa reiterada de tradução do vivido.

Dessa maneira, o eu se constituiria através de complexos pulsional e dialeticamente articulados sobre os objetos, entre a experiência de corpo e sua apreensão possível pela linguagem. O crime seria um possível tratamento da pulsão, inserido no nesse intervalo corpo-linguagem como um operador que se volta contra o corpo social. “Assim, como a tensão agressiva ao integrar a pulsão frustrada cada vez que a falta de adequação do ‘outro’ faz abortar a identificação resolutiva [do eu], ela determina com isso um tipo de objeto que se torna criminogênico na suspensão da dialética do eu” (Lacan, 1998, p.143).

A psicanálise pode contribuir ainda em torno de coordenadas para considerar as satisfações escopofílicas homogeneizadas na massa social e sua implicação crescente em paixões pelo poder, posse, prestígio nos ideais sociais. Isso, além das formas de pensar crimes recheando o campo social, assumindo formas legalizadas, a inserção do tipo psicológico do criminoso como “o recordista, o filantropo ou da estrela famosa” (Lacan, 1998, p.147). Assim, é possível pensar como alguns jovens reconhecem o padrão do tráfico em um lugar de respeito e admiração, sendo essa uma possível visão do que Lacan chamou do criminoso no campo social, ou pelo menos em algumas comunidades, como “a estrela famosa” entre os jovens. Por outro lado, o poder na sociedade está vinculado a supremacia do *objeto a* e a possibilidade de ser cidadão associado ao poder de compra, todos consumidores. Assim, os ideais de posse, prestígio e poder vinculados ao consumo de objetos, são visados pelos adolescentes. Entretanto, em relação a essas formas de se evitar o desprazer e ter acesso ao prazer Freud (2006, p.85) nos alerta: “uma satisfação irrestrita de todas as necessidades apresentasse-nos como o método mais tentador de conduzir nossas vidas; isso, porém, significa colocar o gozo antes da cautela, acarretando logo o seu próprio castigo”. Na pós-modernidade, constatamos o quanto o imperativo de gozo dita a sociedade atual e como o

gozo está em supremacia. No caso de muitos adolescentes envolvidos no tráfico há relatos como uma das razões para o envolvimento nessa atividade, o acesso aos bens de consumo, roupas de marca, correntinhas de ouro, mas muitas vezes pagam com a morte.

Lacan (1998) apresenta que, caso o sujeito buscasse um estímulo sexual nos delitos, exhibições, furtos, calotes e difamações, sejam essas causadas por mecanismos de angústia, sadismo ou associação situacional, se trataria de excesso no nível pulsional. Por isso, o gozo, como esse excesso, se torna central nessa discussão. O supereu, como agente inconsciente de comando do gozo, tem também seu protagonismo. É possível pensar que, na pós modernidade, os sujeitos estão divididos em relação a falta-a-gozar, há uma produção extensiva, insaciável que amplia o consumo de forma crescente em ofertas sempre novas e desenfreadas de objetos.

Uma das chaves da verdade criminológica é a confissão do sujeito e como finalidade de sua aplicação, a reintegração na comunidade social. Nesses aspectos a psicanálise pode dialogar com a criminologia, uma vez que está-se aproximando do universal incluído na linguagem, o qual pode levar as significações mais radicais, a considerar a dialética no indivíduo que escande as produções em nossa sociedade (Lacan, 1998).

Se a realidade concreta de todo crime está referida ao simbolismo que coordena cada sociedade, a psicanálise traz à cena a inscrição estrutural da linguagem através da transmissão inconsciente que com a experiência psicanalítica demonstra os efeitos patogênicos que repercutem no sujeito e em sua conduta. Freud (2006) descobriu através do recalque, da reconstituição das organizações psíquicas e suas significações, o sentimento de culpa como seu correspondente do crime. Assim, através da crise e do confronto do sujeito, resolvido pela estrutura, Freud se depara com as duas formas mais abominadas do crime: o parricídio e o incesto (Lacan, 1998).

É então, a partir do mito fundador da estrutura social, o *Totem e Tabu*, que Freud (2006) demonstra o crime primordial da lei universal do homem, o homem se funda a partir da lei e do crime.

Vemos que a concepção do supereu vem à luz a partir da censura inconsciente, e Freud passa a constatá-lo na psicopatologia da vida cotidiana, na morbidez da neurose de caráter, nos mecanismos de fracasso e na impotência sexual (Lacan, 1998). Dessa forma, Freud demonstra que ao contrário do que dizia Karamazov¹⁰ “Deus está morto, nada mais é permitido” (p.132). O significado da autopunição abrange a todos e ninguém pode alegar não

¹⁰ Os irmãos Karamazov é um livro clássico de 1789 do russo Fiódor Dostoiévsky.

ter conhecimento da lei, uma vez que a lei simbólica é a lei fundamental da cultura. Esses são os respectivos crimes do supereu, como todos têm conhecimento da lei, ninguém pode alegar desconhecê-la. Logo, cada um pode prever sua incidência e os atos cometidos são tidos como sendo procurados pelos sujeitos como seu próprio castigo. Nesse paradigma freudiano da culpa, o autor cita alguns casos em que se conclui que o sujeito, a partir da coação por uma força que não pode resistir, pratica crimes ou delitos como casos de estereotipia repetitiva, caráter forçado da execução, estilo provocador na confissão ou defesa. Trata-se de casos em que a luz da interpretação edípica tornam-se claros. Esses crimes evidenciam um enquadre simbólico claro.

A psicanálise busca a verdade do sujeito para além da realidade da conduta. A ligação do crime à lei ocorre de forma dialética, não podendo assim, rebaixar o nível dos problemas que se apresentam pela simultaneidade: normativa do imperativo categórico e contingente como lei positiva (Lacan, 2003). Assim, esses casos dos crimes relacionados ao supereu, estão relacionados a raiz da “consciência moral”, esse resto deixado do complexo de Édipo que está para além do seu caráter regulador.

Nos casos dos crimes do supereu o sujeito está atormentado pela raiz truncada da consciência moral, pela ambiguidade da culpa. O supereu enquanto uma instância crítica que condena o eu de forma severa e cruel, é associado aos sentimentos de inferioridade e culpa desde Freud. Sobre o sentimento de culpa, Freud aposta que se mantém mais inconsciente do que consciente devido ao processo de recalque relacionado ao complexo de Édipo (Freud, 2006). Desenvolve a ideia de que o sentimento de culpa inconsciente pode transformar as pessoas em criminosas:

Em muitos criminosos, especialmente nos principiantes, é possível detectar um sentimento de culpa muito poderoso, que exista antes do crime, e, portanto, não é o seu resultado, mas sim o seu motivo (...) como se fosse um alívio poder ligar esse sentimento inconsciente de culpa a algo real e imediato (Freud, 2006, p.65).

Corroborando com essa construção de Freud, Lacan (1998) desenvolveu a delinquência como um sintoma social já que, como colocado anteriormente, foi a partir do contexto de desamparo do pós Segunda Guerra que se pensou os atos de jovens delinquentes. Para a psicanálise o Outro social não é anônimo, sua estrutura provoca mudanças nos sintomas de acordo com o discurso vigente em cada época, e no caso os sintomas sociais, como a violência e delinquência, ocorrem quando o laço com o Outro do inconsciente é anulado. Dessa forma, Lacan (1998) discute as condições sociais do complexo edípico. Ele já

percebe que, ao mesmo tempo que o Édipo é fruto da ordem simbólica, ele também funciona de forma desregrada como lei insensata. O supereu, sendo a instância psíquica mais clínica e ao mesmo tempo a mais social, se manifestaria como o declínio da imago paterna na família, pensado nos *Complexos Familiares* (2003), levando à manifestações de um supereu mais feroz. Esse supereu estaria menos sujeito à transmissão da lei vinculada ao ideal social (Salum, 2009). Assim, o supereu, como essa tensão do sujeito com a lei social, tem pelo menos um pé no Outro social (Cottet, 2009) e nas particularidades da família (Salum, 2009).

Lacan (2003) traz que esses casos comportam morbidez, e podem evitar a degradação da penitência e do estigma social, quando a psicanálise oferece a direção a cura, através da integração pelo sujeito de sua responsabilidade, ao que o sujeito já tendia, mas de forma confusa em busca de punição. Destaca-se que a psicanálise não tem por finalidade a adaptação do sujeito a uma realidade sem conflitos uma vez que, a realidade humana além de ser obra da organização social, é também uma relação subjetiva que está aberta a dialética do particular ao universal, tem sua constituição na alienação ao Outro e tem encaminhamentos na represália da agressividade.

Miller (2008) realiza uma provocação importante quando pensamos o interesse dos sujeitos e a fascinação pelo grande criminoso, que ocorre devido ao fato de ele realizar um desejo que está presente em todos: ele não cede frente ao seu desejo. E nesse sentido, a civilização tenta afastar aquilo que cada um tem que mais íntimo chamando-os de monstros. Em alguma medida, todos somos “monstros” já que “nada é mais humano do que o crime” (Miller, 2008, sp). Freud introduziu o inumano que há no humano, a pulsão, a destruição, o gozo, ainda que o ser humano não tenha apenas essa vertente e possua meios de tratá-la. Mas, ao pensarmos o ser humano, temos sempre que considerar a relação entre as vertentes da lei e o gozo e seus respectivos conflitos.

A responsabilidade, assim, é um conceito para além da clínica, implicando aspectos jurídicos e éticos, através dos quais Lacan nos permite dar um tratamento à questão da delinquência (Cottet, 2009). Esse é um dos grandes desenvolvimentos de Lacan nesse contexto da criminologia. A psicanálise poderá então contribuir com o campo da criminologia a partir da responsabilização possibilitando que o sujeito realize uma produção subjetiva frente ao ato que irrompeu.

A partir das análises sobre os crimes do supereu e da relação do crime com a lei, constata-se que a dimensão do crime se apresenta no horizonte como possibilidade de todos os seres humanos. Desde o mito que funda a civilização, aos desejos incestuosos e ao excesso estrutural de gozo que transborda em cada um, a psicanálise introduz a possibilidade de

relação de cada sujeito com sua história em sua constituição psíquica, implicando que venha a se haver com os atos que comete e com a responsabilização frente ao gozo. Iremos desenvolver, então, a relação entre o desejo da mãe, a dimensão da lei e o adolescente envolvido no tráfico de drogas, tratando agora de maneira mais direta nosso objeto.

4.2 Supereu como enigma e o desejo da mãe na adolescência envolvida com o tráfico

Miller (1981) realça que o supereu é considerado enquanto “o inconsciente como lei” (p.136), sendo introduzido na teoria para dizer da opacidade do sintoma, desse efeito de coação que o inconsciente exerce sobre o sujeito. Ele afirma que “o supereu é um enigma no ensino de Lacan”, (p.132), e traz uma consideração de que “o supereu como lei insensata está muito próximo ao desejo da mãe, antes de que esse desejo seja metaforizado e inclusive dominado pelo nome-do-pai. O supereu está próximo do desejo da mãe como capricho sem lei” (p.143).

Guerra et Al (2012) pontua a associação das “leis do tráfico” ao pai vivo da horda primeva. Freud (2006), em seu texto *Totem e Tabu*, apresenta uma construção acerca do início da civilização em que o totem, animal adorado por diversas tribos no mundo, corresponderia a figura do pai. A partir de seus estudos e dessa premissa, o autor apresenta a ideia de um pai totêmico, terrível, detentor de todas as mulheres, sendo invejado, amado e odiado pelos filhos já que o pai representa um obstáculo aos seus anseios de poder e desejos sexuais.

A partir dessas associações, é possível perguntar: o gozo materno também não poderia entrar nesse lugar de ordenamento caprichoso como as “leis do tráfico”? Como Outro materno, a mãe irá retirar a criança do desamparo fundamental (Lacan, 1999) e assim poderá endereçar à criança os cuidados, dar-lhe um nome, interpretar as demandas e apelos do filho como pedidos, funcionando como uma lei onipotente: regulada pela linguagem no limite fazendo função paterna. Ao se constituir como Outro primordial, a mãe enquanto função transmite a “língua, legitimamente chamada materna” (Lacan, 2003, p.30). Porém, se ela própria opera na regulação do desejo como lei onipotente, dando nome à criança e fazendo às vezes do pai, como Lacan indica no Seminário *Les Non Dupes Errent*¹¹, substituindo o nome-do-pai pelo “nomear para”, parece-nos que as consequências subjetivas deverão ser investigadas.

¹¹ *Seminário XXI* de Lacan (1973-1974) cuja homofonia s verifica no título enquanto “Os não-tolos erram” ou “Os Nomes-do-Pai”.

Em relação aos adolescentes do tráfico, eles frequentemente chamam o padrão do tráfico de pai, mas de sua função muitos não realizam enquanto encarnação da lei ao desejo. O padrão frequentemente porta-se a partir do seu gozo e capricho, de forma a decidir quem vive e morre e quais são as punições e ganhos aos que executam o trabalho sem faltas ou comentem erros. No caso dos adolescentes que perdem as drogas ou armas, por exemplo, são obrigados a pagar a dívida ou se submeterem a consequências extremas. Dessa forma, é possível questionar se não é possível realizar uma associação do padrão do tráfico e o pai vivo da horda primeva já que o capricho está muito presente na ordem do tráfico, encarnada por alguns padrões. Os adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas estão submetidos à dimensão de comandos imperativos como “não se pode vacilar”, “tem que ficar sempre ligado”, o que se pode associar ao supereu feroz que comanda o gozo desenvolvido na teoria de Lacan.

Miller (1981, p.143) ressalta que “ao se valorizar a função da mãe estamos valorizando a incidência traumatizante de um gozo puro”. Dessa maneira, para que o gozo se coordene com o semblante fálico é necessário o nome-do-pai, ou seja, o gozo não está a priori coordenado ao significante. Assim, “o gozo se refere ao desejo da mãe sem freio simbólico” (p.146). Ao buscar um significante que inscreva na teoria de Lacan o supereu, o mesmo autor propõe o falo índice zero, como aquele não congelado pelo gozo fálico. Na vertente do supereu como real, ele o aproxima ao significante-mestre insensato e ao *objeto a* como fora de sentido. Em última instância, Lacan apresenta o supereu enquanto objeto vocal, objeto voz. Assim, é possível pensar que a lei baseia-se também no real, sob a forma desse núcleo que fica após esse complexo de Édipo, núcleo chamado supereu, ao qual a análise demonstrou que sob esta forma real se inscreve o núcleo permanente da consciência moral, como imperativo de gozo.

Diante da importância do Outro primordial, enquanto função materna na constituição dos sujeitos, e da premissa lacaniana que toda operação simbólica deixa um resto intocado, um resto na dimensão real, iremos agora pesquisar se o que resta enquanto resíduo do desejo da mãe pode ser identificado enquanto supereu materno. Também abordaremos a questão sobre o supereu materno estar relacionado ao envolvimento de alguns adolescentes no tráfico de drogas através de uma nova forma contemporânea de agenciamento dos sujeitos, o nomear-para ou nomear-à, que explicaremos na sequência. Isso é o que desenvolveremos nos próximos tópicos.

4.3 Nomear para: a ordem de Ferro Materna e Social

Na constituição do sujeito, contata-se como através do evento traumático originário, o qual podemos chamar de recalque originário, a *prägung*, como a cunhagem de uma moeda. Esse trauma originário, o qual podemos pensar como o encontro da linguagem com o corpo, é explicado por Freud e lembrado por Lacan (1986) situado num inconsciente não recalçado. A *prägung* não atinge a verbalização do sujeito nem sua significação. É a partir da primeira integração simbólica, dessa *prägung*, que será introduzida a dialética simbólica, integrando os eventos da vida do sujeito em uma lei do campo das significações simbólicas permitindo uma reintegração do passado como um jogo retroativo. Essa cunhagem, essa *prägung*, vem a surgir em forma de símbolo (ou signo), da história do sujeito. É fundamental apresentar que apesar do significante ser dado primitivamente, ele só será alguma coisa na medida que o sujeito o faz entrar em sua história e para isso, “o desejo sexual é com efeito o que serve ao homem para se historicizar, na medida em que é nesse nível que se introduz pela primeira vez a lei” (Lacan, 1985, p.180)

Na década de 50 Lacan pensava a supremacia do simbólico frente aos registros imaginário e real. Entretanto, ele retifica essa posição ao afirmar que na estrutura do nó, há a amarração entre os três registros como equivalentes e sem julgamento de valor de algum dos registros em relação ao outro (Lacan, 1973-1974). Ao longo da teoria, Lacan deixa de pensar o nome-do-pai como o único organizador, caminha em direção ao múltiplo e a pluralização do nomes-do-pai. O significante-metre deixa de ocupar o lugar privilegiado e transforma-se em *essaim*, enxame, como pode ser observado em Brousse (2014). Dessa forma, o nome-do-pai torna-se um sintoma possível dentre outros. Na lição 10, de 19 de março de 1974, Lacan (1974, p.10-5) retoma o nome-do-pai e a identificação com o campo do amor como algo da dimensão da antiguidade da família. Lacan (1974, p.10-5) apresenta, então, como o nome-do-pai é substituído, trocado em miúdos:

(...) esse nome que em poucos casos nós não vemos nem ao menos recalçado. Não basta, para levar esse nome, se não aquela em que se encarna o Outro (...) encarna a voz, a saber, a mãe. A mãe fala, a mãe pela qual a palavra se transmite, a mãe, é preciso dizer, o nome ‘se reduz aí’ (Lacan, 1974, inédito, p.10-5).

Dessa forma, é cunhado, se amoeda, através da transmissão pela voz da mãe o “não”, o nome-do-pai, as interdições, nos melhores dos casos, em que mãe profere algumas vacilações (Lacan, 1974, p.10-6). Constata-se, então, que o desejo não anônimo precisa se presentificar, assim como a transmissão da interdição, para que possa dar lugar ao vazio, para que o sujeito não fique submetido ao desejo da mãe, embaraçado sem encontrar uma saída.

O momento da história em que vivemos, segundo presságio de Lacan (1974), é da perda do que suportaria a dimensão do amor, sendo a função do nome-do-pai substituída pelo ordenamento do nomear-para. No nomear –para ou nomear-à, ser nomeado de alguma coisa é algo que “cabe geralmente à própria mãe a designar aí o projeto, fazer aí o traçado, indicar aí o caminho” (p.10-6). O desejo da mãe como Outro é que designa o projeto a criança através do nomear-para e que passa a frente ao nome-do-pai. O social toma a prevalência de nó, fazendo a trama de existências detendo o poder de nomear-para que restitui uma ordem que é de ferro:

(...) o que é que esse traço designa como retorno do nome do pai no real, enquanto precisamente: que o nome-do-pai é “*verworfen*”, foracluído, rejeitado, e que a esse título ele designa se essa foraclusão da qual eu disse que ela é o princípio mesmo da loucura, será que esse nomear-para não é o signo de uma degenerescência catastrófica? (Lacan, 1974, inédito, p.10-6).

Lacan, já no *seminário III*, nos adverte que “tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung*, reaparece no real” (Lacan, 1985, p.21). Se em 1955 Lacan discute a estrutura dos sujeito psicóticos, em 1974 Lacan afirma que o nome-do-pai está foracluído no campo social e questiona se isso não será catastrófico para a constituição dos sujeitos. Ele ressalta que o discurso do mestre contemporâneo é caracterizado por essa transformação do nome-do-pai por um nomear alguém para alguma função, como pode ser abordado em Brousse (2014). Essa autora afirma que nomear-para não é uma função substitutiva ao nome-do-pai, sendo considerada um indicador, “um imperativo de ter que ocupar uma função qualquer” (p.269). Se a função do nome-do-pai, enquanto pai morto, permitia o funcionamento do significante para os seres falantes ao sustentar a função de permanecer vazio, o nomear-para não sustenta um lugar diferenciado.

Lacan (1974, p.10-7) nos recorda que é através do desejo do Outro pelo qual estamos por origem alienados que nos constituímos, questão essa que implica essa mudança para o nomear –à e como o que amarra o nó dos registros já é algo que através de Kant constata-se que não nos dirige para nosso bem, mas ao dever e o sucesso do gozo, já que “o corpo força seu gozo” (p.10-8). Assim o real se funda em três termos: o gozo, o corpo e a morte, onde se veicula a tomada do discurso novo. Nessa lição, há uma generalização da foraclusão enquanto múltiplas formas de gozo, segundo os discursos (Brousse, 2014). “A questão que se coloca é sobre o poder organizador desse sintoma (nome-do-pai) nessa nova relação com outros

sintomas aparentemente mais frágeis no que concerne à organização da relação do sujeito ao laço” (Brousse, 2014, 266).

Segundo Brousse (2014), diante do nome-do-pai foracluído no simbólico retornar no real, ela levanta a hipótese de que esse retorno ocorre como normas sociais de discurso. A autora ainda compreende que há uma substituição no discurso do mestre, do significante Um pela cifra, média. Esse significante da média é o novo mestre tirânico, sendo o centro da curva de Gauss a ordem social. “A ordem social é fundada não sobre o pai que nomeia, mas sobre a curva de Gauss cuja normalidade é a mediana” (p.272). Todo o sentido torna-se sentido de gozo, assim o sentido sexual torna-se sentido social como sentido comum, essa é a ordem de ferro.

Ela (a ordem de ferro) é mais feroz que o nome-do-pai porque não há o desejo que lhe é correlato, como se produz no caso do interdito, mas o gozo de forma direta. Quando alguém lhe diz “não” o desejo pode surgir, porém, se é um número que vem no lugar do “não”, só o supereu pode responder (Brousse, 2014, p.272).

A autora supracitada ainda cita o caso de um juiz no qual, quando não realizava algo sensato, sua mãe lhe dizia: “assim você não entrará no Conselho do Estado” (p.275). Afirma esse fragmento como uma forma do nomear-para e completa que o nomear-para implica em algo que essas mães querem como nomeação para seus filhos, não se referindo necessariamente ao interdito. O Outro como Outro materno que fala, apontando uma indicação, dizendo à criança o que se deve ou não realizar, não referido como ponto de exceção como era antes.

Brousse (2014, p.277) reafirma que o supereu se apresenta como imperativo de gozo localizado no campo feminino. No qual a fórmula do nomear-para da mãe se apresenta na máxima “assim eu quero, assim eu ordeno”. Essa é a fórmula do supereu enquanto nomear-para da mãe, a mesma do mestre moderno do S1 funcionando como porcentagem ao invés de significante: “isso que eu quero, porque é meu direito, porque é legítimo”. Esse nomear-para pode ser associado ao capricho materno, a vontade de gozo na qual o sujeito funciona a partir de um querer que o outro lhe dê ou execute, essa associação também pode ser pensada, já constituído o sujeito como desejante, na figura do patrão do tráfico. Essa investigação que continuaremos a partir da análise das ‘leis do tráfico’. Que grupo é esse dos adolescentes no tráfico? Qual a influência que o patrão do tráfico tem entre os membros desses grupos?

4.4 A violência das guerras e “leis do tráfico”

A violência é um sintoma da modernidade, mas ao qual seu significativo aumento tem relação com o império cultural e econômico. Assim como o mundo globalizado se espalha, a violência também prolifera, para todos os lugares, adquirindo formas variadas. Ainda quando a violência não se realiza, se apresenta como ameaça à espreita, e o outro pode ser facilmente reconhecido como um inimigo em potencial. A violência atual irrompe de forma inesperada podendo levar ao campo da angústia, imaginário sem limites, o qual pode levar a mais violência. Essa violência generalizada é apresentada por um adolescente do tráfico como “todo mundo anda armado, pra segurança... do jeito que o mundo tá, todo mundo matando, estuprando, acabou o amor, tá transformado em ódio”. Como não se sabe de onde a violência poderá surgir, uma das estratégias é personificá-la na construção de um inimigo, uma forma de tratar a angústia ao transformá-la no medo com um objeto delimitado (Santiago e Faria, 2013).

Entre os adolescentes do tráfico, constata-se a falta de regulações na relação com o outro, do qual se pode esperar qualquer coisa, e sempre se espera algo ruim. Assim, alguns adolescentes comentem homicídios numa antecipação do que esperam que o outro possa vir a fazer. “O cara que mata é o que tem mais medo. Vai matar para não morrer” e completa: “sabe por que tem que fazer isso? Porque se não fizer aí você vai morrer por causa dele. Depois que você entrou pro crime você já anda com a maldade na mente”.

Apesar da violência se apresentar de forma pulverizada nas cidades, ela tem lugares de maior concentração, as favelas, em que os adolescentes e jovens colocam seus corpos em confrontos, as ‘guerras’, nas quais são tanto vítimas quanto agressores. Segundo o Atlas da Violência (2018, p.32), em 2016 foram assassinados no Brasil 33.950 jovens entre 15 e 29 anos, sendo 94,6% do sexo masculino. Houve também um aumento de 7,4% de aumento do número de jovens mortos de 2015 para o ano de 2016. Freud (2006), no *Mal-estar na Civilização*, apresenta como uma das fontes de sofrimento do ser humano a relação com o outro, o semelhante. Como fazer para vivermos juntos no mesmo espaço? Como lidar com o gozo do outro? Essa questão se apresenta intensamente na atualidade e ressoa nos dados alarmantes da morte de tantos jovens. O Brasil mata mais jovens do que países com guerras declaradas¹². Nesse sentido, nos parece curioso, que os jovens nomeiam os confrontos armados que vivenciam nos territórios, como ‘guerras’.

¹² Segundo El País O Brasil mata mais do que a guerra na Síria. Entre 2001 e 2015, houveram 786.870 homicídios, o equivalente à população de João Pessoa. A maioria das mortes, 70%, foram causada por armas de fogo contra jovens negros. “Desde que começou o conflito sírio, em março de 2011, morreram 330.000

As ‘guerras’ do tráfico e suas organizações são um fenômeno que vários pesquisadores da antropologia e da sociologia têm se debruçado como Zaluar (2000), Diógenes (1998), Beato (2003), Soares (2005), Feltran (2013), entre outros. As ‘guerras’, os confrontos armados e as mortes têm, como uma de suas causas, a defesa sobre os pontos de venda de drogas, nos quais os territórios se separam e são bem delimitados. Entretanto, quando indagamos a razão dessas ‘guerras’ e o que levou ao seu início, muitos jovens não sabem dizer, outros acreditam que sempre foi assim, e alguns ainda relatam uma história na qual, dois patrões de “bocas” de tráfico brigaram, iniciando o ciclo de ‘guerra’ e mortes dos dois lados do confronto. Essas ‘guerras’ parecem se retroalimentar continuamente, em ciclos de morte, às vezes com vinganças, mas sempre com mais mortes. Entre tantas questões que os jovens nos suscitam, desses confrontos, afirmações alarmantes atravessam várias comunidades “a guerra não morre não, dá um tempo só”, “a guerra nunca vai ter fim”. Como podemos pensar nesses fenômenos das ‘guerras’ entre os adolescentes e jovens e os ordenamentos do tráfico? Iremos retomar uma leitura da civilização pela psicanálise e costurar com os conhecimentos de sociólogos para desenvolvermos essa investigação ponto a ponto.

As mudanças na sociedade fizeram com que Lacan reconfigurasse sua teoria, primeiramente centrada no nome-do-pai. Essa lógica do pai foi analisada por Freud (2006) no qual o grupo se unia em função dos laços libidinais, laços de amor à figura de um líder. O processo civilizatório funcionava ao exigir e conter os excessos pulsionais dos sujeitos que deviam renunciar a sexualidade, agressividade e uma parte da felicidade pela segurança (Freud, 2006). O Outro da cultura, então, forçava os laços entre os indivíduos, os quais estão *a priori* separados, mas através dessas exigências de renúncias e do amor ao líder, conseguem uma coesão de grupo. Através da identificação vertical com o líder, como ideal do eu, comum à todos, eles se identificam horizontalmente entre os demais membros do grupo.

O líder é comparado por Freud (2006) com o pai da horda primeva, o qual funciona como o suporte dos ideais por ser a exceção que pode ter o objeto desejado por todos, aquele que proíbe a mãe como objeto incestuoso, já desenvolvido anteriormente. Esse é o pai simbólico, leva os filhos à renúncia pulsional e à entrada no campo do desejo, do nome, na linhagem. O pai é esse que funciona como significante-mestre, S1, traço simbólico de identificação, que permite ao grupo adquirir uma sensação de unidade. O pai, como esse S1, pode corresponder a um ideal, uma ideia, um desejo, uma tendência em comum. No mundo

peças. A guerra de Iraque soma 268.000 mortes desde 2003. Brasil, com 210 milhões de habitantes, é o país que mais mata no século XXI”. (El País, 2017).

moderno, os ordenamentos advinham desse Outro simbólico, de forma que os atos de transgressão tinham relação com os interditos do ideal paterno imposto. Não obstante, Miller (2011, p.19) nos afirma que na clínica contemporânea lidamos com o “não-todo” e afirma que “essa clínica do não-todo é aquela em que florescem as patologias descritas como centradas na relação com a mãe, ou ainda centradas no narcisismo”.

O não-todo foi elaborado no primeiro capítulo articulado com o Outro gozo feminino, para além da sua referência ao falo. Esse é o gozo presente na forma com que a civilização funciona na pós-modernidade. Assim, diante da vontade de gozo infinita, estamos diante da feminização do mundo, “a ordem simbólica está roída por traças” (Miller, 2001, p.85). Percebe-se que a palavra parece ter menos função de mediação na relação com o outro na pós-modernidade.

Se na modernidade funcionamos como civilização através do mito do pai, na pós-modernidade as tradições e os ideais não são os mesmo de antes, o pai não faz mais função de referência, não há mais lugar de um que diz não e que impeça o sem limite do gozo. “A estrutura do não-todo comporta precisamente que não exista mais nada que faça barreira, que esteja na posição do interdito. O interdito parece estar em contradição com o movimento do não-todo” (Miller, 2011, p.10). Assim, essa estrutura do não-todo, está “deportada ao nível do que não se pode mais chamar de organização social” (p.10). Sem limites e sem totalização, esse modelo avança na lógica da globalização, pluralizam-se os nomes-do-pai, a escola, o trabalho, dão lugar aos objetos de mercado.

A antropóloga Zaluar corrobora com essa perspectiva ao apresentar, como um dos fios de análise dos fenômenos de grupo das gangues, o enfraquecimento dos laços de dependência e lealdade entre pais e filhos. Também ressaltamos a inexistência de outro caminho guia pelo qual os adolescentes pudessem trilhar (Santiago e Faria, 2013). Diante desse cenário, na busca de outras figuras a quem se identificar, os adolescentes podem encontrar o patrão do tráfico como aquele que se constitui enquanto uma figura que ostenta o lugar de poder e não admite oposição, impelindo os adolescentes na busca desmedida de prazer e poder. O que antes se apresentava como “homem resolve na mão” parece ter sido substituído, como nos afirma um adolescente, por “homem não leva desaforo pra casa, homem não resolve na mão”, mas com a arma.

Apesar de muitos adolescentes nos dizerem que “o trabalhador é o mais respeitado na favela”, eles não se identificam à essa figura enquanto uma saída no campo do ideal do eu, o trabalho não se apresenta mais como um valor, como aquele que iria “dignificar o homem”, mas como um meio para o acesso aos objetos de gozo. Dessa forma, o “trabalho justo não dá

dinheiro”, a fala de muitos dos jovens que estão no tráfico, assim como a questão de comparar o dinheiro que ganham no tráfico de drogas em alguns dias, ou semanas, com o equivalente ao que ganhariam em um mês no trabalho legal. Segundo Zaluar (2000 apud Santiago e Faria, 2013), a separação das favelas parece se evidenciar entre aqueles que são nomeados como trabalhadores e os bandidos. Todavia, a função de reconhecimento e pertencimento no coletivo do grupo não perpassa para esses adolescentes e jovens na identificação dos trabalhadores, o tempo livre e da ociosidade é o referente para os grupos do tráfico (Santiago e Faria, 2013, sp).

Outra razão para as ‘guerras’ parece se situar nas questões do *status* dos jovens com relação a sua auto afirmação pela virilidade e potência, evidenciadas pelos objetos de consumo e pelas mulheres, que frequentemente entram nessa cadeia de objetos a serem consumidos. Zaluar (op.cit) demonstra que o dinheiro do tráfico, em grande parte dos casos, não é uma saída para a fome ou a miséria, mas para a busca incansável de acesso aos bens de consumo do mercado, como as roupas e adereços de marca (Santiago e Faria, 2013, sp). Parece-nos que essas questões estão relacionadas: os adolescentes, diante de menos ideais do eu aos quais se identificar, sejam esses transmitidos pelo pai ou pela mãe, parecem ter dificuldades no último tempo edípico, de se identificarem à um tipo viril. Diante disso, vivenciam um apego desmedido a suas mães, e no campo social encontram a prevalência de um nó que os impelem ao gozo. Ser homem parece se apresentar como equivalente a ter poder de executar, comprar, consumir! Essa relação é explicitada por um adolescente que nos transmite seu lugar fálico de trazer o dinheiro para casa e ainda comprar o que deseja, adereços de marca para enfeitar o corpo. Evidencia assim a colocação supracitada de Miller acerca das patologias relacionadas às mães e ao narcisismo, diante da lógica do não-todo: “O corre é botar comida em casa, pra ajudar a rainha [mãe], mas também pra comprar o tênis, a roupa boa”.

Assim que os sujeitos adquirem esses objetos, eles perdem seu valor, conduzindo os jovens à repetição, a um gasto excessivo, nos quais ‘derramam’ o dinheiro adquirido. É a lógica do não-todo, que transborda sem limites, sem ponto de basta. Um dos jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo relatou que, certa vez, comprou um whisky muito caro, ele nem gostava de whisky, mas se divertia ao mostrar para os amigos que ele o tinha, que podia dar um pouco para alguns e em parte jogá-lo fora no chão da rua, aos olhos de todos.

A partir das ordens de ferro, que vêm substituir o nome-do-pai, encontramos um aporte teórico que nos auxilia a realizar uma leitura desse fenômeno no tráfico de drogas. Há uma pluralização do Outro, do enxame de S1 que funcionam, com a queda dos ideais, como

ordenamentos superegóicos insensatos que levam os adolescentes até a morte. As ordens de ferro funcionam aonde não há a transmissão do amor, característica essa associada ao pai ou ao agente que realiza a função paterna. Mas, como bem sabemos, a transmissão dessa função é realizada desde a função materna. Entretanto, nos deparamos com o anonimato desses jovens, com um não enlaçamento da lei ao desejo nessa transmissão. Um adolescente nos confessa essa dura realidade:

Quando entra no crime, a família já não quer saber de você. Todo mundo afasta de você quando você entra no crime, sente medo. Você que arrumou guerra na biqueira, ninguém quer tomar tiro ficando perto de você. Falta de apoio, todo mundo fica com medo da gente. A família fica perto de você por obrigação, mas tá ausente. Decepção, não tem amor... A família é a base da esperança, o pilar...aí, se o pilar quebra, se a família não ajuda, aí não tem jeito.

Algumas mães parecem operar mais na lógica do capricho e do gozo, na qual inscrevem o filho como objeto de satisfação via demanda ou objeto dejetivo. Um adolescente nos relata “minha mãe é tudo, mas ela tem que cuidar da vida dela”. Assim, parece-nos que alguns adolescentes colocam a mãe nesse lugar de “tudo em suas vidas”, justamente para tratar algo do abandono, do descaso, da indiferença, ou ainda, do ordenamento de um capricho. Assim, o tráfico pode ser o lugar que algumas mães, através do nomear-à, direcionam o filho para executar uma função no tráfico. A discussão da dimensão do fora-da-lei do pai e do gozo os auxiliam a pensar os modos de agenciamento e ordenamento do tráfico. Assim iremos desenvolver o que são as chamadas ‘leis do tráfico’.

O termo ‘leis do tráfico’ aparece como normas e regras de conduta que cada comunidade, ou melhor, de “cada quebrada”, como nos ensinam os adolescentes do tráfico de drogas. São modos de organização através do poder e controle. Algumas vezes funcionando enquanto um acesso a direitos básicos que deveriam ser providos pelo Estado, o tráfico de drogas em algumas localidades provê gás, alimentos, medicamentos ou outros recursos financeiros para alguns moradores locais. Em alguns casos, até mesmo uma bolsa ou cesta básica, às famílias do jovem envolvido com a criminalidade que se encontrar internado ou preso. O modo de regulação das relações dos moradores, e o que é aceito ou não de ser realizado, frequentemente ocorre de forma violenta e rígida, em alguns casos com a morte. Um adolescente nos ensina que “cada quebrada tem uma lei”. Assim é possível perceber que essa fala reforça a dimensão de que não há uma lei que valha para todos, mas que prevalece a lógica de cada patrão do tráfico em cada quebrada e cada localidade territorial. Entretanto,

algumas ‘leis do tráfico’ como suas regras de regulação, parecem ser mais frequentes, como a ‘lei do silêncio’, iremos caracterizar algumas delas.

Termo cunhado dessa realidade, as ‘leis do silêncio’ significam que ninguém deve delatar os envolvidos com a criminalidade seja para a polícia ou para algum membro do tráfico de regiões inimigas. Na linguagem dos morros, o ‘x9’, aquele que delata, poderá sofrer diversos tipos de represálias, de agressões físicas, à: ter o cabelo raspado, sendo essa uma medida frequentemente adotada nos casos de mulheres, expulsão da comunidade ou mesmo à morte. Dívidas do tráfico frequentemente não são perdoadas, podendo cada jovem endividado, seja diante da perda de armas e drogas para a polícia, devido ao excesso de uso da droga ou outra razão, perder o seu ‘plantão’ de trabalho, sofrer agressões físicas, ser retirado do trabalho do tráfico, ser ameaçado a quitar a dívida em um prazo pré-estabelecido ou ainda ser executado.

Muitos moradores, como os relatos da reportagem do Jornal o Tempo¹³, desenvolvem modos de evitarem ser confundidos com algum inimigo com os quais os grupos de tráfico tem ‘guerra’, ou com a polícia. Assobiar e cantarolar ao retornar para casa, voltando do trabalho de madrugada, tornou-se para os moradores de uma determinada comunidade de Belo Horizonte, uma prática cotidiana, para evitarem serem confundidos e agredidos. Nos casos de fuga da polícia ou de outros grupos de tráfico com os quais tenham ‘guerra’, é frequente os jovens envolvidos no tráfico de drogas se esconderem na casa de moradores sem o seu consentimento, e sem considerar essa prática como uma invasão de direitos e privacidade.

Além da ‘lei do silêncio’ e das dívidas que devem ser quitadas, grande parte dos grupos de tráfico não aceitam que ocorram roubos dentro da comunidade, de forma que, as punições para o roubo local, também são desde agressões físicas até a morte. Há casos em que as organizações do tráfico funcionam com a regra de não poderem atravessar para o território pertencente a outro ‘patrão’ do tráfico, se não um novo conflito, ‘guerra’, pode ser instalado e há o risco de homicídios. Nos casos de violências sexuais, o tráfico pode ter como conduta as agressões físicas, expulsão da comunidade ou mesmo a morte do suporte violentador, uma vez que a liderança do tráfico decide quem vive e quem morre, sem que seja efetivamente realizada uma investigação que comprove a acusação recebida.

¹³ Jornal O tempo publicado em 29/07/2018- acessado em 31 de julho 2018. Nome da notícia “Famílias aprendem a viver no morro sob a ‘lei do tráfico’<<https://www.otempo.com.br/cidades/fam%C3%ADias-aprendem-a-viver-no-morro-sob-a-lei-do-tr%C3%A1fico-1.2006704>>.

Experiência curiosa e que vem sendo investigada pela sociologia foi a criação dos tribunais do PCC (Primeiro Comando da Capital) em São Paulo, que produziram em 2004 redução drástica da violência e dos homicídios nos aglomerados do estado (Biondi, 2010 e Feltran, 2013). Com premissas articuladas à fraternidade e à lealdade, os "irmãos" e "primos" do PCC criaram um código de conduta para sobrevivência e respeito na prisão através da circulação intensa da "palavra" e do "debate", assim como da organização em funções de defesa e comando, que se estendeu às comunidades. Essa lógica concorre, mas também convive com a lógica da regulação estatal e jurídica formal, sendo campo amplo de investigação ainda não explorado pela psicanálise.

Na perspectiva psicanalítica, podemos nos perguntar, quanto ao relato de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas que recolhemos em nosso cotidiano prático e na literatura disponível, o que corroboraria ainda mais para esse cenário de rigidez na forma de condução de organizações totalitárias. Os adolescentes relatam lógicas de funcionamento e ordenamento como “não posso vacilar”, “é matar ou morrer”, o que implica a impossibilidade de cometer erros, pois a punição é dura e “a cobrança vem na medida”, mas que medida é essa? Através da contribuição de antropólogos vamos pensar esse tipo de ordenamento do tráfico.

Zaluar chama os grupos de tráfico de ‘quadrilhas’ e os dividem entre o ‘chefe’ que seria o ‘cabeça’, que conquista respeito através do medo e causa ciúmes e hostilidade na relação com os ‘teleguiados’, que são os comandados por ele. As regras rígidas são cobradas como obediência ao ‘chefe’, e, para ocuparem esse lugar, é preciso demonstrar ‘disposição’, como aqueles que se apresentam donos da sua própria vontade (Santiago e Faria, 2013, sp). Ela realiza uma análise interessante ao constatar que nos grupos de tráfico não há uma busca reformista, revolucionária, com alguma causa como a luta entre ricos e pobres, fortes e fracos, vingança pessoal ou bandidos contra a polícia.

Há o desaparecimento das noções entre justo e injusto, certo e errado, trabalhador e bandido. Há uma banalização da morte, já que o assassinato não é percebido enquanto crime através da lei universal, mas uma avaliação moral, na qual depende quem foi executado e a circunstância que levou a morte (Santiago e Faria, 2013, sp). Isso se apresenta quando os jovens nos contam que “tem o certo pelo errado, e o errado pelo certo” e esse adolescente explica: “matar, por exemplo, que é errado, pode ser o certo quanto há delação. É a lei, tem que ser assim”. O errado aqui se apresenta no sentido de trair a normatização do crime. O modo de regulação das relações dos moradores, e o que é aceito ou não de ser realizado, frequentemente ocorre de forma violenta e rígida, em alguns casos com a morte.

A cientista social Diógenes (1998) caracteriza as gangues dos adolescentes no tráfico como um ‘enxame’ no qual não há garantias de longevidade, sistematização, funcionando de forma dinâmica. Os ‘cabeças’, líderes ou padrões do tráfico, conquistam esse lugar através da força que impõe e da coragem, assim ele não precisa ter cabeça e nem falar, mas impor como um mandamento. Essa discussão nos possibilita pensar no pai quando não faz mais função, o ‘cabeça’ sendo mais um entre os outros em uma relação horizontalizada, não traz um traço de diferença, é mais um entre vários, só que fez o uso da força, há uma dissolução de lugares e categorias já que há o próprio enxame (Santiago e Faria, 2013, sp). Nesse efeito de grupo de forma homogênea, na qual não há um que o funde por estar em exceção, nos parece que há um laço frágil que pode se romper a qualquer momento. A pulsão de morte pode vir a tomar conta na dimensão do “matar ou morrer” que sempre está próximo. O comando deve ser executado, esse é o nomear-para que toma prevalência de nó no social encarnado pelo Outro do tráfico.

A diferença que se destaca entre o código normativo do crime e a lei jurídica é a validação universal dessa última, enquanto a primeira atende a um grupo restrito e imaginariamente circunscrito. Assim, os inimigos, semelhantes, se tornam ameaça no território, enquanto o criminoso local, garante essa justiça parcializada, fatiada conforme a aderência a uma e não a outra comunidade de gozo. Num regime especular que marca as relações entre infratores, os iguais se fazem diferentes por pequenas insígnias advindas do código delimitado pelo território. Não há referência a um terceiro mediador, a um terceiro transcendente ou a um terceiro desinteressado. O que se passa em nome da suposta "lei do tráfico" configura-se antes como um "espelho sangrento" regido por uma "ordem de ferro" (Ramirez, 2007), do que exatamente como um código de regulação. A falha de gozo na transposição de sua submissão à lei não acontece. Há, ao contrário, uma vontade de gozo, legislada, nos parece, por uma outra forma de agenciamento. Ponto em que a psicanálise pode trazer sua colaboração a este debate. Esse é o agenciamento do supereu do gozo que vamos desenvolver adiante.

Os jovens permanecem nos grupos e gangues por proteção, entretanto é o próprio fato de estar envolvidos nesses grupos que os leva a estarem em risco e possibilidades de ameaças (Santiago e Faria, 2013). A cientista social Diógenes (1998), desenvolve que a saída dos jovens do grupo do tráfico, não é simples, já que é percebida como quebra de princípios de fidelidade do grupo, na qual uma outra visibilidade foi construída fazendo valer como uma marca, um código. Muitos adolescentes nos afirmam que “não tem como sair do crime...porque é difícil...porque tem guerra...dá pra entocar (ficar em casa), depois que a

guerra fica branda, volta”. Quando pensam na possibilidade de saída do envolvimento com a criminalidade frequentemente falam que “pra você sair do crime não dá pra você contar com ninguém, nem com o poder público, nem com os amigos da quebrada”.

Diógenes (1998, p.171) acredita que a forma de funcionamento do grupo do tráfico de drogas se configura através de um “código de honra” no qual o grupo se mantém na construção de um ‘estrangeiro’ aquele que funciona como um inimigo, assim os atos são praticados em nome do grupo, os homicídios, as provocações. O outro é construído como inimigo e perigo, enquanto as violências que ocorrem dentro do próprio grupo são invisibilizadas e sem sentido. Assim, os territórios funcionam como microterritórios de normas mediados pela violência nessas separações imaginárias, ao invés da lei, há a ilusão do grupo de tudo poder. Soares (2005) corrobora com a ideia de que os jovens, “ávidos por referências”, entram nas guerras onde “celebram o destemor, a lealdade, a crueldade mais brutal e a disciplina” (p.229). Esses jovens estão no campo da ilegalidade em termos da lei jurídica, entretanto, endossam valores atuais da sociedade como o poder e o dinheiro. Lógica capitalista, mas para o tráfico o “mercado é a selva”, em uma guerra sem regulamentos, em que são negociados pactos para se sobreviver. As regras do tráfico não são para conter a violência, elas funcionam como “turnos de trabalho, hierarquias, processos decisórios, divisão de tarefas, distribuição complementar de atividades, códigos de comportamento, tudo isso disciplinado” (Soares, 2005, p.230). Mas na guerra contra o outro, o inimigo é ‘estrangeiro’, não há limites, há humilhação tortura, execuções degradantes, sofrimento extremos.

Os grupos de tráfico de drogas, operando de forma horizontal, perdem o estatuto de lei, funcionam as regras, já que não há uma regulação na relação do sujeito com o Outro. O que impera é uma “obediência cega, que não passa pelo consentimento e pelo reconhecimento da diferença. A obediência é produzida pela força” (Santiago e Faria, 2013, sp). A obediência a uma regra funciona como um ordenamento do nomear-à, nomeia-se uma função, a qual o sujeito tem que executar uma ordem. Assim vão surgindo os nomear-à, “aviãozinho”, “gerente”, ‘guerreiro”, “disposição”, “patrão”. As leituras sociológicas também colocam em questão a transgressão como um endereçamento à lei do pai. Ainda que essa seja uma vertente clássica, em nossa pesquisa constatamos a ausência de endereçamento do ato criminoso ao pai na forma de apelo à lei. Nem sempre o ato de matar entre os jovens é concebido como crime endereçado ao Outro. Muitas vezes, trata-se de uma “conduta por excesso” em que há uma “banalização da morte”, já que não há separação entre amigos e inimigos e o outro é morto como um objeto a ser descartado (Santiago e Faria, 2013, sp). Alguns adolescentes dizem que

“não existe amigo no crime”, “não posso confiar nem na minha sombra”, evidenciando uma outra lógica de laço com o Outro.

Na fala dos jovens, contata-se que a polícia, que poderia vir a representar o Estado, a lei ou zelar pela ordem, não fazem função de referência. Muitas vezes é identificada como iguais ou piores que os próprios grupos do tráfico. Muitos jovens relatam episódios de violência policial, corrupção, abordagens truculentas, um adolescente desabafa “quando chega a PM é só esculacho”. Outra colocação de um adolescente nos faz pensar como o tráfico pode se apresentar em um lugar de maior possibilidade de acesso e referência que a polícia: “cê acha que se um menino for estuprado pelo pai, ele procura a polícia? procura não. Ele pede ajuda a nós”.

É possível pensar que o crime funciona como uma ordem de ferro através de ordenamentos de regras e ordens de gozo, no qual ilustram, de forma extrema, a valorização dos objetos na pós-modernidade. As pessoas se tornam objetos, corpos descartáveis e os mandamentos, ordens imperativas superegóicas a serem executadas: “ficar sempre ligado”, “não pode vacilar”, “mata ou morre”, “quem escolhe ser do crime não tem direito a reclamar”, “tem que cumprir regra no crime. Dinheiro corrói a alma” “tem que tirar a falha da biqueira, matar o cara que não paga ou que xisnoveia (x9= delator) pro inferno”, “se der tiro tem que matar”. Sobre esses modos de agenciamento de gozo desmedido, os adolescentes ainda afirmam: “aprendi maldade demais no mundo do crime, é um derrubando o outro. É maldade na vida: quem dá mole ninguém vai ter dó”. Nessa lógica insensata, outro adolescente explana: “a gente não tem limite, faz até o que não quer”, demonstrando como esse gozo sem bordas se presentifica do corpo e nos atos podendo levar ao pior e à morte.

Nesse capítulo foi possível desenvolver que o supereu materno, ironicamente chamado de arcaico é o supereu do imperativo de gozo, que comanda o gozar sem freio dos sujeitos como um significante-mestre insensato, um supereu real. A preponderância de um supereu imaginário e feroz também parece se apresentar para esses adolescentes envolvidos no tráfico no encontro com o Outro social, como aquele que julga, avalia seu lugar de dejetos. Através da regra, da média, vemos a substituição do nome-do-pai no social por uma outra ordem que é de ferro. Essa é a ordem que os adolescentes encontram no tráfico de drogas, uma ordem a ser executada, exigida sem falhas e erros, não há possibilidade de questionamentos. Se não há nada mais humano que o crime, como nos ensina a psicanálise, o que antes funcionava como transgressão à lei simbólica, à lei do pai, não opera mais da mesma forma.

O real nos seus três termos se apresenta com os jovens oferecendo e jogando seus corpos, em um gozo desenfreado e tendo, muitas vezes, seu caminho para a morte. O nome-

do-pai foracluido retorna nas normas sociais de discurso, no caso desses jovens, da prevalência do nó social do imperativo do gozo, compre, consuma e do tráfico de faça, execute, sem erros, sem limites, sem falhas. A ordem de ferro é mais feroz por acessar o gozo diretamente. Os adolescentes que estão nesse anonimato no mundo, sem esse enlaçamento da lei ao desejo, podem estar submetidos a esse supereu tirânico e insensato do nomear-para que tanto a mãe, com seus caprichos pode valorizar o caminho do tráfico para que o filho lhe traga pertences, quando o social pode nomeá-los como 33, 157, infrator, menor, pivete. Nomes esses que não marcam a diferença, não nomeiam, mas direcionam uma função à ser executada.

Iremos então, no terceiro capítulo desenvolver o que se passa na delicada transição da adolescência e a partir do percurso desenvolvido nessa investigação, analisar três casos. Discutir como no momento da adolescência, o crime e o supereu materno podem se apresentar.

5. O REDESPERTAR DO GOZO ADOLESCENTE E SUA RELAÇÃO COM O CRIME: TRÊS CASOS

*“Ando tão à flor da pele
 Meu desejo se confunde com a vontade de não ser
 Ando tão à flor da pele
 Que a minha pele tem o fogo do juízo final
 Um barco sem porto,
 Sem rumo, sem vela
 Cavalo sem sela
 Um bicho solto
 Um cão sem dono
 Um menino, um bandido,
 Às vezes me preservo
 Noutras suicido”*
(Zeca Baleiro – Flor da pele)

No primeiro capítulo investigamos a importância da família, sua função e transmissão, já no segundo, indagamos sobre o supereu em sua vertente materna e paterna, e ainda realizamos algumas considerações sobre os adolescentes envolvidos no tráfico. Neste terceiro capítulo, buscamos desenvolver em traços gerais o que ocorre no momento da adolescência, o que se altera na relação do adolescente com o Outro e frente às mudanças atuais da sociedade. Retomaremos a discussão sobre a adolescência realizando um recorte nos aspectos em que a psicanálise lacaniana pensa esse momento da vida. A escolha em pensar a adolescência em relação ao Outro, à língua e à sociedade pós-moderna é uma forma de realizarmos uma amarração com o objeto investigado e os capítulos anteriores. A partir dessa construção e dado que outros autores já desenvolveram amplamente o tema da adolescência, indicamos alguns deles para uma revisão bibliográfica mais ampla: Freud, Lacan, Miller, Lacadée, Alberti, Roy, Guerra, Tizio, Naveau, Lima, Ramirez, Stevens, Cottet, Solano entre outros.

Após esse primeiro tópico, buscamos explicitar a metodologia trabalhada, do caso único, através de três fragmentos, a propósito de dois adolescentes e um fenômeno de grupo do tráfico de drogas. Realizaremos algumas considerações acerca do percurso teórico investigado e os três casos através do tripé supereu materno, crime e adolescência envolvida no tráfico, através das subcategorias: descrição da história de vida, função materna, índices do supereu e a criminalidade. Buscaremos realizar algumas aproximações possíveis, indicar desafios e questões.

5.1 A adolescência na perspectiva psicanalítica

5.1.1 O redespertar do gozo na adolescência

A questão da adolescência é apresentada por Freud a partir das alterações do corpo advindas da puberdade (Freud, 1905/2006, p.196). Desde a infância a criança já experimenta as excitações pulsionais no seu corpo através de fixações, entretanto a satisfação sexual só é possível com o advento da puberdade (Stevens, 2004, p.1). A puberdade é o momento inaugural da possibilidade das relações sexuais e, como bem indica Lacan, momento também do confronto com sua inexistência, no sentido de uma resposta que desse conta da plenitude do gozo no encontro sexual. Ao contrário, o confronto com a diferença sexual sinaliza uma impossibilidade estrutural da linguagem dar conta da significação da realidade e do acontecimento de corpo. Interessante notar que o termo adolescência não é utilizado por Freud ou por Lacan. Constata-se, que a partir das mudanças corporais advindas da puberdade, o sujeito terá que tentar responder à relação sexual que não há, no sentido de não existir um saber *a priori* da partilha sexual. Assim, a adolescência se apresentaria enquanto uma resposta sintomática ao real impossível de circunscrever (Stevens, 2004, p.30).

O período da adolescência é um momento de transição no qual cada sujeito se vê confrontado, ao deixar de ser criança e ter que responder de outro lugar frente às questões relativas à sua sexualidade e seu desejo. É um momento de transformações corporais e psíquicas, como aponta Freud (2006, p.199). Assim, o sujeito precisa lidar com o luto da perda do corpo infantil, com a angústia que advém do real da mudança corporal que fura o simbólico. Essas mudanças corporais podem trazer um estranhamento e um sentimento de vergonha por parte do sujeito. O real do corpo e do sexo ocorre para além do campo da significação e da representação. Assim, o adolescente se encontra diante de um gozo estrangeiro e inquietante (Stevens, 2017, p.1). Diante disso, os adolescentes tentam dar conta subjetivamente desse momento, ao inscreverem e retomarem seus mitos individuais, mas, mesmo assim, esses serão insuficientes para responder totalmente a esse encontro traumático no qual faltam os representantes, os significantes que poderiam designar essas experiências.

Essa ausência de sentido, à qual o sujeito não pode nomear, o reenvia ao vazio de significação sobre seu ser, que pode ganhar a forma da angústia. Segundo Lacadée (2006/2011, p.28), o que é experimentado pelo sujeito no pensamento e no corpo que escapa à dimensão significativa, encontrando-se em aberto a todos os sentidos, é o que Lacan chamou de gozo, e leva o sujeito ao sentimento de estar à parte, em exílio. O gozo se precipita no corpo do sujeito adolescente, referente ao aumento das excitações sexuais e exigência de um

trabalho de elaboração (Stevens, 2014, p.2). O gozo irá se apresentar na adolescência como algo desconhecido, confrontando o sujeito à sua falta-a-ser, o que o coloca ainda mais à parte, na angústia e na solidão. Nos casos dos adolescentes que residem nas periferias, os momentos de exílio podem ser vividos de forma ainda mais intensa, real e aguda por residirem em lugares de exclusão social e econômica (Lacadée, 2016, p.8).

Há a perda do lugar de criança, o encontro com o mal-entendido da língua e a necessidade de encontrar uma forma de lidar com o gozo. A questão com a qual o sujeito terá que se haver na adolescência é a “tensão entre sentido e sensação corporal, “natureza” e cultura, entre aquilo que do *objeto a* está preso na pulsão e no ideal sublimatório” (Lacadée, 2006/2011, p.78). Gostaríamos de reforçar, que o *objeto a*, trabalhado nos capítulos anteriores, é aquele objeto que o sujeito sente que perdeu ao entrar em contato com a linguagem e a cultura, sofrendo assim o recalque primário, estando a partir de então, confrontado com sua falta-a-ser. A dimensão do *objeto a* pode se dar em duas vertentes, do gozo e do desejo: enquanto que a primeira traria a dimensão de um excesso, de um sofrimento, mas ainda assim de uma satisfação paradoxal, que tampa a dimensão da falta, e pode conduzir o sujeito à morte; a segunda seria fundamental para que cada um construa uma saída para sua existência. O *objeto a* é, assim, tomado em sua vertente de resto e de causa, de dejetivo e de condição do desejo, estando escrito logicamente na constituição do sujeito a partir das relações entre real, simbólico e imaginário.

De certa forma, os adolescentes precisam passar por um momento de espera que possibilite a construção de uma resposta sintomática, para criar um arranjo particular de sua existência. Porém, no caso dos adolescentes do tráfico:

quando a sexualidade “faz furo no real”, esses jovens passam a ter acesso fácil à vida sexual, ao crime e às drogas, que “oferecem” uma solução rápida e eficaz para o encobrimento da falta estrutural, desvelada nesse momento (...) quando a escolha de uma posição sexuada ainda não está bem definida, muitos desses jovens (...) assumem a vida financeira da família de origem, como “homem” da casa, e, por vezes, instalam-se no crime (Guerra et al. 2012, p. 258).

Percebe-se que a escolha do sujeito na partilha do sexo se dá também na dimensão do ato, dimensão essa que pode funcionar como uma saída para os impasses com o Outro (Lacadée, 2006/2011, p.46). Assim, o envolvimento de alguns adolescentes com o tráfico de drogas pode ser uma resposta encontrada frente aos desafios e impasses que a adolescência coloca, curto-circuitando o tempo de compreender na busca de se localizar.

Ainda sobre a dimensão dos atos, apesar da história e da singularidade de cada sujeito adolescente, muitos se colocam em situações de perigo o que:

Trata-se sempre de uma falta de orientação, de limites insuficientes estabelecidos ou jamais dados. As condutas de risco são, pois, solicitações simbólicas da morte na busca desses limites, tentativas desajeitadas e dolorosas de se situar no mundo, de ritualizar a passagem à idade adulta e de marcar o momento em que o agir ultrapassa a dimensão do sentido (Lacadée, 2006/2011, p.57).

Ao colocarem-se em situações dessa natureza, os jovens experimentam, paradoxalmente, a sensação de liberdade, de assegurar sua existência e de afastar o medo de sua inconsistência. No trabalho com adolescentes que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte, realizado no CIA e jovens atendidos no Programa Fica Vivo, alguns deles afirmam que estão no tráfico de drogas “pela correria”, “pela adrenalina”, pelo risco em que colocam suas vidas. Sendo esse período em que o gozo retorna no corpo, o corpo se apresenta em prevalência e os sujeitos o colocam nas formas de se apresentarem ao mundo.

Retomaremos essa perspectiva do gozo através dos casos, após desenvolver algumas considerações teóricas sobre como esses sujeitos adolescentes lidam com o Outro, o uso que fazem da língua e como a configuração da sociedade pode afetar esse momento de vida dos sujeitos.

5.1.2 A adolescência e o Outro

O despertar da adolescência irá desnudar para todo sujeito a inconsistência e a inexistência do Outro como aquele que pudesse vir a seu auxílio diante do real que se apresenta. Esse aumento de excitações e da pulsão, diante do despertar, implica a necessidade de uma regulação do gozo, mas não há mais o pertencimento ao campo do Outro, por ser intraduzível a língua do Outro, que vacila. Dessa forma, os adolescentes tentam colocar em xeque a inconsistência do Outro e buscam se separar da alienação ao campo do Outro, através de outra forma de lidar e se posicionar nessa relação (Stevens, 2017, p.1). Todavia, os adolescentes irão se deparar com o Outro como barrado e castrado, remetendo o sujeito especularmente a sua própria falta e incompletude. A falta é estrutural. Diante disso, há a perda da crença imaginária da segurança. Na vertente da alienação, os adolescentes irão demandar, então, o amor do Outro no qual cada sujeito deseja o desejo do Outro, e há, também, a necessidade de reafirmação de si. Lacadée (2006/2011, p.55) assinala que os adolescentes buscam tanto tutela quanto autonomia, experimentam o status de sujeito e são

incompreensíveis para si mesmos, o que se apresenta às vezes em suas provocações e ambivalências.

Diante do sexual que se apresenta traumáticamente aos adolescentes, como alteridade radical, mas também diante das possibilidades concretas dos relacionamentos amorosos, muitos colocam ainda que “trabalhando no tráfico é mais fácil de conseguir qualquer mina” (sic). Frase que desnuda a dificuldade de lidar com o sexual, com o desejo do Outro e com a falta de equivalência e completude implicada nas relações.

O momento da adolescência requer uma reativação do passado e, ao mesmo tempo, uma reformulação do passado. Esse trabalho psíquico faz com que retorne ao sujeito a questão de qual seu lugar no desejo do Outro. A questão fundamental do re- despertar do desejo incestuoso se evidencia – lembrando que a interdição do incesto já se constituiu através da barreira do recalque na infância, mas na adolescência há a reedição dessa interdição. A castração se reapresenta intensa e traumáticamente nesse momento, destacada pelo real do sexo e por seu intratável. Assim, o sujeito tem que tomar uma posição entre a partilha dos sexos, sendo remetido à castração, à incompletude, ao desamparo fundamental e à dimensão de que “não há relação sexual”. Essa última dimensão, com a qual o adolescente se confronta, diz respeito ao homem estar preso à linguagem, não haver nenhum saber no real sobre o sexo. Assim, seu gozo é sempre solitário não estabelecendo nenhuma relação com o Outro.

O gozo vivenciado na infância retorna na adolescência. O despertar é o despertar do gozo que estava adormecido no período de latência, esse gozo se relaciona ao trauma, a algo do real que o simbólico não consegue simbolizar, é a impossibilidade de traduzir a experiência vivenciada pelos adolescentes. O real do sexo irrompe nesse gozo experimentado, que não pode ser representado por palavras, e é sem sentido. A descoberta da diferença sexual e do Outro sexo se apresenta para a adolescência, dado que, no momento da infância, a separação ocorrera apenas entre ter ou não ter o falo. A mãe, como objeto mítico, é reeditado na adolescência. As fantasias incestuosas são uma das formas dos adolescentes tentarem lidar com esse furo. Há então um redespertar do Édipo, do desejo sexual e o retorno da interdição.

Isso se apresenta como um ponto de dificuldade, dependendo da história de cada sujeito adolescente e de suas possibilidades de regular o gozo. Em uma das conversações¹⁴ realizadas, um adolescente relata: “Só a mãe que fica do lado, na alegria e na tristeza”, outro adolescente acrescenta: “igual casamento”, e o primeiro adolescente retoma afirmando: “isso

¹⁴ Foi utilizado o instrumento da Conversação com adolescentes e jovens atendidos no Programa Fica Vivo e que cumpriam medidas em meio fechado e aberto do sistema socioeducativo de Belo Horizonte pela Comissão de Prevenção à Letalidade Juvenil do Fórum Permanente das Medidas Socioeducativas de Belo Horizonte (2017/2018, material inédito da comissão).

mesmo, se precisasse, até casava com ela. Minha mãe ajudava, agora mudou para outra cidade, meu pai maltratava ela, ela arrumou outro homem e mudou”. No caso da fala desse adolescente supracitado, percebe-se a intensidade do vínculo com sua mãe. Parece que o adolescente ainda se encontra de forma maciça vinculado à mãe, ainda que numa parceria incestuosa. “(...) lo que hay es un anudamiento de la ley al deseo materno, transmitido al hijo por los enunciados de la madre” (Ramirez, 2007, p. 39). Trata-se de um invólucro que captura o adolescente desde a infância na trama do desejo materno, reavivada na adolescência. Freud (2006) lembra que somente a relação com o filho homem brinda a mãe de uma satisfação intensa e irrestrita, referida ao que vivencia, nele, de seu complexo de masculinidade. O gozo subtraído na forma simbólica do falo – que o filho assume para a mãe -, parece retornar nessa relação transgressora em que o adolescente se experimenta antecipadamente como homem.

Não podemos deixar de notar que, mesmo sendo a relação das menos ambivalentes, segundo Freud (2006), “la madre transfiera su deseo al hijo, se filtra algo del orden de la intención agresiva de la madre, se infiltra algo del orden de su propio *objeto a*, investido con el significante fálico que el niño es llamado a ser para colmar el vacío de aquella” (Ramirez, 2007, p. 42). Por isso, a angústia e o ato podem se tornar respostas ao imperativo do impossível do desejo materno, travestido de voz superegóica.

Se considerarmos que o traumatismo da puberdade realiza um furo no real, na medida em que há o despertar pulsional do real biológico, há também, concomitantemente o recalque do objeto parental, como objeto sexual definitivamente condenado (Lacadée, 2006/2011, p.68). No fragmento acima do adolescente, é possível pensar o impasse que está sendo para esse sujeito se desvencilhar dessa situação. Outra dificuldade que alguns adolescentes podem enfrentar nessa busca de se separar do Outro é a ausência de empregos que viabilizem sua separação, muitos adolescentes arriscam suas vidas “à prova do real da separação” (Lacadée, 2006/2011, p.64). Falas frequentes que ilustram essa questão pelos adolescentes no CIA são: “trabalho justo não dá dinheiro”, “na adolescência, você quer sua independência, não depender da sua mãe, aí o crime é meio que uma oportunidade”. Diante disso, se envolvem no “crime” e colocam suas vidas em risco.

A adolescência apresenta também algumas questões novas, segundo Miller (2015, sp) Na relação com o Outro, os adolescentes tendem a vivenciar uma realidade imoral na qual o Outro é tomado de forma degradada, nociva. E apresenta algo da desconfiança já que se acredita em uma teoria do complô, de algo ruim que virá do campo do Outro na atualidade em que o Outro, perdeu sua consistência imaginária de tradição e seu valor simbólico de regulação. Há também o modo como interpretam a demanda do Outro como imperativo

tirânico, da suspeita e da exigência (Miller, 2015, sp). No caso do tráfico, no qual a liderança funciona de forma não dialetizável percebemos o lugar de um Outro que reproduz essa lógica tirânica. Na relação com o Outro social, como já falado, também são frequentes os relatos dos adolescentes em que o olhar do Outro atravessa, atinge o adolescente como uma interpretação de que é perigoso, bandido. “Ontem uma mulher me olhou achando que eu ia roubar, que eu sou do mal... deu vontade de bater nela”, nos afirma um adolescente, em uma conclusão antecipada do campo do imaginário frente ao olhar do Outro, mas com o qual se depara frequentemente.

Diante do excesso de gozo vivenciado pelos adolescentes e a busca de encontrar uma forma de como fazer com o que se experimenta, há uma tentativa de inventar e fazer um uso do campo da língua. Iremos apresentar a seguir.

5.1.3 Os adolescentes e o uso da língua

O impasse frente à língua do Outro, que não consegue responder ao que é experimentado no campo do gozo para os adolescentes, leva-os à tarefa de separar-se da autoridade dos pais, mas implica sofrimento e um ponto de desorientação. Já que há uma busca de outra lógica fora da família e também, como pontua Lacadée (2016, p.6), fora da lógica exclusivamente fálica.

A busca dos adolescentes é então marcada pela denúncia aos semblantes que sustentam a língua, mas há também a nostalgia do gozo que ficava ligada ao Outro. Ao tentar se afastar dos pais, muitos jovens buscam encontrar um grupo substituto mais potente que o inscreva na comunidade diante da insuficiência da solução edipiana. Diante dessa situação, e do impossível de responder plenamente ao que ocorre, pode-se perguntar se alguns adolescentes recorrem ao tráfico de drogas, como grupo que, de alguma forma, venha a representar um novo status de poder frente a uma comunidade ou grupo. E ainda nos indagar se: seria a partir da constituição de um Outro todo e consistente imaginariamente, o “patrão” do tráfico, que alguns deles evitariam ter que se deparar com seus próprios furos e castração, na medida em que essa organização criminosa não permitiria que falhas e faltas aparecessem. Alguns adolescentes pontuam nos atendimentos que entraram no tráfico de drogas pela “admiração”: “o patrão é quem inspira”, sendo o “patrão” do tráfico associado àquele que tem “conceito”, “moral” e “respeito”. Assim, nessa busca de reafirmação de si mesmos e de outras relações, identificações e referências, tentam encontrar outra maneira de ser e outros lugares e círculos a frequentar (Lacadée, 2006/2011, p. 27).

O uso da língua, frequentemente através das gírias, músicas e movimentos como o hip hop e o funk, consiste num refúgio e numa defesa contra a língua do Outro que se torna incompreensível. Esses modos de falar reivindicam uma língua autêntica através de palavras diretas e cruas, experimentadas como real. Através do insulto e da provocação, os adolescentes tentam amarrar e tampar o buraco da língua fazendo um uso sexuado de ofensas (Lacadée, 2006/2011, p.141).

Diante de todas essas questões que precisam ser enfrentadas pelos adolescentes nesse momento de tantos atravessamentos, embaraços e tempo de elaboração, esses adolescentes parecem tentar construir uma saída pelo campo da língua. Para lidar com aquilo que é impossível de ser dito com a língua do Outro. Essa língua funcionaria mais pela via do gozo e do real que da comunicação? Parece-nos que sim. A partir dessas premissas, iremos contextualizar a sociedade pós-moderna, a qual implica nas ofertas que poderão dificultar as construções de saídas para os adolescentes.

5.1.4 Adolescência na contemporaneidade: o imperativo do goza!

O funcionamento e ordenamento civilizatório da sociedade contava com a moral, responsável por inibir, reprimir e conter os sujeitos, funcionando como uma bússola, como Freud bem desenvolveu no mal-estar da civilização (1930/2006). No campo da pós-modernidade, Miller (2004) afirma que é difícil todos os psicanalistas concordarem sobre uma mesma perspectiva, mas se há um consenso, ele diz respeito à desinibição e ao desbussolamento da civilização atual. Recordo o comentário de Lacan, no qual a moral da época vitoriana de Freud foi muito cruel e indaga se isso já não tinha relação com uma resposta, se a fenda já se apresentava e respondia-se com a crueldade moral (Miller, 2004, p.1).

A questão do objeto apresentado no percurso desse trabalho, trata do ponto de resto, de real, do furo, de *das Ding*, que é vivenciado, no caso em questão, na adolescência. A causa dos sofrimentos modernos, como nos apresenta Lacadée (2016, p.5), refere-se ao fato do *objeto a* estar relacionado diretamente com o campo pulsional. O *objeto a* pode, ao mesmo tempo que causa desejo, funcionar exigindo mais liberdade, exigindo a vida verdadeira e funcionando também a partir de “uma vontade obscura de querer gozar ainda mais da vida” (Lacadée, 2016, p.5). O gozo e a exigência são as formas de apresentação do supereu na atualidade.

Diante da ascensão de gozo no contexto social, ao invés da renúncia, os adolescentes que já vivenciam um gozo para além da dimensão fálica, contam com menos saídas no campo

do Outro social para lidarem com o desbussolamento frente às sensações de sua incompreensão e angústia. O campo do gozo orienta os sujeitos ao invés do ideal (Lacadée, 2006/2011, p.108). O campo do ideal do eu é aquele referente ao traço do pai que levaria à identificação do sujeito no terceiro tempo do Édipo como vimos no primeiro capítulo. Na adolescência, o ideal do eu funcionaria na busca de outras referências, nas quais se identificaria. As figuras de Deus, professores, padres, não funcionam mais como antes como únicos referentes identificatórios, assim “produziu-se um desmoronamento do crédito dado ao pai” (Lacadée, 2006/2011, p.110).

Miller (2004, sp) nos propõe o matema $a > I$, no qual constata-se a supremacia do objeto como o que guia os sujeitos ao zênite social. Quanto a essa mudança, afirma que há uma passagem ao mais além dos limites descobertos por Freud, elemento intenso que perde toda noção de medida, indo sempre em direção ao mais, ao excesso.

O lugar dominante que direciona a civilização é o mais-de-gozar que funciona no campo do comando como “isso falha” (Miller, 2004, sp). Como já dissemos, na relação do sujeito com os objetos, sempre haverá uma falta, exatamente devido à questão de que o objeto mítico impossível de ser alcançado, tantas vezes associado à mãe, não existe. Assim, a relação do sujeito com o objeto pulsional funciona de maneira que a satisfação está no modo como a pulsão contorna esse objeto sem jamais alcançá-lo. “O objeto de gozo é, desde sempre, o objeto perdido, o objeto mítico que o sujeito busca no Outro” (Lacadée, 2006/2011, p.110).

O que ocorre na pós-modernidade é que a relação sexual que não existe se torna evidente a todo sujeito, diferentemente da sociedade moderna na qual, através das investidas em frear e inibir o campo do gozo, buscavam fazer a relação sexual existir. Mas atualmente, vivencia-se uma liberação ao gozo e também não há o véu que fazia com que se acreditasse que a relação sexual existisse.

Lacadée (2006/2011, p.64) explana que diante de uma sociedade sem referências nas quais não há ninguém, nem mesmo na família que transmita um saber e uma responsabilidade frente ao gozo, os jovens assumem condutas de risco desconexas, como a fuga e a delinquência. Os adolescentes experimentam o redespertar do gozo e, enquanto estrutura e ordenamento social, encontram o mesmo caminho, do goze! Entre tantos excessos de um gozo sem borda e sem contenção, é possível nos questionarmos se os sujeitos não colocam seus corpos, lugar onde o gozo é experimentado, em evidência e ao risco.

Os instrumentos de consumo e gozo ofertados no mundo contemporâneo podem fazer uma função de tamponar a falta (Lacadée, 2006/2011, p.18). Assim a saída pelo tráfico de drogas pode vir a consistir como promessa e busca de gozo, como alguns adolescentes

pontuaram nos atendimentos: “tô no tráfico pelo dinheiro, dinheiro pra compra roupa de marca, ir no baile funk, pra eu poder”. Outro adolescente reafirma “é o dinheiro fácil, querer ter tudo rápido”. Os imperativos superegóicos impelem os adolescentes ao gozo e eles nos demonstram isso através das falas nas quais relatam a razão de estar no tráfico de drogas pela “adrenalina”, a “correria”, “atração pela ganância”, “para ostentar”, “o dinheiro puxa a cabeça”.

Assim, com o declínio dos ideais que poderiam vir no campo do Outro oferecer saídas aos impasses da sexualidade, e ao tomar posição sexual, esse saber passa menos pelo Outro e mais pelos objetos, como os *gadgets*. Os objetos de consumo são ofertados como imperativos superegóicos do compre, consuma, satisfazendo o supereu, apagando o campo do desejo e dificultando a saída pela construção de um saber sobre esse tempo da adolescência. Os corpos desses adolescentes são de alguma forma invadidos pelo gozo do Outro social que exige o crime, os objetos, o consumo, a “ostentação” num gozo sem limite e sem fim. Essa ausência de um ponto de basta se apresenta de forma explícita na fala de um adolescente: “A gente não tem limite, faz até o que não quer”.

A partir das premissas desenvolvidas, função da mãe, supereu e crime, busca-se, através de três construções de casos de adolescentes, explicitar os pontos em que essas questões se apresentam. Antes disso, iremos explicar a metodologia que nos conduziu na construção desses casos.

5.2 Metodologia

5.2.1 Aspectos epistemológicos

Esta é uma pesquisa clínica em psicanálise, na qual foram utilizados três fragmentos que serão apresentados enquanto casos únicos e nos quais trabalharemos com as categorias emergentes da história de vida, função da família, supereu e crime. Essa proposta nasce da construção de um caso no qual foi possível verificar mais detidamente o enlace entre pulsão, gozo, supereu materno e tráfico, o caso M que será apresentado em seguida.

De maneira não generalizada pretende-se investigar, do lastro que resta da relação de um adolescente envolvido no tráfico de drogas e sua mãe, o que concerne ao supereu. Esse lastro pode apresentar inúmeras consequências, mas a pesquisa visará esse recorte do que resta desse lastro no campo do supereu, considerando o modo como cada sujeito de forma singular lidou com essa questão, de forma a pensarmos o que é transmissível e exemplar nessa relação. Entendemos aqui o exemplar tal qual Lacan o situa quanto à *père-version* no

Seminário RSI (1974-75). Ali Lacan nos ensina que o pai se torna exceção a partir da maneira como goza de um objeto, sua mulher. Seu gozo é seu pecado e é nele que sua castração incide como orientação ao desejo transmitido a um filho. Nesse sentido, a singularidade radical de seu gozo é exemplar, realizando sua função generalizável como pai. Assim, todo pai ao gozar, torna-se uma exceção. E essa exceção, única para cada homem, torna todo homem passível de se constituir como pai.

Nesse mesmo sentido, iremos buscar elucidar, da singularidade de cada caso, como se constitui a relação materna e superegóica, buscando elucidar *se e o que* seria exemplar e passível de generalização. O caso clínico, assim, singulariza a proposta de investigação e possibilita um saber particular de cada sujeito para além da dimensão histórica e cultural. Tomando o caso em sua dimensão do um-a-um, a construção clínica possibilita o saber do singular em oposição ao saber universal que exclui o sujeito. Assim o estudo de caso clínico viabiliza “pensar o sujeito (...) como efeito de um corte particular na cadeia dos significantes. Por isso, na interseção de corpo biológico e corpo social, o sujeito é corte contingente, êxito dos remanejamentos internos (...) como resposta do real” (Viganò, 2010, p.8).

A centralidade do sujeito advém do recurso metodológico desenvolvido já desde a prática clínica e teórica inaugurada por Freud ao fundar a psicanálise como disciplina. Ele o faz abordando de maneira inaugural a experiência com o inconsciente. Associando clínica e pesquisa, fez a teoria avançar a partir dos casos de histeria que desvendou nos primórdios do século XX. A abordagem do inconsciente, entretanto, exigiu critérios de fidedignidade específicos no diálogo com a ciência de sua época. Segundo Stengers (1990), a construção da testemunha fidedigna em Freud nasceu com a hipnose e a revelação da verdade na reconstrução do sintoma e sua conseqüente eliminação. Porém, a hipnose produzia tanto a testemunha fidedigna quanto a testemunha falsa. A superação das resistências com o método da associação livre desloca – ainda que não modifique – a lógica da produção da verdade, mantendo no paciente sua fonte de elucidação e de purificação. O método se torna o próprio protocolo. Em seu interior, a própria transferência é posta a serviço da produção da verdade inconsciente do paciente.

Ao longo do avanço da teoria, Freud (2006) explicita os limites do método e assenta no desenvolvimento conceitual, a força da fidedignidade de sua descoberta. O conceito torna inteligível o sucesso da operação, diferenciando a verdade extorquida da verdade testemunhal. O poder do conceito se substitui à evidência empírica.

O avanço lacaniano, por seu turno, assenta-se no método de produção da testemunha fidedigna, deslocando-a. A política lacaniana dos saberes redefine o próprio sentido e

privilégio da psicanálise. Trata-se, com Lacan, da inacessibilidade estrutural à toda verdade, já que essa só pode ser meio dita. Lacan opera uma disjunção entre saber e verdade, alocando em seu abismo a experiência do inconsciente como real. A cena analítica deve revelar como a verdade sai de seu poço como efeito de linguagem: “eu, a verdade, falo” (Lacan, 1998/1960, p. 881). A noção de purificação vem da produção de uma experiência sem objeto.

“O objeto da psicanálise não é outro senão aquilo que já expus sobre a função que nela desempenha o *objeto a*. O saber sobre o *objeto a* seria, então, a ciência da psicanálise? Essa é precisamente a fórmula que se trata de evitar, uma vez que esse *objeto a* deve ser inserido, como já o sabemos, na divisão do sujeito” (Lacan, 1998/1960, p. 877-878).

Lacan desfaz, assim, a própria ideia de conhecimento. Ao retomar Meyerson e a perspectiva de que a ciência opera por identificação à natureza, é a psicanálise que interpreta e pode dizer a verdade da ciência. Nessa nova política, a psicanálise se encontra em posição de denúncia da falsa aparência a partir da qual as ciências funcionam. Lacan, ao mesmo tempo, opõe-se à criação da testemunha fidedigna e ao contrapoder do mundo empírico (Stengers, 1990, p. 131 e 133). Como essa política evidencia a decepção com o saber, ela não se encontra submetida à própria decepção. Lacan passa, assim, para o registro antropológico-ético cuja centralidade é o sujeito:

“[...] retornar aquilo de que se trata, ou seja, admitir que nos é preciso renunciar, na psicanálise, a que cada verdade corresponda a seu saber? Esse é o ponto de ruptura por onde dependemos do advento da ciência. Nada mais temos para conjuga-los que esse sujeito da ciência” (Lacan, 1998/1960, p. 883).

Milner (1996) nos lembra que, no projeto da ciência moderna, herdeiro em Lacan dos estudos de Kojève e de Koyré, a matematização do objeto o despoja de todas as suas qualidades empíricas e sensíveis. Dessa maneira, “o sujeito não tem Si, nem reflexividade, nem consciência” (p. 33). O sujeito da psicanálise, assim, é um correlato do sujeito da ciência, reintroduzido ali onde a ciência, pelo mesmo ato que o instituiu, o eliminou. O sujeito da psicanálise deriva, pois, do sujeito da ciência, ao mesmo tempo em que o subverte, reintroduzindo-o como o sujeito sem qualidades da experiência inconsciente. O inconsciente retorna como condição possível dessa presentificação de um sujeito sem qualidades, exigindo uma abordagem propriamente clínica.

“Toda e qualquer pesquisa em psicanálise é, assim, uma pesquisa clínica, não tanto pelo fato de utilizar como “campo” [...] um espaço terapêutico. Em psicanálise, não há a

rigor uma “pesquisa de campo” [distinta da teórica] [...]. Na psicanálise há, isto sim, um “campo de pesquisa” que é o inconsciente e que inclui o sujeito” (ELIA, 2000, p. 23).

5.2.2 O método de pesquisa psicanalítica aplicado a fenômenos sociais

Como partir dessa premissa metodológica para abordar fenômenos sociais a partir da psicanálise? É o próprio Freud quem nos indica o caminho. À cada noite, após os atendimentos que realizava durante o dia, Freud metodicamente tomava notas das sessões de seus pacientes. Depois, ao relê-las anotava aquilo que se destacava como único no caso, na busca pela elucidação do caminho nas formações do sintoma, visando o diagnóstico.

Hoje, nos registros tomados em diferentes dispositivos tecnológicos (enunciado), podemos dizer que se trata de escutar o que se escreve do gozo no texto inconsciente, revelado sob transferência (enunciação). Quando se leva a psicanálise às investigações de fenômenos sociais, trata-se de dar um passo a mais em relação à extração de categorias significantes emergentes, trata-se de uma operação sobre a letra, enquanto escrita do gozo no real (Lacan, 2003). Os signos do gozo revelam os dispositivos de poder assentados nos significantes mestres da civilização, destacando a especificidade e a marca da colaboração da psicanálise na pesquisa de fenômenos sociais.

“(...) existe um saber [inconsciente] que não calcula, mas que nem por isso deixa de trabalhar em prol do gozo. O que não se pode escrever do trabalho do inconsciente? É aí que se revela uma estrutura de fato pertinente à linguagem, já que [sua] função é permitir o ciframento. Esse é o único ponto pelo qual o discurso analítico tem que se ligar à ciência; mas, se o inconsciente atesta um real que lhe é próprio, aí se encontra inversamente nossa possibilidade de elucidar o modo como a linguagem veicula, no número, o real com que a ciência se elabora” (Lacan, 2003/1973, Introdução a edição alemã dos escritos, p. 556).

Levar a interrogação acadêmica até um ponto de obstáculo (Pinto, 2008, p. 64), de forma a intervir sobre o real foi a direção que nos orientou, desde então, com Lacan. No caso de fenômenos sociais, podemos dizer que a psicanálise busca a variável fixa (Ramirez, 2012, p. 139), a função a partir da qual o gozo se articula ($f[x]$). Ainda que mantenha a singularidade do caso em análise, o psicanalista, como analisante que interroga um saber constituído, se pergunta pelo que há de transmissível em sua experiência (Pinto, 2008). Assim como se chega a variáveis fixas, nos processos de investigação, deparamo-nos com fantasias e

sintomas não passíveis de generalização, nos quais se resguarda a singularidade de cada caso como único.

Entendemos que o caso, tal qual extraído da clínica freudiana, é um método em si mesmo, seja aplicado a um sujeito, a uma instituição ou a um fato social. Assim constituído, alguns elementos permitem cernir, da experiência clínica, uma lógica de orientação metodológica, assentada nos seguintes aspectos a serem elucidados, trabalhados e estabelecidos (Vorcaro, 2010):

1. bordejar a questão acerca do que fez de um sujeito na clínica um caso de pesquisa;
2. pensar as formas de abordagem do traço de real da clínica, irreduzível ao imaginário ou ao simbólico;
3. resgatar a função de exponenciação do saber adquirido com os ensinamentos do caso, tornando-o capaz de interrogar, reformular, distinguir ou ultrapassar o que já foi explicitado pela generalização teórica psicanalítica;
4. operar com a transcrição dos dados, visando problematizar o que dela escapa como real ou como singularidade, na posição de quem os lê;
5. interpor a escrita e seu Outro como elementos estruturais na construção do caso, extraíndo o enquadre de leitura.
6. depois da escrita transpor para outro sistema de registro aquilo que se tornou propriamente legível, destacar o que é ali exemplar;

Podemos assim concluir que “a função do caso clínico na pesquisa em psicanálise não é demonstrativa nem exemplar. Mostrando a oposição entre método psicanalítico e método científico, o caso clínico tem por função problematizar a generalização necessária à teoria, explodindo a imaginarização de universalidade da teoria sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente” (Vorcaro, 2010, p. 17).

5.2.3 Procedimentos metodológicos

A revisão bibliográfica dos conceitos de Outro materno, desejo da mãe, transmissão e função da mãe, além do conceito de supereu foram centrais para a orientação e análise da entrevista, além da retomada sobre a adolescência e a puberdade em psicanálise. A partir das análises metodológicas supracitadas será possível desenvolver o tema do envolvimento dos adolescentes com o tráfico de drogas e sua relação com suas mães, considerando as

mudanças: sociais, históricas, os complexos familiares, mas sem perder a dimensão subjetiva com a qual cada sujeito interpreta e se organiza no mundo tendo que lidar com seus impasses e saídas. Em cada caso, vamos discutir a relação do sujeito com a mãe e a incidência do supereu dividindo os casos nas categorias emergentes: descrição da história de vida, função materna e função paterna, índices do supereu e a entrada na criminalidade.

Assim, visando à investigação da maneira como a função materna agencia e determina a ingerência superegóica enquanto objeto vocalizante de ordenamento do gozo, partimos de um caso que surpreendeu a analista, o caso M. M é um adolescente que foi trazido pelo padrasto ao Programa Fica Vivo devido aos riscos eminentes de morte que o adolescente se colocava devido ao seu envolvimento com o tráfico de drogas. O adolescente foi atendido durante o período de um mês pela analista social do programa, momento no qual, pela primeira vez, começou a falar sobre seu envolvimento com o tráfico de drogas e a pensar sobre a forma como vinha atuando em sua vida. A direção do tratamento levou o adolescente a pensar sobre suas atuações, sua relação com o Outro, o que buscava no envolvimento com o tráfico e com o gozo que se apresentava. Pela primeira vez o adolescente se angustiou com o risco em que colocava sua vida. O traço singular em que o adolescente atuava e endereçava perguntas às mães de outros adolescentes, levou à pergunta formulada como questão teórica: se há alguma relação na particularidade de alguns adolescentes envolvidos no tráfico de drogas e suas mães no que concerne a uma ingerência superegóica. Encontramo-nos com novo caso, L, um adolescente que já era atendido pelo Programa Fica Vivo, e apresentava há alguns anos envolvimento com o tráfico de drogas. Foi feito o convite a L para conversar com a pesquisadora sobre sua relação com sua mãe ou quem o criou e sobre seu envolvimento com o crime. Partindo dos significantes primordiais do sujeito, foi possível formular duas perguntas que puderam elucidar dois aspectos de sua vida: o crime e sua relação com quem o criou. O terceiro caso refere-se ao fenômeno de um grupo de jovens envolvidos com o tráfico em um dos locais no qual o Programa Fica Vivo atua. Nesse caso, a pesquisadora conversou com as duas equipes que atuam no território, do Programa Fica Vivo e do Programa Mediação de Conflitos¹⁵. Explicou a questão de investigação e escutou das equipes o resgate histórico realizado por eles, uma vez que nas informações do município não há informações detalhadas sobre a região. Através da conversa com as equipes foi possível conhecer o material no qual as equipes vinham analisando e pensando tanto as questões históricas quanto referentes a

¹⁵ O Programa Mediação de Conflitos (PMC) é uma política pública da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais que atende moradores das comunidades nas quais há um alto índice de criminalidade e homicídios.

análise social das violências e criminalidades do local. Nessa última situação nos deparamos com o encontro real com uma situação originária no grupo de tráfico dos *crias*. Vejamos como cada caso aqui tomado em análise pode ser abordado: Caso 1: M – matar e morrer? Caso 2: L – Serás um criminoso e Caso 3: Os *crias* da favela: *crias* das mães. Analisando, em cada um dos três casos as três categorias emergentes: história de vida, função materna e paterna, índices do supereu e criminalidade. Para em seguida pensarmos o que esses casos ensinam como um ponto em comum na relação com o real.

5.3 Casos Analisados

5.3.1 Caso M: matar e morrer?

5.3.1.2 História de vida

O adolescente M tem 15 anos. Já se envolveu com o tráfico de drogas em duas regiões em que residiu com sua família, colocando-se em situações de risco, “guerras” do tráfico e, algumas vezes, ameaçado de morte. A razão para as duas mudanças da família, tanto de residência quanto da comunidade, foram as ameaças e riscos que M vivenciava. M vive com o padrasto Pedro, sua mãe Karine e seus dois irmãos mais novos. Maria, avó de criação de M, mãe do Pedro, demonstra preocupação com o neto, ela mora em uma das regiões por onde a família já morou. Na região onde a família reside atualmente, há seis meses, M não tem envolvimento com o tráfico, entretanto, continua retornando para outra comunidade na qual tem envolvimento com o tráfico e um posto de gerente de uma das “bocas”.

A mãe de M, Karine, é usuária de crack e o padrasto Pedro de cocaína. Pedro tem mais responsabilidade do que Karine e é mais preocupado com M. O adolescente tem um tio envolvido com o tráfico de drogas, atualmente está preso. Guarda a lembrança de que seu tio não queria que ele entrasse para o tráfico. Quanto ao pai biológico de M, este também tinha envolvimento com o tráfico, e foi morto. Algumas pessoas contam na comunidade que o responsável pela morte de seu pai biológico foi esse tio. O adolescente tem um filho recém-nascido que reside na região em que gerencia o tráfico. M deseja ver esse filho, manda dinheiro para que fique bem, mas não tem vontade de cuidar do mesmo. O adolescente não está mais se relacionando com a mãe do bebê, e ela também tem envolvimento com a criminalidade do local. A maior parte do tempo, o bebê fica com a ex-sogra do adolescente.

Na relação com os dois irmãos mais novos, M tem dificuldade de se relacionar, brigas e agressões físicas são frequentes. Essa forma de relacionar, pela desconfiança e agressividade, se repetem para M que, ao afirmar o desejo de voltar a estudar, assegura que

não poderia ser por agora, já que “onde vai, causa muita confusão”. As “confusões” seriam brigas, agressões físicas, em ocasiões nas quais “alguém me olha torto ou mexe comigo”. Assim, M evita conviver com as pessoas devido a suas “confusões” e justifica: “quem tá nessa vida é assim mesmo” referindo-se ao envolvimento com o tráfico de drogas.

5.3.1.3 A função materna e paterna

A trama familiar de M se constitui com uma mãe da qual há o silêncio, o gozo mortífero do uso abusivo de crack, o que a leva a trajetórias de rua e a deixar a família, situação que se repetiu algumas vezes. Para M, fica a marca do abandono, demonstrando seu lugar de dejetos para o Outro materno. Karine não consegue transmitir a função de um cuidado particularizado a M, assim como não consegue cuidar de si, apresentando a pulsão de morte sem bordas com a qual leva sua vida.

A partir do envolvimento no tráfico de drogas, o padrão do tráfico intima M a cometer muitos homicídios, e ele os executa. Após cada assassinato cometido, o adolescente apresenta um traço de sua singularidade em uma busca incessante. Ele procura as mães dos jovens que executou, e, realiza ao longo das conversas a mesma pergunta: “O que você gostaria que acontecesse com quem matou seu filho?” Todas as vezes, tem como resposta: a morte! Essas mães desconhecem ter sido M o responsável pelas mortes, já que quando comete os homicídios, ele usa um pano preto enrolado na cabeça. Tendo como referência o que escuta das mães, M afirma que sabe ser errado o que faz, mas que, na falta de outras saídas: “tem que pagar com a vida”. O que será que M busca? Seria uma reiteração da morte? Ou uma outra resposta materna?

No episódio em questão, o gozo de M parece se articular na busca por uma resposta sobre o ponto indiscernível do desejo da mãe. O desejo da mãe é uma incógnita, impossível de ser respondida pelo Outro que pode retornar de forma insensata através de uma voz grossa. Dessa forma, o ato de M parece se dirigir orientado pelo supereu materno, na tentativa de se localizar como objeto desse desejo da mãe. Esse adolescente parece estar capturado nesse ponto, repetindo o ato de matar para poder perguntar. A cada ato, M mata o filho da mãe.

O fragmento do caso M evidencia a origem da pergunta dessa pesquisa, sendo tomado como modelo, ao constituir-se como singularidade em relação aos demais adolescentes. M é um adolescente que está no desamparo, não há um desejo que o humanize, que o inscreva em um lugar no mundo que fizesse sentido sua existência. É possível pensar que M busca realizar esse lugar indesejado, de filho do anonimato no mundo, com o qual se depara. Isso poderia

advir como se houvesse uma justificativa pela qual não deva existir, diante do desejo de sua mãe de que M jamais devesse ter existido, já que não houve essa inscrição de um lugar para esse adolescente no mundo. É possível pensar que o adolescente segue executando outros jovens e perguntando repetitivamente, a cada vez, a mesma questão: o que quer uma mãe? Essa é a questão que não pode ser respondida, essa dimensão do enigma do desejo do Outro ao qual sempre haverá um resto real impossível de responder. Além desse resto, como o impossível de apreender do desejo do Outro, há também a culpa, seguir o destino traçado de pagar com sua vida. M não tem a dor de existir, mas a culpa por existir. A culpa é uma forma pura da manifestação do supereu que, com Lacan, é possível avançarmos ao pensar o campo da responsabilização como essa habilidade de responder pelo que foi realizado.

A vontade tem afinidades com a feminilidade, com o gozo infinito e sem mediações. Como já trabalhado, uma das formas da vontade se apresentar é através do capricho, dimensão fora-da-lei (Miller, 2001, p.82). Desse modo, a relação de uma mãe e seu bebê pode estar contaminada pela pulsão de morte. No caso M, certamente, a relação da mãe com seu gozo mortífero é algo que se apresenta. Nos contatos e conversas com outras mães elas indicam o caminho, traçam um destino da ordem de ferro: para pagar pelo ato cometido, somente a morte. As palavras dessas mães marcam M e ele reafirma o que foi explanado por elas como uma voz imperativa.

M talvez se encontre no lugar de dejetos do par familiar e parece buscar no encontro com outras mães, uma mãe que lhe transmita algo do dom do amor ao invés da ausência de um lugar na vida. Busca uma resposta diferente do “morra”. Diante da repetição do ato de matar em que nada se inscreve, ao tentar buscar outro modo de funcionamento sem ser o fora da lei transmitido pela família, M termina por se deparar com a vontade de morte das mães dos jovens que executou, reforçando ainda mais sua ausência de saídas: tem que pagar com a sua própria vida.

O pai biológico de M era envolvido com o tráfico, escondia drogas e armas na casa dos vizinhos, brigava com sua mãe tendo, uma vez, acertado na mãe de M uma facada. O pai é assassinado devido ao envolvimento com o tráfico quando M ainda era criança. Dessa forma, o discurso que M tem sobre quem foi seu pai retrata a repetição de sua história: o pecado do pai, a falta de mediação na relação com o outro, o envolvimento no tráfico e um caminho do risco e da morte. O padrasto, Pedro, é a quem o adolescente considera e chama de pai. Porém, não parece exercer a função paterna, sua fala não parece marcar um lugar de exceção na inscrição da lei para M, ou para sua mãe. Pedro por diversas vezes é aquele que se angustia e tenta unir a família, preocupando-se com M e procurando por Karine pelas ruas e

serviços de atendimento nas diversas vezes em que ela está em trajetória de rua e tendo abandonando a família. Não importam as falas de Pedro para que Karine se cuide, fique em casa e pare o uso abusivo de drogas, assim, Karine desbanca a fala do companheiro, fazendo com que suas falas não tenham nenhum valor. O que parece prevalecer na transmissão materna e do pai biológico é um gozo desregrado, que conduz o sujeito até o limite do imperativo de gozar e da proximidade com a morte.

5.3.1.4 Índices do supereu e criminalidade

Aos doze anos, M iniciou sua trajetória de estar na “atividade”. Ficava de olheiro e avisava quando alguém do grupo rival ou a polícia estavam chegando “eu via muitos homicídios, acho que fui me acostumando com isso”. Em pouco tempo, começou a levar drogas de um local a outro como “aviãozinho”, depois, a vender drogas. Certo dia, o “patrão” manda que M assassine um homem dizendo-lhe “nessa vida você mata ou morre”. M ficou sem saber o que fazer, pensou em sair do território, ir morar na casa de uma avó, mas depois pensou “eu não fiz isso tudo pra morrer na praia”. Por isso, a entrada de M no tráfico, como “guerreiro”¹⁶ está marcada pelo que nos parece se tratar de um imperativo “matar ou morrer”. Concomitantemente, M traz a dimensão da morte, mesmo que seja como metáfora: não entrar para o tráfico seria “morrer na praia”. Assim, M assassina o jovem que o “patrão” encomendou matar com vários tiros, quando o outro homem estava montando sua moto. Ao se decidir por matar o homem encomendado pelo “patrão”, torna-se seu “guerreiro”. Após esse primeiro homicídio, ele inicia uma série de assassinatos. M é fiel à ordem do “patrão”, e em diversas situações sua vida ficou próxima do fim. A entrada para o tráfico no posto de guerreiro lhe dá um outro lugar no grupo e o atravessamento pela experiência de um gozo inédito, matar o semelhante, torna-se um ato divisor entre um antes e um depois. Sobre os relatos nos quais sua vida estava em risco, as ameaças de morte que ocorriam a M, é possível pensar, como pontua Lacadée (2011), que essas situações de risco, são tentativas simbólicas dolorosas de se interrogar sobre o valor da vida.

Em uma das situações nas quais M esteve com sua vida em risco, um policial com uma arma apontada para sua cabeça disse-lhe que o mataria, se M puxasse o gatilho da arma que tinha nas mãos apontada para outro jovem envolvido no tráfico. Em várias ocasiões, M justificava os assassinatos afirmando: “se eu não matar, depois o patrão me mata” já que “nessa vida não pode vacilar”. Assim, M aceita o destino traçado pelo “patrão” do tráfico, que

¹⁶ São aqueles que trabalham para o patrão, o chefe do tráfico, e cometem os homicídios que o patrão do tráfico de drogas ordenar executar.

opera na mesma lógica do matar ou morrer, já que a condição que se apresenta é equivalente a obedecer ou morrer. Dessa forma, contata-se que o “patrão” não é um pai, sua voz transmite um nomear-para: ser o guerreiro dele e direciona uma função a ser realizada: execute! Evidencia-se então a transmissão de uma ordem sem dialética, uma ordem de ferro. M funciona de forma obediente ao imperativo da lei que o comanda “nessa vida você mata ou morre” e nessa ordem de comando que nos parece superegóica mata para não morrer e consequentemente traça a repetição de matar até o dia em que poderá vir a ser morto.

Na situação relatada, M atira, mata o outro jovem, o policial foge, devido a um terceiro jovem envolvido no tráfico, localizado em uma posição privilegiada, acima de uma laje que poderia atirar no policial. É possível perceber que, na ordem do “patrão”, de “matar ou morrer”, há aparentemente uma condição, de estar de um lado ou do outro. Entretanto, a cada vez que M executa a ordem do “patrão” de executar um outro, é uma forma de não ser executado. Assim essa ordem não tem dialética, e nenhuma medida, a voz vem com o gozo do Outro do tráfico: cumpra-se ou morra! Já no caso das mães, não há nem mesmo essa possibilidade mínima de matar ou morrer, já que há o imperativo de gozo dessas mães com a afirmação “Morra!” Querendo que morra quem matou seus filhos. As falas das mães e do “patrão” repetem o lugar de um Outro degradado e nocivo para esse sujeito aponta do por Miller (2015) ao se referir a desidealização atual de uma realidade imoral. O Outro feroz, que exige que ele execute o homicídio e se torne o executado. O imperativo Goza se apresenta em sua versão mortífera.

M se recorda de uma cena na qual indagou insistentemente ao “patrão” a razão para a encomenda de uma das mortes. O “patrão” não quis lhe contar, o agrediu e ameaçou mata-lo. A partir desse dia, nunca mais perguntou. É possível pensar que M se encontra numa posição de objeto frente ao “patrão”, impossibilitado de vacilar, perguntar e se apresentar como sujeito.

Até o momento, o adolescente não foi apreendido por nenhum dos homicídios cometidos e, tomando sua forma fora-da-lei do pai, de lidar com as questões que se apresentam, M fez duas promessas em sua vida. A primeira, matar os cinco homens que mataram sua tia, em uma situação horrível, na qual M estava com os olhos vendados, ajoelhado, ao lado de sua tia, dentro da sua casa, quando a executaram. Conta que já matou um desses homens, descobriu quem é o outro e com relação aos próximos, vai continuar procurando para cumprir a promessa. Diz que “não tem medo de morrer” e “não é de se arrepender e nem de quebrar promessa”. Nessas outras duas frases é possível perceber o

estatuto de verdade e de imperativo atribuído a elas. Associadas a funções a serem cumpridas: não ter medo e realizar o que foi prometido.

Ao longo dos atendimentos, ele percebe que a promessa de matar quem matou sua tia era algo que tinha feito para si mesmo e que sua tia não gostaria que ele matasse. A outra promessa realizada por M é matar seu tio, “porque todos falam que foi ele quem matou meu pai”. Segundo Ramirez (2007) ao se referir aos matadores de aluguel na Colômbia (sicários), as transformações do gozo em linguagem transmitidos pela família passam pela pulsão de morte, de forma que o outro passa a ser percebido como inimigo, primeiramente na família, nas figuras próximas como a mãe, o pai, irmãos e depois são projetadas no outro social. O autor aponta ainda que a agressividade não renuncia a uma satisfação direta nesses casos, passando pelas figuras do entorno familiar e pelas do grupo que são seu segundo espaço de socialização. Os apontamentos relativos aos matadores de aluguel coincidem com esse caso em que o adolescente se envolve com o tráfico e se torna “guerreiro”. A forma de M resolver suas perdas e de pagar pela “vida errada” é também com a morte. Sobre sua questão com a morte, ele sente que descansa melhor e fica mais relaxado no local onde reside atualmente. Já na região onde tem envolvimento com o tráfico fica tenso, ele não dorme bem e tem sempre algum “guerreiro” por perto, funcionando como um guarda-costas, caso alguma coisa aconteça.

Sobre as razões que teriam levado M a entrar no tráfico, relata do acesso a “mulheres, dinheiro, motos” e o modo como o “patrão” lhe permitia acessar a esses objetos. As mulheres são vistas por M como mais um *objeto a* para ser consumido e para acessar o gozo já que elas são, para ele, todas “piriguetes”. Segundo Ramirez (2007), nesses casos há uma identificação ambivalente com o “patrão” do tráfico a partir da admiração sentida por sua figura e do acesso ao gozo sem limites. O gozo “ilimitado é hoje o que ocupa o lugar de comando. O Outro Social por meio do consumo [...] produz uma série de objetos [...], que cumprem a função de tamponar a castração” (GREISER, 2007, p.3). Os imperativos de gozo ofertados dinheiro, moto e mulheres, apresentam-se como exigências do Outro social precisamente no momento da adolescência, dessa delicada transição na qual o sujeito tenta se desvencilhar do Outro da família e busca encontrar outras saídas.

Como possibilidade de saída dessa vida, M pensa em vender a parte da boca que controla e isso também seria uma forma de se separar da ameaça de morte. Entretanto, teme por sua família, já que o jovem que está ameaçando-o tem conhecimento do local onde estão residindo. Há também outra questão que dificulta sua saída do envolvimento do tráfico, seu filho recém-nascido reside na parte que ele comanda do tráfico e, caso M saia, não poderá

mais voltar. É pertinente perguntar: esses adolescentes, que tão jovens enfrentam a morte, sabem dos riscos e “estão nessa vida”, como afirma M, teriam os filhos como uma forma de dar continuidade a sua existência? Ou o modo como esses sujeitos vão se haver ou não com a questão da vida adulta, assumir a paternidade e assumir um outro lugar, como homem, realizaria um curto-circuito com o tempo de compreender a adolescência?

Essa trama familiar de M apresenta situações graves como: presenciar a cena na qual sua tia é morta, ter parentes como o tio e o pai envolvidos com o tráfico, sendo seu tio suspeito de matar o pai de M. Diante disso é possível pensar que o Outro é interpretado como mal e em relação ao qual não é passível de se confiar. O que M repete ao ingressar e atuar em um grupo do tráfico.

As “confusões” vivenciadas por M retornam no campo da agressividade e da agressão na relação com os semelhantes. O adolescente às vezes sai com os colegas e alguns não têm dinheiro para pagar as contas, então brigam. Mas, no final, alguém acaba pagando pelo colega que estava sem dinheiro. O mesmo ocorre no baile, se dois deles querem uma mesma mulher eles brigam, mas no final da briga, é ela que escolhe com quem fica. Esse ponto revela os enlaçamentos frequentes de vários adolescentes envolvidos no tráfico: as críticas, provocações e situações nas quais, diante da falha e do erro, o outro é xingado e frequentemente a consequência são agressões físicas, desavenças e brigas. Esse ponto é importante para se perceber algo universal entre esses jovens, como modo de socialização no momento em que têm que lidar com a falta e a castração.

Ramirez (2007) afirma que os sujeitos envolvidos no tráfico passam do jogo imaginativo ao jogo da morte, processo em que ocorre uma transição imaginária e em que se afirma um sentimento de imortalidade, ao mesmo tempo em que sabem que devem gozar até o limite, pois, sua vida será curta. M afirma frequentemente: “não tenho medo de morrer”, fala sobre os bailes que frequenta, as mulheres que consegue facilmente. Sobre a maioridade penal relata não se importar: “falta um ano pra eu fazer 16, muito tempo”. Essa colocação nos demonstra uma certa indiferença a lei jurídica e como o envolvimento com o tráfico tem relação com os objetos e não com uma delimitação de ideais entre ricos e pobres, nem referência a lógicas de justiça pelas próprias mãos.

A existência de M apresenta-se colada na ordem de ferro do “patrão”: “matar ou morrer”, então ele mata para não morrer. No século XXI aparecem outras formas de apresentação dos sujeitos, que estão marcados pela ordem de ferro, nomeação que aprisiona os sujeitos numa dimensão de apenas um significante. Há uma substituição da própria função da lei, “por uma ordem que substitui o nome-do-pai em uma função de laço” (GREISER,

2007, p.7). É na lição em 1974 que Lacan substitui o pai pela função de nomeação. Essa ordem de ferro, diferentemente da lei do pai, não tem lei, é rígida, totalitária, obscena, feroz e sem dialética. A morte, no caso de M, como único caminho e condição, um caminho já traçado. Esse caso aponta a mudança do ordenamento dos sujeitos na atualidade, uma ordem que substitui a lei do pai já que não parece haver a transmissão do desejo articulado à lei.

Segundo Zenoni (2007), a função do pai é a mediação entre o desejo e o interdito, o que limita o sem limite da lei de que tudo fosse codificado, normatizado e explicado, ao mesmo tempo em que também limita a concepção de que tudo é permitido e possível. Dessa forma, a lei do pai, ao se constituir a partir da dimensão simbólica e dialética, permite a singularidade, a diferença, a possibilidade de os sujeitos circularem na cadeia significante, já que sempre haverá um ponto de furo e não há significante que nomeie o sujeito completamente. Já a ordem de ferro é imperativa, uma forma de os sujeitos se apresentarem como o caso de M, “matar ou morrer”, mas que não os representam subjetivamente.

Essa nova ordem de ferro, do “nomear para” consiste numa indicação a ser seguida, uma tarefa, uma função a ser atribuída e realizada pelo sujeito. Essa marca tirânica, vem a se impor e ditar um caminho a ser traçado e executado: “matar e morrer”. O curso já determinado não permite espaço para a criatividade, nem para a subjetividade desejante ou para o amor. O capricho impera atravessando a possibilidade de que algo possa faltar e marcar um espaço, no qual o sujeito não fique fixado a apenas essa lógica que venha reconhecê-lo. A lógica do funcionamento do tráfico de drogas é um caminho encontrado por M, mas que repete uma lógica de funcionamento da ordem de ferro na qual não se aceitam faltas e os adolescentes são cada vez mais colocados para exercer uma função. Exemplo disso decorre do momento em que M resolve perguntar ao “patrão” a razão de uma das encomendas de morte e tem como retorno e resposta a ameaça à sua própria vida.

Ao longo dos atendimentos, M começa a se surpreender um pouco, dizendo algumas vezes: “nunca pensei sobre isso” ao se referir às noites em que dorme mal em função do medo de algum ataque do grupo rival e da possibilidade da morte. A saída do território no qual comandava a boca do tráfico e o encontro com a oferta da palavra, permitiram ao adolescente se distanciar minimamente e pensar no modo em que estava vivendo.

Através da ética da psicanálise pode-se pensar na busca de uma escuta do sujeito em sua singularidade e nos modos de estabelecimento do laço social com o Outro, o que constitui uma tentativa de ir à contramão dessa ordem de ferro. É fundamental, nos atendimentos, auxiliar o sujeito a relativizar o peso de um destino já traçado, no qual o único caminho e encontro é a morte, para que outras soluções possíveis possam ser construídas.

5.3.2 Caso L: Serás um criminoso!

5.3.2.1 História de vida

L é fruto da relação amorosa de um casal que residia em regiões rivais do território de sua comunidade. Apesar dos pais se gostarem, a relação foi breve e desde seu nascimento seus pais não estavam mais juntos. L foi criado por sua tia paterna, à qual chama de mãe e por quem tem muito afeto. Aos 8 anos, diante de uma desavença entre seu pai e sua prima, filha de sua tia paterna, L foi residir com o pai, sua madrasta e seus dois irmãos por parte de pai, que são crianças. Tanto a tia paterna como o pai de L sempre insistiram para que ele estudasse, entretanto, essa tia o castigava quando não cumpria suas tarefas, enquanto o pai o agredia fisicamente.

Durante a infância, sua mãe tentava vê-lo, mas na maior parte das vezes o pai de L não permitia que isso acontecesse. A mãe biológica conversava com L pelo telefone, dizia que queria vê-lo, mas que o pai não deixava. Ela tem a tatuagem com o nome dos filhos inscrita em seu corpo. Certa vez a mãe de L foi ao Conselho Tutelar para questionar as agressões que o filho sofria por parte do pai, mas não houve maiores encaminhamentos dessa questão.

Aos 14 anos, após “aprontar” mais uma vez na escola, L decide que irá morar “na casa de sua mãe”, a qual estava presa já havia dois anos devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. Ao pai L deixa uma carta, e muda-se para essa “casa da mãe” onde residia a avó materna e o irmão também adolescente.

L ficou sem falar com o pai dos 14 aos 16 anos, quando, diante de um contexto de guerra no território, voltaram a conversar. A única que não tem mais envolvimento com o tráfico, mas esteve por muitos anos, é sua avó, que atualmente grita e briga pedindo para que parem e saem do tráfico, mas não é escutada.

5.3.2.2 A função materna e paterna

A tia paterna foi quem sempre criou e cuidou de L. Ela parece dividir com a mãe biológica a função materna, como nos demonstra o adolescente “eu tenho mais amor assim mesmo pela minha tia...eu chamo ela de mãe e tudo”. A tia que olhava por ele, dizia para ir à escola todos os dias, se preocupava, deixava de castigo quando “aprontava e matava aula”, por ser muito “encapetado”. A tia-mãe era quem fazia a comida regada de afetos e carinho, “fazia todo tipo de comida boa que você puder imaginar”. Ao se mudar para a casa do pai com 7, 8 anos, L sentiu “falta de tudo, de não morar mais com minha tia”. Constata-se que a

tia transmitiu o dom do amor a L, restando enigmático e indistinto o desejo da mãe biológica por esse filho.

Na casa do pai, L ficava em um lugar à parte, “tipo lá em casa eram dois andar, aí meu pai morava em cima com minha madrasta e com os filhinhos e eu tipo morava sozinho em uma casa separada em baixo”. L se recorda do pai comprar objetos para os filhos menores, para sua madrasta e nada para ele. Justifica “meu pai achava que eu era muito levado”. Compara a vida na casa do pai com sua vida na casa da tia. Da tia-mãe não se importava com os objetos que ela pudesse comprar para ele, o que mais importava era “o carinho” que tinha por ela e que havia nessa relação. O pai funcionava como aquele que o deixava a maior parte do tempo sozinho, “só trancado dentro de casa”, sem poder sair, sem ver sua mãe ou jogar bola. Os pais brigavam, já que sua mãe biológica queria vê-lo, e o pai permitia apenas quando bem entendia, raramente. Mesmo para jogar bola L afirma: “eu tinha que pedir, às vezes ele deixava e às vezes não”.

Para corrigir o filho, diante de faltas na escola, notas ruins ou bagunça, o pai batia nele. Isso marca a relação de L com o pai “meu pai, ele era, era nó...ele era mais, mais...como é que fala? Ele era mais rigoroso pra falar a verdade. Rigoroso com tudo comigo... com as coisas que eu tinha que fazer na escola”. Faltam palavras para dizer dos caprichos e excessos do pai, não havia medida, “ele só parava de bater quando queria. Era ruim demais...toda vez era muito. Eu ficava roxo, algumas vezes com “hematomas”. As agressões eram “com pedaço de pau, com fio de luz, com mangueira de água”. Não importava se L gritasse ou não, se pedisse para parar, era a desmedida do pai, que batia de acordo com sua vontade de gozo.

A solidão de L aumentava. Ele foi uma criança que, desde os 7, 8 anos até o início da adolescência aos 14, residiu sozinho, sendo chamado para a casa do pai, que ficava no andar de cima, apenas nas refeições. Ele convivia o mínimo possível com seus meios-irmãos, já que a madrasta não permitia. Ela “achava que seria má influência” L ficar perto dos filhos dela. Quanto a isso, seu pai nada dizia.

L recorda uma vez, aos 11 anos, quando conseguiu visitar sua mãe, ficou dois dias em sua casa, mas seu pai ameaçou agredi-lo onde o visse. E a partir dessa ameaça, L volta a morar na casa sozinho. Afirma que a ideia de morar com a mãe vinha do quão ruim era residir com seu pai.

Como já foi dito a decisão de sair da casa do pai veio aos 14 anos, a partir de uma ocorrência na escola, L sabia que iria apanhar. Decide por arrumar suas coisas, escrever uma carta para o pai, na qual afirma que iria morar na casa de sua mãe, que o pai bate nele demais, e não iria mais residir ali. As falas do pai que restam entre tantas agressões foram “não se

envolva com o tráfico” e a justificativa para que L não fosse ver à mãe era de que “ela morava em uma boca de droga, (...) morava perto de uma boca de droga”. Por dois anos não se falam.

Com a genitora presa, a decisão de “morar na casa da mãe”, conviver com uma avó com quem nunca se dava bem e nem tinha proximidade, bem como, com o irmão adolescente faz com que L comece a sentir que “estava muito pilhado” e que seu irmão contribuiu para “pilhar ainda mais”. Assim se dá o momento de entrada e envolvimento de L com o tráfico. Nessa época a avó nada fala sobre isso.

Quando L está com 16 anos, sua mãe sai do sistema prisional após o cumprimento da pena. Sobre esse momento L afirma “eu pensava que minha mãe ia sair e ia ser melhor”. Quando questionado sobre o que seria melhor, sobre o que esperava que fosse, L não consegue responder. L não consegue dizer, já que não consegue traduzir o desejo do Outro, porque o desejo do Outro é por estrutura intraduzível.

No momento da decisão de sair da casa do pai, L não retorna para a casa da tia – mãe, a tia paterna que o criou, mas para a “casa da mãe” biológica. É possível pensar que diante do ponto inapreensível do desejo da mãe, L no momento da adolescência, de reatualização do complexo edípico e do gozo, resolve ir para a casa de sua mãe, a qual sempre disse que queria vê-lo e tê-lo por perto. O ponto de desorientação nesse momento do “ficar pilhado”, de não tratado, parece ter relação com o que resta de enigmático do campo do Outro, a partir dessa divisão das mães, entre a mãe biológica e a tia-mãe. Essa situação parece deixar uma incógnita, um ponto inabordável, sem resposta. Haverá sempre algo que resta enigmático do desejo da mãe, intraduzível, para qualquer sujeito. Aqui se evidencia a singularidade com que esse impossível ganha forma para L. Quando L acredita que, ao retornar à casa da mãe, irá encontrar a resposta a seu lugar face a esse desejo, quanto mais acredita que isso vai ganhar tradução, mais ele se “ferra, fica pilhado”.

Mesmo que a tia-mãe de L tenha funcionado enquanto substituta da função materna, o vetor de orientação do desejo, que é a função do pai não parece operar sobre a indistinção que reina no campo do desejo materno. O pai é um pai excessivo que bate quanto e até quando quer, até quando se cansar de bater em L, que deixa o menino ver a mãe quando bem entende, de forma caprichosa quando quer e acha que é o momento. Então, esse pai que devia funcionar apontando uma orientação do desejo, funciona apontando a direção do gozo.

No início desse ano a região em que L reside entrou em guerra no tráfico de drogas, “saiu até na televisão”, afirma L, demonstrando a gravidade da situação e o alto número de homicídios ocorridos. A partir desse momento, o pai volta a falar com L, dizendo para que o filho tome cuidado, mas nada diz sobre não se envolver mais no tráfico. L guardava muita

raiva do pai pelas agressões violentas que sofreu. Uma marca que os pais deixam para L é a falta de palavras, a falta de conversa “eu nem converso muito com minha mãe não, porque ela não me criou”, “o meu pai eu nem converso direito com ele não”.

5.3.2.3 Índices do supereu e criminalidade

O envolvimento com a criminalidade para L começa com a “pilha”, a saída da casa do pai com seus excessos e caprichos, a fala do pai de que não poderia ver sua mãe biológica por “ter que passar pela boca de droga para chegar na casa dela”. Da sua avó materna, nesse momento de entrada no tráfico há o silêncio, interpretado por ele como “ela deixou”. L começa guardando drogas em casa para os outros, fazendo aviãozinho, um dia ficou na boca vendendo droga, achou que seria somente um dia, mas continuou até hoje “primeiro você começa ralando pros outros, aí depois você vai conquistando né, o seu lugar, aí começa a subir”. Quando a família percebeu o envolvimento de L que começou a partir de um colega, a família não ficou surpresa, já que todos eram envolvidos. Apesar disso, L se lembra que tanto sua avó materna, que tinha envolvimento, quanto sua mãe biológica e seu pai falavam para ele não se envolver. L afirma que apesar dessas falas, para ele “não se envolver, ele está envolvido até o pescoço”.

Na tentativa de se separar dos excessos de gozo do pai, caprichoso que funciona como uma lei da mãe, L retorna para a casa da mãe na busca de um ponto de regulação, de orientação. Há a raiva do pai e o retorno do supereu nessa forma de agressividade, como exigência superegóica. L fica “pilhado” já que o supereu paterno é o vazio de orientação, encarnado no excesso, o supereu materno parece inflar no campo imaginário e comandar o gozo de forma insensata. Do pai, a transmissão ocorre no campo do gozo ao invés da regulação, assim, ao se voltar para a mãe, quanto menos o adolescente entende o enigma do desejo da mãe, mais fica inquieto, mais essa inquietação retorna sobre ele como “pilha”. O supereu materno parece ganhar a forma da agressividade dirigida ao eu.

A questão superegóica do caso parece se apresentar no imperativo de uma voz grossa, fora da dialética, que vocifera: serás um criminoso! O supereu regulador, que seria introduzido de forma identificatória com o pai, não se apresenta na forma de regulação. O pai transmite o gozo, ele é desmedido, o que formula-se para ele como uma exigência superegóica é “sejas um criminoso” que é onde tanto o pai, quanto a mãe, quanto a avó gozam do corpo dele: o pai bate, a avó briga e grita, e todo mundo vocifera: “não se envolva com o crime”. Dessa forma, parece que o único caminho indicado, é sejas um criminoso, já que para o inconsciente não existe negativa. Assim, o imperativo do gozo, seja um criminoso, parece

localizar L no campo do Outro e nesse momento da adolescência L busca interpretar essa situação. Mesmo quando pensamos na tia-mãe e na madrasta, para a tia-mãe ele era “levado”, “encapetado” para a madrasta “má influência”.

Além disso, a avó de L envolvida, também apontava para a direção da criminalidade com sua fala de “não se envolva”. Entretanto, quando o neto começa a ficar pilhado e a se envolver ela “deixa”. No primeiro capítulo da investigação, trouxemos uma situação em que o supereu do sujeito advinha dos avós. No caso de L isso parece ocorrer, o imperativo, “Serás um criminoso” da avó se confirma e os pais funcionam apenas como mediadores dessa transmissão.

É possível pensar que talvez a mãe de L só mediasse a transmissão do desejo criminoso da avó e, tanto o pai quanto a mãe, reenviam o adolescente àquilo que se inscreveu na terceira geração. Hoje a avó precisa gritar, mas já passou o tempo da inscrição, isso está dado. L não gosta e nem escuta essa avó. Ele vai em busca do enigmático do desejo da mãe que é vocalizante só que não faz função. O shofar é em nome de, a transmissão do ponto vazio, enquanto L parece estar submetido à “cabecinha desmiolada da mãe”, em que o social toma prevalência de nó (Lacan, 1974) e aí há a marcação de um destino atravessando as gerações que é o que captura L.

Para L, há dificuldade de sair do envolvimento com o crime “é fácil pra entrar nessa vida né, mas pra sair...é difícil largar né...é dinheiro é muita coisa”. Fica pensando como seria sua vida quando “largar tudo”. L ganha muito dinheiro no tráfico. Reflete que em um emprego formal terá que “ralar o mês todo para ganhar o que ganha em uma semana” no tráfico. Sobre os pais serem envolvidos, L afirma que cresceu assistindo “a vida boa deles”, assim “pensava que também podia ter uma boa vida” e o “caminho mais rápido era pro crime”. Dessa forma, afirma que essa situação de assistir o acesso aos bens materiais “incentivou” seu envolvimento. Além desse motivo, tem a questão do dinheiro, de ver as pessoas passando na rua com carro, moto, ostentando no baile e sempre voltava a vontade de ter as coisas. L se situa no campo do ter o falo, ter as coisas, poder de consumo. Da família há o imperativo de gozo “sejas um criminoso”, do social o imperativo de gozo, “Goza!”. Compre mais, tenha mais, ganhe mais.

Sobre os riscos que corre, L fala que é necessário, “coragem”, “não dar mole”. Sobre a guerra que houve recentemente no território afirma que “tinha que fica ligado por causa dos carros. Se tiver de moto, eles te jogam no chão e te matam. Porque aqui todo mundo sabe quem é cada um, cada um”. E afirma o destino desse caminho, “mas você sabe se você ficar

vai ser ruim pra você”. O pai nunca foi preso, mas sua mãe sim. L ficou em internação provisória 21 dias “ruim demais, tem nada pra você fazer”.

Sobre a guerra, L conta:

“A guerra começou há muito tempo atrás mesmo, mesmo antes d’eu nascer. O patrão daqui matou o irmão do patrão de lá, aí desde então, estamos na mesma guerra. Aí, os dois ‘patrões’ tão preso, mas vamos supor, cada vez que encontra em show, pracinha, existe rixa né, aí já parte pra briga, tiro e pra guerra. Aí é assim. Aí independente de tá envolvido naquela treta, você entra na guerra porque é tudo junto né?”.

O adolescente nos relata a forma das regras e as leis de ferro que o envolvimento com o tráfico implica, se está de um lado e encontra alguém do outro grupo, é o suficiente para sustentar uma guerra, mortes de pessoas que são do outro grupo. L afirma que no grupo onde está “são menos covardes”, não assassinam entre eles. “Não pode vacilar tipo criar dívida, tem que pagar”, mas apresentam chances de quitar a dívida, “te dão um plantão a mais e você vai de graça pra pagar”, “xisnovar, não é bem visto”, nem “sair devendo”. Há também a restrição de circulação “ninguém circula do outro lado porque isso também gera guerra, vão achar que eu tô folgando”. Esses ordenamentos de ferro ditam as condutas dos adolescentes.

Recentemente L vendeu sua moto após sofrer um acidente. Afirma que o dinheiro que ganha ele guarda. Pensando em uma possível direção do tratamento, seria importante fazer vacilar esses imperativos de gozo, que levam o adolescente a estar permanentemente em risco de vida. Apresentar outros lugares, alguma fala da avó, da mãe ou do pai que indique outro caminho, porque aí, ele pode aplacar um pouco essa exigência. L está dividido, mas não está decidido. Deseja algo diferente, pensa em guardar o dinheiro e tem o ideal de uma casa. Esse é o projeto fora do campo alienante do Outro, e já é a apropriação de um outro lugar. Ele dono de uma casa, patrão de sua própria casa é diferente, e abre para a possibilidade de um outro caminho.

5.3.3 Caso os *crias* da favela: crias das mães

5.3.3.1 História de vida

Os *crias* são um grupo de jovens, que se batizaram / nomearam com esse nome. É frequente em algumas comunidades os jovens se chamarem ou existir a expressão de “crias do morro, crias da favela, crias da quebrada”. Entretanto, esse grupo tem uma história e um funcionamento muito singular.

Na história dos *crias*, as mães têm grande importância e sobre os pais pouco se sabe. Muitos jovens não sabem quem são seus pais, não têm o sobrenome paterno. E as mães acreditam que, dar o sobrenome do pai ou reivindicar uma pensão, seria uma forma de dar

valor, dar um título a quem não teria esse direito, uma vez que não teriam auxiliado na criação dos filhos. Essa história perpassa a vida de uma comunidade, e se apresenta até mesmo para aqueles que não se nomeiam como os *crias*. Em um dos casos identificados, isso se evidencia na demanda de um jovem que busca obter o reconhecimento de paternidade. Ele toma conhecimento de que sua mãe não realizou o seu registro por ter sido ameaçada de morte, por seu provável pai. Assim, temos nessa situação, tanto mães que querem os filhos somente para si, à revelia dos pais, quanto pais que se destituem de qualquer implicação e compromisso com a paternidade.

No passado, a região em que a comunidade veio a existir era um balneário, com cassinos, clubes e chácaras aos arredores. Em certo momento, uma região vizinha começa a ganhar visibilidade, investimentos e repercussão. Essa região do balneário que era isolada, mas frequentada, passa a ficar esvaziada. O mito que funda essa comunidade não tem uma revelação clara, mas há uma construção de que, aqueles que vêm de fora devem ser temidos, evitados, não se devem deixar entrar na comunidade, são “estrangeiros” e não se pode confiar. Os *crias* marcam essa diferença, são aqueles que foram criados nessa comunidade, diferentemente dos outros que vêm de outros lugares. O grupo se funda em torno dessa diferenciação deles com os outros, “estrangeiros”. Os *crias* eram responsáveis por “biqueiras”¹⁷ do tráfico, se defendiam daqueles que, vindo de fora, poderiam vir a tomar seus pontos de drogas. A partir da prática ilícita do tráfico, os *crias* foram presos, o que levou suas mães assumirem a frente das “biqueiras”.

Eram quatro mulheres, parece que tinham laços de parentesco fortes, provavelmente irmãs, de forma que entre elas não havia rivalidade alguma. Até hoje na comunidade há mulheres da região com o apelido de “avós do tráfico”, e o saber popular diz que eram responsáveis pelo comando do tráfico de drogas na região. Em um dado momento, a polícia começa a solicitar propina para que as “biqueiras” continuassem funcionando. Essas mulheres negociam e mantem as “biqueiras” em funcionamento. Em um segundo tempo, os policiais decidem por tomar as “biqueiras”, expulsando as mulheres desse posto de trabalho fora-da-lei e assumindo os lucros e o trabalho ilícito para si. Assim, algumas dessas mulheres permanecem na comunidade, enquanto outras resolvem sair.

Com o passar dos anos, alguns dos filhos dessas mulheres crescem, outros saem da prisão. Muitos deles eram primos, se envolvem no tráfico de drogas local, mas sem assumirem posições de poder. Insatisfeitos com os desmandos, a forma como o tráfico vinha

¹⁷ “Biqueiras” ou “bocas” são as gírias relativas aos locais nos quais ocorrem os pontos de venda de drogas.

se organizando, são constantemente convocados a “tomarem de volta o que era de suas mães”, a “não deixar por isso mesmo” e como ato heroico pensam em tomar alguma atitude para que, a partir de então, voltassem os *crias* a comandar. Os *crias* da favela, *crias* da comunidade.

Um “estrangeiro”, vindo do Rio de Janeiro, se dizendo do Comando Vermelho, auxilia esses adolescentes através de contatos, armamento e até mesmo um estágio no Rio de Janeiro, na “vida do crime”. Houve então um grande confronto, uma “guerra”, na qual houve muitas mortes na região. Os *crias* ganham esse confronto, eram adolescentes muito novos, funcionavam enquanto um grupo horizontal, no qual não era possível identificar nenhuma liderança entre eles. Costumavam realizar roubos de cargas e carros, além do tráfico.

A partir de dado momento, o grupo instituiu uma sanção, um ordenamento na comunidade chamado “pau no gato”. Diante de situações que o grupo considerasse que as pessoas estavam exageradas e aprontassem, o grupo dos *crias* avaliava, e aqueles considerados errados, sofreriam agressões físicas muito violentas. Algumas situações que justificavam para o grupo o “pau no gato” eram: mulheres gritando na rua por causa de homens; agressões físicas cometidas por um homem a uma mulher, se ela fosse considerada desmerecedora da agressão; usuários abusivos de drogas ou usar drogas antes da meia noite; praticar roubos e furtos dentro do aglomerado; meninas com roupas curtas demais; e ações que pudessem vir a chamar a polícia para a região, também não eram aceitas. As agressões eram realizadas em um beco específico, através de um corredor polonês onde os membros se dividiam em duas filas, e aqueles que fossem julgados, deveriam passar por esse corredor. Nesse momento as agressões ocorriam, sendo a mais intensa a agressão em que se usavam paus com pregos acoplados. Em outras situações, além do “pau no gato”, a pessoa poderia vir a ser expulsa da comunidade.

Inicialmente, a comunidade legitimava essa prática de regulação pela agressão, o “pau no gato” e conseqüentemente o julgamento do grupo dos *crias*. Em um dos casos, uma mãe, sofrendo agressões físicas por parte do filho, solicita uma intervenção dos *crias*, que vão até sua residência e ameaçam o jovem com uma arma. Essa mãe se arrepende de ter recorrido ao grupo e explana: “os *crias* não perdoam”. Há uma intensificação das ações do “pau no gato” em que os *crias* funcionam como representantes da ordem, mas de uma ordem tirânica.

Se em alguma medida os *crias* tentaram incluir os moradores da comunidade nesse ordenamento, com reuniões frequentes para decidir as represálias das situações ocorridas, em outras ocasiões, fica evidente a forma como os *crias* controlam a comunidade. Em um determinado momento, a comunidade deixa de legitimar essa prática do “pau no gato”, já que começam a constatar que isso não funciona para todos. Os *crias* estão fora desse ordenamento

ao decidir e julgar quem sofreria punição. Mandam quando bem querem fechar o comércio local como condolências a uma vida, assassinam pessoas levadas para fora do território, tomando barracões, cobrando aluguéis. Houve uma situação na qual um dos irmãos dos *crias* foi até o comércio local e roubou alguma mercadoria, o dono do estabelecimento agrediu o jovem e, após o ocorrido, sofreu o “pau no gato”. Mesmo tendo posteriormente conhecimento do erro do irmão de um dos *crias*, o grupo não retificou sua posição, ou fizeram o “pau no gato” para esse irmão, apenas reclamaram com ele e disseram para que evitasse circular na região. Dessa forma, percebe-se o lugar de exceção ocupado pelos *crias*, e que a dimensão justiceira que levou tanto à nomeação do grupo naquele território, quanto ao ordenamento das relações daquele grupo, não funcionam na dimensão de uma ordem que valesse para todos.

Uma característica forte na região é a religião, de forma que amigos tornam-se irmãos. O grupo dos *crias*, como família de laços de sangue ou afetivos, se uniam na construção de um inimigo externo, e uma vez que não há mais esse inimigo externo, os laços horizontais do grupo não funcionam mais da mesma forma. O “estrangeiro”, vindo do Rio, era alguém disponível na comunidade e considerado “gente boa” por todos. Entretanto, esse “estrangeiro” é assassinado a tiros e não se fala sobre esse assunto. Teve pouca repercussão sua morte no território, seu funeral estava vazio. Os *crias* não se apresentaram para buscar alguma retaliação ou vingança ao responsável pelo ato. Surge um burburinho que teriam sido os próprios *crias* que teriam se desentendido e o assassinado. Nada mais foi dito, nem feita nenhuma ação para tentar descobrir quem foi responsável pela morte, o que levou a aumentar a constatação de que se tratava de algo legitimado ou realizado pelos próprios *crias*.

Atualmente, após a morte desse homem do Rio, criou-se um clima de tensão entre os *crias*. Esse grupo que funcionava de forma horizontalizada, acabou por cometer um homicídio de um membro do próprio grupo. Wesley, um dos *crias*, apresentava questões de saúde mental, era usuário de droga e estava expulsando parte dos moradores de uma das ocupações do território. Wesley foi alvejado, ficou no hospital e, ao sair, foi avisado para que não voltasse à casa de sua mãe, mas para a ocupação, onde já residia. Entretanto, não levou a sério esse aviso, e foi para ficar na casa da mãe, sentindo que ali estaria seguro. Infelizmente a casa foi invadida e o jovem foi morto nos braços da mãe. A mãe de Wesley era uma das mães que cuidava das “biqueiras” do tráfico.

O contexto atual está trazendo grande preocupação e tensão entre os jovens, que evitam ficar muito tempo circulando nas ruas ou descuidadamente. Muda-se a dinâmica já que são os próprios *crias* que assassinaram outro *cria*. Assim, hoje em dia está mais complicado

acessar esses jovens, o grupo está em clima de tensão, desconfiança, apresentam-se lógicas persecutórias no funcionamento do grupo.

5.3.3.2 A função materna e paterna

As mães dos *crias* eram aquelas que não reivindicavam ou legitimavam o lugar dos pais dos filhos. Não se dizia sobre quem eram esses pais, nos registros não havia seu nome. Esses adolescentes eram efetivamente filhos das mães.

O “estrangeiro” do Rio era um suposto saber do crime, que os levou - os *crias* -para fazer um estágio no Rio de Janeiro. Entretanto, quando ele é morto não há remorso, culpa ou idealização. Assim, esse carioca não faz função de pai, já que o totem é o pai idealizado, e o tabu é a proibição para que, pelo remorso e pela culpa, criasse um campo de regulação. Mas nesse caso após a morte cria-se um campo de desregulação, não há a pergunta que é feita na história do estrangeiro Moisés como “em nome de quem pai anunciarei a terra prometida?”, o pai fala “eu sou aquele que sou”. No caso dos *crias*, eles não chegam a fazer a pergunta, já que todos são iguais, não há um suposto saber, a relação passa a ser especular e eles se matam, é o que resta. Não há o elemento terceiro. A relação horizontalizada dos jovens, sem a inscrição de um campo simbólico e terceiro vazio, seja o pai morto ou do campo vazio de significação, do “sou aquele que sou”, não é instalada entre eles com a morte do homem carioca. O ato de matar quem estaria no lugar de uma suposta liderança, indica que esse carioca não exercia uma função de regulação e transmissão. O lugar de saber e da função paterna não estavam encarnados e por isso, sua destruição, não evidenciou um lugar vazio onde a regulação poderia se instaurar, como Freud nos demonstra em *Totem e Tabu*.

A dinâmica dos *crias*, se funciona estruturalmente pelos mitos do pai primevo e de *Moisés e o Monoteísmo*, não conseguem fazer a função de regulação acontecer. O homem do Rio, ao ser morto, não faz função nem de totem ideal e nem de tabu. Por isso os *crias* caem na especularização imaginária, a pior, porque ela é mortífera, sem regulação. Eles se matam entre os membros do próprio grupo ou, no mínimo, expulsam seus próprios companheiros.

A morte do carioca não faz enigma do “sou aquele que sou” já que, como Freud nos mostra, para isso é necessário que uma retranscrição, uma tradução ocorra. Nessa tradução, é o traço do pai que aparece como voz do shofar, o som vazio de significação. O povo judeu tenta a vida toda responder ao enigma do seu Deus, do “sou aquele que sou”, sendo essa a representação do pai que é destituída de significação que faz o enigma existir. Diante disso, o povo judeu tenta a vida toda responder a essa questão como “nós somos os filhos da terra

prometida, somos privilegiados”, essa é a marca desse povo. Mas a partir de uma retradução permanente. No caso dos *crias*, nos parece que há um fenômeno contemporâneo diferente porque o carioca é o suposto saber, que leva aos contatos de armas, drogas e estágio no Rio, mas não tem algo de referencial, sem esse valor do vetor paterno sobre o desejo de um Outro que é o materno.

Assim, quando os filhos são presos, as mães, ao invés de fazerem uma função com a prisão, responsabilizar os filhos, elas passam a ocupar o lugar deles. Assim, a mensagem do desejo dessas mulheres é “esse é o lugar valoroso”. As mães afirmam os privilégios dos filhos terem as “biqueiras”, esse parece ser o lugar do gozo das mães. As mães transmitem um caminho traçado pelo nomear-para ao apontarem como direção o tráfico. Há falas frequentes dos ganhos que essas mães têm com o envolvimento no tráfico dos filhos, relatando o lugar de privilégio que adquirem para elas e pelos filhos trazerem dinheiro para casa. Assim, as mães criminosas gozam e esse gozo aparece de novo nesses meninos, “temos que tomar o que é nosso, o que era de nossas mães”. No *Seminário XXI*, as mães, transmitem a partir da sua vontade a indicação de um caminho traçado, uma função, e nesse caso, a indicação do tráfico de drogas tomado pela lei criminosa. A polícia que deveria funcionar como reguladora e transmitir uma barra e um limite da lei não regula, não corrobora. Essa verdade se confirma na afirmação de um dos *crias*: “eles (a polícia) são mais violentos que a gente”.

5.3.3.3 Índices do supereu e criminalidade

Os *crias* tentam, através das leis do tráfico, construir um ordenamento através da instauração do “pau no gato”. Tenta-se controlar o que se apresenta como excessivo, tal como o abuso de drogas, roupas muito curtas das meninas, conflitos e agressões, mas pela vertente de uma lei que é de ferro e que retorna na mesma medida, sem nenhuma regulação. Os *crias* funcionam como caprichosos, os que têm o poder de gozar, julgar, executar através de seus valores morais, de cada situação apresentada e de quem realizou a ação. Assim, alguns que seriam julgados a sofrer o “pau no gato” não o sofrem, por serem próximos do grupo, irmãos, prestadores de serviços. Dessa forma, a comunidade constata que esse ordenamento de ferro, que se paga com agressões e violência, não regula e não vale para todos. Os *crias* estão no poder, então agridem, expulsam, cobram aluguéis, matam.

Não há quem funcione como ponto de basta. O excesso transborda e assassina. Os conflitos entre os *crias* começam a aparecer, sem guerra ou um inimigo fora do grupo, os gozos passam a ser insuportáveis entre os próprios membros do grupo. Um dos membros,

Wesley, estava violento demais, expulsando moradores de sua casa e da comunidade. Outro estava “ostentando” demais com objetos e com sua mulher, enquanto um dos *crias* recolhia menos dinheiro. Começa-se a pensar que alguns estavam desviando parte do dinheiro do tráfico para si. Assim, os *crias* são um certo retrato do contemporâneo desregulado, caricatura do que a regulação do capital produz como discurso que não funda um laço social. É um pouco do que toda a sociedade realiza: trabalhar em demasia, comprar em demasia, gozar em demasia, só que eles são ilícitos, enquanto o capital faz uma regulação neoliberal do que é supostamente lícito, ainda que não seja justo. Esses jovens não são tão diferentes do ordenamento do mundo pós-moderno que comanda o gozo superegóicamente, sem nenhum limite. Sua diferença consiste em estarem fora da lei jurídica. O comando do goze, consuma, é o que o neoliberalismo apresenta como um bem. Entretanto, nesse excesso, são os próprios sujeitos que se consomem. Os jovens querem estar nesse gozo, nesse consumo e, dessa forma, estão dentro da lógica neoliberal, porém, pelo lado de fora da lei, já que o crime é uma prática ilícita, um mal.

O que retorna para os *crias* diante dessa não regulação de um pai é o supereu materno que ganha forma da pior maneira. No comando de gozo: executem! Esse comando funciona em dois sentidos tanto no de realizem, executem, quanto assassinem, matem! Parece-nos que esse é o ordenamento das mães. Os jovens, sem poder contar com um campo vazio do shofar e da função do pai no social, tentam traduzir o supereu materno que não tem tradução. O nome-do-pai foracluído no simbólico, retorna no real. Assim, os *crias* saem dando tiros para todos os lados. De uma forma impossível de precisar um ordenamento, exatamente porque não há a possibilidade de um entendimento, por isso, se matam. O comando já está dado, traçado para o Goze! Até a morte.

5.3.4 O que esses jovens nos ensinam

Os três casos, M, L e os *crias*, nos ensinam como o pai se proliferou na pós-modernidade e como esse pai foracluído do social retorna no real como imperativos de gozo superegóicos. Esse supereu materno, vertente do imaginário e do real leva ao pior, ao comando de uma execução sem limites que direciona os jovens a um caminho traçado para a violência, riscos constantes e possibilidade de mortes. O social como prevalência de nó (Lacan, 1974) faz com que, para M e L, os objetos de gozo e ostentação tenham destaque.

No caso dos *crias* o nomear-para materno se apresenta ao direcionarem ao caminho fora da lei, de terem as “bocas” de tráfico para eles. No caso de M e L o pai é aquele do gozo, do capricho e desmedido, o pai do tráfico, da agressão sem limites e da morte. Das mães, resta

o desejo inapreensível, na qual M mata para se perguntar sobre os desejos das mães e L, retorna à casa de sua mãe, na adolescência, “achando que seria melhor”, mas sem saber o que buscava com isso. Tanto L quanto M demonstram que o desejo da mãe sem a mediação e nomeação paterna indica o gozo desmedido, e isso se repete em seus atos de risco em direção à violência e à morte. O carioca para os *crias* e a figura da polícia demonstram um pai que não faz função, há o saber do crime do carioca, mas sua morte não faz questão ou culpa e a corrupção desvela o campo do ilimitado.

É possível pensar que os jovens contam menos com a regulação paterna e do supereu simbólico e com o retorno de gozo da adolescência, em alguns casos, mas não é possível contar com a transmissão da mãe que fizesse função paterna pela voz, nem com o social para castrar o ilimitado de gozo.

Para pensarmos em uma possível direção do tratamento, é fundamental constatar quais falas e nomeações foram possíveis de transmissão a cada sujeito. Através da escuta das falas dos jovens, captar as insígnias e identificações que possam leva-los a inventar outras saídas nesse momento do despertar da adolescência. O momento da adolescência é o momento de reatualizar o complexo edípico e inventar saídas para a existência e a vida. Poder contar com um operador social em políticas públicas, que a partir desse encontro, não reforcem seus nomear-para, e nomes que indicam um caminho rumo ao pior, mas que resgatem através da escuta e da singularidade de cada um o que mais cada jovem tem de potência, possibilidades, pode ser fundamental para esses jovens encontrarem novos caminhos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos, nessa investigação, da constatação de que o amor de mãe é uma construção social e cultural que teve seu marco para a civilização ocidental a partir do catolicismo e da concepção de J. J. Rousseau. Logo, o amor materno não diz respeito a algo natural ou garantido aos sujeitos. Todos terão que ser adotados simbólica e afetivamente no coração dos pais. A família tem a função de transmitir a lei simbólica, a educação das pulsões e a aquisição da língua, assim como também é a família o espaço no qual o gozo subtraído se configura e retorna nas figuras do psiquismo humano, orientando os modos singulares de dor e de satisfação para cada sujeito. Assim, para a psicanálise, o lugar idealizado na concepção de família não se sustenta, já que o mal-entendido e o segredo sobre o gozo e o crime também tem sua origem na família.

Na sociedade moderna, Freud extraiu um mito que ordenava a civilização, o mito do pai primevo, no qual o ato dos filhos matarem o pai, fundaria a lei da cultura e inscreveria os sujeitos na lei simbólica. Se a sociedade moderna era fundada na dívida simbólica e na referência a lei do pai, Lacan demonstra como esse ordenamento vai se alterando e se liquefazendo na civilização. Se na modernidade o pai que funcionava como um ‘não’, barrando e castrando o desmedido do gozo; na sociedade pós-moderna, esse pai está foracluído do social, restando o agenciamento do imperativo de gozo - ‘goza!’ -, no hiato onde a linguagem não traduz o mundo e o resto – na forma pulsional de objeto voz, materno e sem significação – configura uma das perspectivas do supereu, feroz, real e insensato. Dessa forma, nos parece que os sujeitos não estão mais referenciados principalmente à lei pacificadora e ordenadora do pai, como na modernidade. Os crimes e transgressões não parecem ter mais essa correlação com uma ordem simbólica comum, mas antes o novo ordenamento parece funcionar na lógica do não-todo fálico, no excesso sem bordas e desenfreado do gozo.

A função do pai de enlaçar a lei ao desejo, como um ponto vazio que possa se alojar no desejo materno - como um desejo não anônimo -, através do nome-do-pai pela metáfora paterna, parece não mais se configurar da mesma maneira. De forma que alguns adolescentes parecem funcionar à partir de um desejo anônimo, no qual o nome-do-pai não funciona enquanto nomeação, nesses casos em que o social toma prevalência na amarração subjetiva do gozo, assim como não parecem mais funcionar na transmissão do ideal do eu, através da qual o filho se orientaria pela identificação com alguns significantes e insígnias do pai. Consequentemente, quando os sujeitos se encontram no momento da puberdade, momento no

qual irão contestar o direito de ser homem, parece haver uma outra lógica a reger a identificação viril. Nesta, alguns adolescentes do tráfico associam o lugar de amor à mãe, esse desejo primordial por esse objeto incestuoso, à lógica do provedor, de forma a querer prover a mãe como aquele que detém o falo - “ser o homem da casa” -, enquanto degradam as outras mulheres, por outro lado. Dessa forma, alguns adolescentes parecem não transferir seu desejo à uma mulher, dividindo-a e, com isso, suportando sua própria castração e desejo. Podemos pensar que, diante da dificuldade de se tornarem homens, os adolescentes se mantêm fixados no Outro materno.

No momento da adolescência, em que os adolescentes vivenciam uma reatualização do Édipo, buscando assumir o tipo viril, parece que alguns ficam alienados e às voltas com a questão do desejo da mãe, enigmático e inassimilável, no retorno que se impõe enquanto supereu materno insensato de gozo, como voz grossa e imperativa. O capricho materno como vontade é fora-da-lei, o que escapa à regulação e funciona como exigências desenfreadas e insaciáveis. À partir dessa lei tirânica e inconsciente da mãe, que Lacan associa o Outro materno à morte, à insaciedade e à lógica imperativa e sem lei. Trata-se, como vimos, dos aspectos presentes no supereu materno, levando-nos a pensar que o desejo da mãe retorna como inassimilável e, por isso, repetitivo e impositivo, mortífero como a pulsão de morte.

Foi possível também pensarmos que, nesses casos, os filhos funcionam a partir do nomear-para, de uma nomeação a partir da qual algo não se inscreveu pela via da transmissão do nome-do-pai enquanto nominação. O nomear-para direciona o sujeito a uma função a ser executada, mas que não o localiza ou nomeia. Esses são os filhos do anonimato do mundo que podem vir a sucumbir ao excesso de gozo, onde ganha lugar e pode tomar corpo a violência urbana, frente a um Outro anônimo maciço. Sem inscrição em um lugar no mundo e na nominação, esses adolescentes parecem ficar submetidos a esse supereu materno imperativo, a uma ordem de ferro, na qual é exigido um trabalho a mais desses sujeitos para daí se desvencilharem.

Nesses casos, é possível que algumas mães, de maneira inconsciente, direcionem seus filhos a partir de sua vontade imperativa de gozo, através do nomear-para, podendo levar alguns adolescentes às condutas de risco, como aquelas exigidas pelas funções do tráfico, por algumas compulsões ou adicções, ou ainda outras práticas infracionais mortíferas. Esses casos se tratariam daquelas mães que tanto demonstram conivência quanto ao envolvimento do filho em atos infracionais, não dizendo nada e aceitando o dinheiro trazido, quanto daquelas mães que demandam certos objetos para serem adquiridos e enaltecem o filho por estarem no lugar do provedor, de “homem da casa”.

É possível pensar que, com o nome-do-pai foracluído do social na atualidade, os adolescentes estão mais sujeitos às capturas fantásticas maternas e têm mais dificuldade de se separarem do desejo enigmático materno, uma vez que contam com menos saídas no campo do ideal do eu. Assim, um gozo que não permite mediação e dialetização, que comporta uma dimensão insaciável, acabaria por levar o sujeito à destruição, indo ao encontro do que poderíamos supor radicar numa vontade social de eliminação dos elementos perigosos da vida pública. O que se constata com o alto índice de homicídios desses jovens, como explicitado no percurso dessa investigação através de alguns dados de pesquisas nacionais.

O social também pode tomar prevalência de nó já que a sociedade pós-moderna ou contemporânea funciona pela supremacia do *objeto a* ao zênite social, em detrimento dos ideais na regulação da vida em comum. Dessa forma, o supereu, não tão mediado pelo simbólico, parece retornar e avançar em sua dimensão imaginária feroz e real, insensata. No encontro com os ideais sociais que vacilam, esses adolescentes assimilam o mundo pós-moderno, no qual há a prevalência do gozo através do comprar, consumir, fazer e executar, parecendo encarnar e realizar seu modo de funcionamento.

A figura feroz, associada ao supereu na vertente imaginária, pode se apresentar na relação com o “patrão” do tráfico ou com os inimigos dos grupos rivais. Pela perspectiva do “patrão”, como aquele que descobre o que acontece de erros e falhas dos adolescentes, respondendo frequentemente com punições, agressões físicas ou até mesmo a morte. Pela vertente dos inimigos, com o adolescente se antecipando ao outro, tomado como feroz, matando-o por temer que o outro viesse especularmente a fazer o mesmo.

A relação com a polícia e com a sociedade de forma geral também apresenta a dimensão escópica do olhar, porém, sob a forma de vigilância e medo, retornando aos adolescentes de forma feroz enquanto imposição de um lugar estigmatizado: o do jovem negro e associado à infração e à periculosidade. Assim o Outro se apresenta de forma feroz, seja como o Outro do tráfico ou o Outro Social, e isso poderá retornar como pior, impondo menos saídas simbólicas de mediação e invenção, e mais soluções imaginárias e mortíferas. Nos ordenamentos do tráfico, os adolescentes mais uma vez encontram a ordem de ferro, nas normas e regras que devem ser executadas sem erros ou questionamentos.

Ao longo do percurso dessa parte da investigação, foi possível evidenciar a dimensão da voz insensata, que marca pelo tom, o gozo e a conseqüente pulsão de morte, e a dimensão do capricho, como dimensão da vontade e da ausência de limites. Essa descoberta teórico-clínica do supereu materno, anterior ao supereu herdeiro do complexo edípico, nos permitiu pensar que há uma dimensão superegóica que fica como resto e funciona enquanto real e fora-

da-lei para todos os sujeitos independentemente de sua estrutura subjetiva. Esse supereu materno é capturado pelo agenciamento do gozo na pós-modernidade.

É possível pensar que, diante do declínio dos ideais, seja na transmissão da família e do social, seja na supervalorização dos objetos, o outro se torna descartável e, com isso, a violência encontra meios de proliferar. E o supereu, foracluído no simbólico, retorna no real com toda sua ferocidade, desmedida e insensatez no imperativo do 'goza!'. Dessa forma, a trama que se instala ocorre no momento que os sujeitos se deparam com o despertar do gozo na adolescência. Esse gozo incompreensível leva os adolescentes a um tempo de elaboração para dar conta, através das insígnias do Outro de construir uma saída. Todavia, nesse momento os adolescentes se deparam com uma sociedade que não oferece as ideias da mesma forma, mas os objetos de gozo e uma lógica imperativa para consumi-los. Da função do pai, a significação viril pode não operar como antes para auxiliá-los nessa delicada transição. Assim, alguns adolescentes podem se voltar para suas mães, como aquelas que poderiam orientar frente ao que se apresenta, mas das mães sempre haverá o resto de gozo não simbolizado que retorna de forma imperativa. Desse modo, alguns adolescentes podem se encontrar sem saída frente ao Outro materno e o Outro social que venha operar como ponto de basta ao excesso de gozo.

Considerando que o campo da busca da satisfação é sempre insaciável, é preciso que cada sujeito se responsabilize pelo limite de seu gozo, como caminho para um tratamento possível que os conduza a colocar alguma barra frente ao que os excede e ao risco no qual lançam suas vidas. Para tal, é fundamental na escuta desses jovens considerar na história de cada um outras insígnias que direcionem novas formas de identificação, bem como encontrar objetos que possam modular o gozo de outra maneira no ponto em que se interrogam face ao desejo do Outro, tecendo outras formas de existência num mundo não mais regido pelos ideais.

Para pesquisas futuras, ficam alguns direcionamentos a partir do percurso realizado. Como o ordenamento do nomear-para opera em cada uma das estruturas clínicas? Como é possível pensar a feminização do mundo, no ordenamento do não-todo fálico e do discurso capitalista? Considerando que uma mulher possa funcionar como um supereu para um homem, será que algumas mães estariam nesse lugar de mulher para seus filhos? Seriam esses novos índices para se pensar a contemporaneidade do laço social? Estaríamos diante de um novo código regulatório?

Enfim, após o percurso dessa investigação, podemos dizer que os adolescentes que aderem à ordem de ferro do crime cumprem um destino mortífero na busca pelo tratamento do

enigma sobre seu ser, configurado na forma de objeto-resto do desejo materno. Se esse resto é extraído para todos e retorna na forma de voz superegóica, podemos concluir que apenas alguns sujeitos se fixam no destino mortífero que essa voz instala como circuito da repetição pulsional. Nesses casos, um desejo anônimo ou um consentimento com o pior foram os índices maternos que funcionaram às expensas do nome-do-pai na função de nomeação. Trata-se de sujeitos para os quais o nome – ou o ‘não’ do pai – se configurou antes como ‘nomear-para’ pela via do social ou do capricho materno, tomando prevalência na amarração subjetiva inconsciente do gozo.

Para concluir, pois, podemos pensar que, ao mesmo tempo em que esse paradigma parece indicar uma nova ordem social, ele toma forma absolutamente singular nos casos estudados, evidenciando que nem todos estarão alienados a essa forma de gozo da mesma maneira. Para cada gozo, um corpo. Para cada corpo, uma forma de satisfação. Para cada satisfação, uma regulação. Para cada regulação, a submissão a uma lei. Resta encontrar o melhor termo para podemos viver juntos face ao respeito a essa diversidade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- Albertín, M.G. (2009). *Voices do supereu*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Alberti, S. Elia, L. (2000). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios ambicioso.
- Alberti, C; Alvarenga, E; Laurent, D; Brousse, M.H; Suárez, E.S; Vinciguerra, R.P; Aflalo, A; Sagna, C.D; Chai, F.B; Quenehen, A. L. (2018). *Ser mãe: Mulheres psicanalistas falam da maternidade*. (org) Alberti, C, Alvarenga, E. Belo Horizonte: EBP. (Trabalho original publicado em 2014).
- Andrade, R. (2016). Segredos de família. *FAPOL*. 2, (21), sp. Disponível em:
http://www.lacan21.com/sitio/2016/10/25/segredos-de-familia/?lang=pt-br#_edn2.
- Athayde, C; BILL, Mv. (2010) *Falcão – Meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva. 272p.
- Barreto, F. P. (2001). A lei simbólica e a lei insensata: Uma introdução à teoria do supereu. *Curinga*, 1, (17), 44-51.
- Brousse. M.H.A. (2014). A psicose ordinária à luz da teoria lacaniana do discurso. In: *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial*. Rio de Janeiro. Cia de Freud
- Campos, S. (2015). *Supereu uerepus das origens aos seus destinos*. Belo Horizonte, Brasil: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Carneiro.E.M. (2017). A transgressão na adolescência [manuscrito]: face à dificuldade de tornar-se homem, o apego à mãe. Tese (mestrado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte.
- Cerqueira, D. (2018). Atlas da violência 2018. (org).IPEA. Disponível em
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf
- Cottet, S.(2009). Criminologia lacaniana. Revista *Assephalus* nº8. Disponível em
http://www.isepol.com/asephalus/numero_08/traducao.html
- Diogenes, G.M.S. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop*. Universidade Federal do Ceará. Disponível em
http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4060/1/1998_Tese_GMSDiogenes.pdf
- El Pais. (2017). A violência no Brasil mata mais que a guerra na Síria. Disponível em
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815_459310.html
- Ferenczi, T. (2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”. In: Ferenczi, S. *Obras Completas*. vol. IV. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1929).
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. *Obras*

- completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2006). Totem e tabu. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo uma introdução. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2006). Além do princípio do prazer. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2006). O ego e o id. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2006). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2006). Conferência XXXIII Feminilidade. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).
- Freud, S. (2006). Conferência XXXI. A dissecação da personalidade psíquica. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1933).
- Fontanella, B.J., Ricas, J., & Turato, E.R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 24, (1), 17-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>
- Gallo, H., & Ramirez, M.E. (2012) *El psicoanálisis y la investigación en la universidad*. Buenos Aires, Argentina: Grama Ediciones.
- Greiser, I. B. O psicanalista frente aos sintomas sociais. Revista Eletrônica d Núcleo Sephora, Buenos Aires, v.3. n. 6. maio/out. 2007. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_06/artigo_01_port.htm>. Acesso em: 29 abr. 2013
- Guerra, A.M.C. et al. Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. (2012). *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 18, (2), 247-263. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167711682012000200006&script=sci_arttext
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro, Brasil: Contra Capa Livrara. (Trabalho original publicado em 2006).
- Lacadée, P. (2017). *O que acontece perto dos 17anos*. In Lima, N.L; Santiago, A.L; Cunha, C.F; Vidigal, C; Neves, L; Santiago, J.(orgs) *Mias além do gênero: o corpo adolescente e seus sintomas*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Lacan, J. (1973-1974). *O seminário, livro 21: Les non dupes errent*. Inédito. Tradução livre.

- Lacan, J. (1974-1975). *O seminário, livro 22: R S I*. Inédito.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1955-56).
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1972).
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1986). Duas notas sobre a criança. *Opção Lacaniana* .(21). 5-6.
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1959).
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1994). *O seminário, livro 21: Les non-dupes errent*. Os não-tolos erram. Tradução livre. (Trabalho original publicado em 1974).
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. *Escritos*. (pp.) Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (1998). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In Lacan, J. *Escritos*. (pp.127-151). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1950).
- Lacan, J. (1998). Kant com Sade. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1962).
- Lacan, J. (1998). Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998) Duas notas sobre a criança. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, São Paulo, v. 21, número., p. 5-6, abr. 1986.
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1957-1958).

- Lacan, J. (2003). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos *Escritos*. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2003). Lituraterra. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2003). Os complexos familiares. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1938).
- Lacan, J. (2003). Prefácio a O despertar da primavera. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1974).
- Lacan, J. (2003). Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In Lacan, J. *Escritos*. (pp. 127-131). Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1950).
- Lacan, J. (2003). Televisão. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1971).
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro, Brasil: Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1963).
- Laia, S. (2011). Demissão do pai, domínio da mãe e violência urbana: Uma contribuição para a investigação sobre a “perversão generalizada”. *Agente Digital*. 1, (4), 3-10. Disponível em: <http://www.ebp.org.br/bahia/agente/pagina3.html>.
- Laurent, E. (2001). Estratificação clínica da lei. In: Revista Curinga, Belo Horizonte – Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais, n.15/16, abril. pp.200-208.
- Laurent, D. (2011). Mãe. In: A ordem simbólica do século XXI: Não é mais o que era. Quais as consequências para o tratamento?. VIII Congresso da Associação Mundial de Psicanálise – AMP. Belo Horizonte, Brasil: Scriptum.
- Leguil, Clotilde. Le sein Lacanien. La cause du désir, Paris, n° 94, pp.36-41, nov. 2016.
- Mello, L.M.L. (2015). Mulher mãe e o Outro da biopolítica. *Curinga Maternidades contemporâneas*. 1, (40), 47-58.
- Miller, J-A. (1981). Recurrido de Lacan ocho conferencias. Clínica del superyo. Manantial. Buenos Aires, Argentina. 1, (1), 130-147. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/264865200/Miller-Clinica-Del-Superyo>.

- Miller, J.-A. (1984). Leitura crítica dos “Complexos Familiares” de Jacques Lacan. In *Opção Lacaniana Online*. 1-16. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/antigos/n2/pdf/artigos/jamleitura.pdf>
- Miller, J.-A. (2001). Teoria do Capricho. *Opção Lacaniana*, São Paulo: Eólia, n. 30, abril/2001. 30, pp. 79-86.
- Miller, J.-A. (2007). Assuntos de família no inconsciente. Recuperado de: http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/asephallus04.pdf Vol II nº4 mai a set 2007
- Miller, J.-A. (2008). Nada é mais humano que o crime. Recuperado de: <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Nada-mais-humano-que-o-crime.pdf>
- Miller, J.-A. (2011). Intuições milanesas II. *Opção Lacaniana online nova série Ano 2 • Número 6 • novembro 2011 • ISSN 2177-2673*. Disponível em http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_6/Intuicoes_Milanesas_II.pdf
- Miller, J.-A. (2015, 10 de junho). Em direção à adolescência [Blog]. Disponível em: <http://minascomlacan.com.br/blog/em-direcao-a-adolescencia/>.
- Milner, J.C. (1996). *A obra clara: Lacan, a ciência e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Naveau, P. (2001). A criança entre a mãe e a mulher. In: *Revista Curinga, Belo Horizonte – Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais, n.15/16, abril. pp.135-141*.
- Nogueira, C.S. P. A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo. 2006. Tese (mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.
- Pinto, J.M. (2008). *Psicanálise, feminino, singular*. Belo Horizonte: Autêntica editora.
- Ramirez, M.E. (2007). *Órdenes de Hierro Ensayos de psicoanálisis aplicado a lo social*. Colombia: ISBN.
- Ramirez, M.E. Gallo, H. (2012). *El Psicoanálisis y la investigación en la universidad*. Buenos Aires: Grama Ediciones. ISBN: 978-987-1649-72-3.
- Rodriguez, L. (1996). O Supereu Maternal Arcaico. *Opção Lacaniana*. 16, 87-93.
- Rosa, J. G. (1982). *Grande Sertão: veredas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 2002).
- Safatle, V. (2015). *Circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica. 2ª edição.

- Salum, M.G. (2009). Crime, violência e responsabilidade na clínica psicanalítica. Revista *Assephalus* n°8. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_08/artigo_01_port.html
- Santiago, A.L.S. (2001). A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções. In: Revista *Curinga*, Belo Horizonte – Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais, n.15/16, abril. pp.94-100.
- Santiago, J; Faria, L.F. Gangues: os efeitos do abalo do Nome-do-Pai no contexto da violência juvenil, in Revista *aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 16, mai. a out. 2013. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v8n16p15-36.
- Santiago, A.L.S. (2018). As psicoses ordinárias e as outras sob transferência. Barcelona, Associação mundial de psicanálise.XI congresso. Escola Brasileira de Psicanálise.Scilecet
- Soares, L. E.; Athayde, C. e Bill, MV. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de janeiro: Objetiva.
- Stengers, I. (1990). *Quem tem medo da ciência? Ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano. ISBN: 85-267-0288-2.
- Stevens, A.(2004). Adolescência, sintoma da puberdade. In: Revista *Curinga*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais, n. 20, nov, pp. 27-39.
- Tribunal de Justiça de Minas Gerais. CIA/BH – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescentes Autor de Ato Infracional da Infância e Juventude. Setor de Pesquisa Infracional. Relatório Estatístico 2015. Disponível em: file:///C:/Users/samsung/Downloads/Relatorio_cia_bh_2015.pdf.
- Vieira, M.A; Barros, R.R. (2015). *Mães*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Subversos editora
- Viganò, C. A construção do caso clínico. (2010). *Opção Lacaniana online*. 1, (1), 1-9. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/a_construcao_do_caso_clinico.pdf.
- Waiselfisz, J.J. (2013). *Mapa da Violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil*. Brasília: Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf
- Waiselfisz, J.J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, Versão preliminar. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf.
- Zafiropoulos, M. (2002) *Lacan y las ciencias sociales: La declinación del padre (1938-1953)*. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión. (Trabalho original publicado em 2001).

Zenoni, A. (2013). Versões o Pai na psicanálise lacaniana: o percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 13, n.1, jun. 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080521171150.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.